

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CLAUDIA SCHAMA LELLIS

ÍNDIA: CRESCIMENTO PÓS-REFORMAS

RIO DE JANEIRO

2018

Claudia Schama Lellis

## ÍNDIA: CRESCIMENTO PÓS-REFORMAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Professor Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos

Rio de Janeiro

2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

L537 Lellis, Claudia Schama

Índia: crescimento pós-reformas / Claudia Schama Lellis. - 2018.  
135 p. ; 31 cm.

Orientador: Carlos Pinkusfeld Bastos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, 2018.

Bibliografia: f. 126 – 129.

1. Crescimento econômico. 2. Índia. 3. Supermultiplicador Sraffiano. I. Bastos, Carlos Pinkusfeld, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 332.09

Claudia Schama Lellis

## ÍNDIA: CRESCIMENTO PÓS-REFORMAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em



Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos



Dr. Carlos Aguiar de Medeiros



Dr. Carlos Henrique Vieira Santana

## **Agradecimentos**

À família que ganhei e àquela que construí ao longo da vida, mas em especial ao Pedro e à Luiza pelo amor, paciência e por encherem minha vida de alegria.

Sou muito grata pelas amizades que fiz durante o mestrado e àqueles com quem tive oportunidade de trocar ideia pelos corredores e salas do IE.

Agradeço ao apoio da CAPES e a todos os professores do programa PPGE. Destaco aqui aqueles que de alguma forma contribuíram diretamente na elaboração deste trabalho: Carlos Medeiros, Fabio Freitas, Esther Dweck, Marta Castilho, Ricardo Bielschowsky, Ricardo Summa e Nicholas Trebat. Obrigada também aos professores Carlos Santana e, novamente, Carlos Medeiros por aceitarem fazer parte da banca, enriquecendo o debate com suas sugestões, críticas e profundo conhecimento sobre o tema.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Pinkusfeld Bastos, um obrigada especial. Não poderia ter feito escolha melhor, sempre me desafiando a buscar mais, iluminando o caminho nos momentos difíceis e contribuindo de forma essencial na construção do trabalho.

## **Resumo**

LELLIS, Claudia Schama. Índia: Crescimento pós-reformas. Dissertação de Mestrado em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho tem por objetivo analisar o padrão de crescimento da Índia desde a década de 1980 até o ano de 2013. A aceleração do desenvolvimento econômico indiano teve início nos anos 1980, quando também uma nova estratégia para a política econômica foi implementada pelo governo. Todavia, o ritmo do crescimento econômico foi interrompido pela crise financeira do balanço de pagamentos de 1991, levando o país a aceitar um pacote de reformas neoliberais proposto pelo FMI. A retomada da trajetória de crescimento ascendente se deu neste contexto de profundas mudanças estruturais conduzidas pela ideia dominante de redução da interferência do Estado na economia. Preliminarmente, o trabalho apresenta uma descrição histórica do período que sucedeu a independência do país, para em seguida apresentar a contabilidade do crescimento recente, combinado à análise da estrutura econômica vigente no período. O marco teórico adotado é o modelo de crescimento liderado pela demanda do supermultiplicador sraffiano, que nos permite identificar os principais componentes da demanda que contribuíram no processo de crescimento do país. Em decorrência da quebra estrutural de 1991, a análise foi separada em dois intervalos, sendo o primeiro de 1980 a 1990 e o segundo de 1990 a 2013. Os resultados apontam para a relevância do setor público como fonte de demanda autônoma nos dois períodos analisados, havendo no segundo intervalo uma notável intensificação das exportações. Por outro lado, a queda da propensão a consumir em ambos os períodos aponta para um desenvolvimento concentrado.

Palavras-chave: Índia, contabilidade do crescimento, supermultiplicador sraffiano, reformas neoliberais.

## **Abstract**

LELLIS, Claudia Schama. Índia: Crescimento pós-reformas. Dissertação de Mestrado em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

India has been one of the world's fastest growing countries. The objective of this study is to analyse its growth pattern between 1980 and 2013, when many institutional changes were put in place. Since its independence, India has been a planned developmental economy, very close to a socialist model, though still a democracy. In the 80s the Country experienced a few institutional changes towards a larger participation of private investments, as well as an acceleration of its economic growth. The balance of payment crises of 1991 interrupted the course and made the country negotiate a structural adjustment loan with the IMF. A liberal reform programme was gradually undertaken, and it is in this context that the analysis takes place. The analytical framework is based on the classical supermultiplier demand-led growth model separated in two periods, from 1980 to 1990, and from 1990 to 2013, embedded in a structural, historic framework. The main results from the growth decomposition show that the public sector still leads India's growth performance, although during the second period, exports became the main demand component in the growth process. On the other hand, the low propensity to consume seems to undermine growth, due to a concentrated economic development.

Key words: India, supermultiplier, demand-led model, growth pattern, liberal reforms.

## Lista de tabelas

Tabela 1: Conta capital da Índia na década de 1950 (em milhões de dólares).....	24
Tabela 2: Produção de grãos, área cultivada e irrigada .....	27
Tabela 3: Índice da produção industrial (1950-51=100) .....	29
Tabela 4: Pauta de importação, participação por tipo de bem (%).....	30
Tabela 5: Setores de <i>joint ventures</i> , 1965.....	31
Tabela 6: Formação bruta de capital fixo na Índia, total e por setor (%) .....	32
Tabela 7: Crescimento da produção agrícola e da população (% médio por ano) .....	33
Tabela 8: Variação anual do preço de atacado (WPI), (em %) .....	36
Tabela 9: Taxas de crescimento do PIB e setorial (custo de fator, %).....	37
Tabela 10: Composição e taxa de crescimento da indústria de 1950 a 1975 .....	39
Tabela 11: Balanço de Pagamentos da década de 1970 (em milhões de dólares).....	40
Tabela 12: Crescimento do PIB e componentes da demanda agregada em % do PIB.....	42
Tabela 13: Déficit em conta corrente, dívida externa e reservas internacionais .....	53
Tabela 14: Alocação do consumo do governo (em % do total no ano, preços correntes).....	55
Tabela 15: Indicadores fiscais (% do PIB) .....	56
Tabela 16: Composição da força de trabalho .....	59
Tabela 17: Distribuição dos fatores de produção por setor (%) .....	60
Tabela 18: Decomposição do crescimento da década de 1980 .....	66
Tabela 19: Formação bruta de capital fixo, preços 2004-05 (% do PIB).....	66
Tabela 20: Reformas econômicas na Índia desde 1980.....	80
Tabela 21: Distribuição do investimento público (%).....	86
Tabela 22: Crescimento por setor (% , 2004 a 2011) .....	89
Tabela 23: Taxa média de crescimento por plano quinquenal (%) .....	90
Tabela 24: Formação bruta de capital na agricultura e atividades afins (% do PIB) .....	90
Tabela 25: Distribuição do orçamento dos subsídios agrícolas e formação de capital público (% do PIB do setor) .....	92
Tabela 26: Organização industrial, distribuição por número de indústrias e por VAL (%), 2010-11.....	96
Tabela 27: Participação no VAB dos setores de manufatura no mercado formal e informal (%) .....	97
Tabela 28: Crescimento e contribuição dos setores econômicos no mercado formal e informal (2000, 2010) .....	99



Tabela 29: Crescimento e padrão de crescimento dos mercados formal e informal no setor terciário (2000 e 2010) .....	100
Tabela 30: Composição do trabalho informal (%) .....	102
Tabela 31: Distribuição dos fatores de produção (%) .....	103
Tabela 32: Crescimento da produtividade do trabalho e remunerações (preço 2004-05, %).103	
Tabela 33: Decomposição do crescimento, 1990 a 2013 .....	115

## Lista de gráficos

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB e setorial (%).....	33
Gráfico 2: Variação anual de preços em diferentes classes de produtos (WPI*).....	46
Gráfico 3: Pauta de importação por tipo de bem (participação em %)......	47
Gráfico 4: Conta corrente do BP e componentes (% do PIB) .....	54
Gráfico 5: Composição do PIB (% do valor adicionado).....	57
Gráfico 6: Composição setorial em 1980-81, classificação conforme uso (%).....	57
Gráfico 7: Índice de produção industrial, 1980-81 = 100 .....	58
Gráfico 8: Índice da taxa de câmbio real, 1985 = 100.....	63
Gráfico 9: Taxa de crescimento anual das exportações de serviços e de mercadorias, em dólar .....	63
Gráfico 10: Termos de troca e índice de exportação (1978-79 = 100).....	64
Gráfico 11: Taxa de crescimento do PIB, 1980 a 1991 .....	65
Gráfico 12: Investimento como % do PIB.....	67
Gráfico 13: Propensão a consumir.....	68
Gráfico 14: Supermultiplicador .....	69
Gráfico 15: Índice da taxa de câmbio real e nominal, 1990 = 100.....	73
Gráfico 16: Investimento e gasto públicos (% do PIB, % crescimento) .....	82
Gráfico 17: Índices fiscais (% do PIB).....	83
Gráfico 18: Investimento e gasto público.....	84
Gráfico 19: Participação setorial no PIB (% , Valor adicionado) .....	88
Gráfico 20: Produção da indústria de manufatura em percentual do total da produção mundial .....	93
Gráfico 21: Peso dos setores na indústria (%).....	94
Gráfico 22: Índice da produção industrial por setor (2004-05 = 100).....	94
Gráfico 23: Distribuição das principais indústrias no valor agregado bruto, por setor (% , 2010-2011) .....	95
Gráfico 24: Déficit em conta corrente (% do PIB), investimento estrangeiro (% do PIB), reservas internacionais.....	104
Gráfico 25: Composição da conta capital (%).....	105
Gráfico 26: Componentes da conta corrente (% PIB) .....	106
Gráfico 27: Crescimento das exportações de bens e serviços .....	106
Gráfico 28: Pauta da exportação de serviços.....	107

Gráfico 29: Distribuição da pauta de exportação (%) .....	108
Gráfico 30: Taxa de crescimento das exportações mundiais em combustível e participação indiana (%) .....	109
Gráfico 31: Taxa de crescimento das exportações mundiais em equipamentos e participação indiana (%) .....	110
Gráfico 32: Valor das exportações de bens e serviços sofisticados (em dólar).....	111
Gráfico 33: Exportação e importação de mercadorias (% do PIB) .....	111
Gráfico 34: Índice de importação dos grupos selecionados, 1999-00 = 100.....	112
Gráfico 35: Taxa de câmbio real ponderada por uma cesta de moedas, 2004-05 = 100.....	113
Gráfico 36: Crescimento PIB e PIB per capita.....	114
Gráfico 37: Componentes autônomos (% PIB) .....	115
Gráfico 38: Trajetória do supermultiplicador .....	116
Gráfico 39: Crescimento do consumo privado de não duráveis (%) e propensão a consumir	117
Gráfico 40: Investimento privado, público e residencial (% PIB) .....	118
Gráfico 41: Investimento privado aberto (% PIB).....	119

## Lista de abreviaturas

ADB	Asian Development Bank
APC	Agricultural Price Commission
BJP	Bharatiya Janata Party
CTI	Comunicação e Tecnologia da Informação
DC	Development Councils
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCI	Food Corporation of India
FERA	Foreign Exchange Regulation Act
FICCI	Federation of Indian Chamber of Commerce and Industry
FISIM	Financial Intermediation Service Indirectly Measured
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRBM	Fiscal Responsibility and Budget Management
GIC	General Insurance Corporation
IDRA	Industries Development and Regulation Act
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IHD	Institute for Human Development
IIE	Investidores Institucionais Estrangeiros
ILO	International Labour Organization
INC	Indian National Congress
INP	Indian National Party
IPR	Industrial Policy Resolution
IRDA	Insurance Regulatory and Development Authority
LIC	Life Insurance Corporation
Mospi	Ministry of Statistics and Programme Implementation
MRTP	Monopolies and Restrictive Trade Practices Act
NRI	Non Residential Indian
NSE	National Stock Exchange
NSS	National Sample Survey
PC	Planning Commission
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Produto Interno Líquido
PPP	Parceria Público-Privado
RBI	Reserve Bank of India
SEBI	Securities and Exchange Board of India
SEZ	Special Economic Zones
TI	Tecnologia da Informação
VAB	Valor Adicionado Bruto
VAL	Valor Adicionado Líquido

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA INDEPENDÊNCIA A 1980 .....	18
Introdução.....	18
1.1 Contexto político e social dos planos de desenvolvimento.....	18
1.2 Primeiro plano quinquenal (1951-1956).....	24
1.3 Segundo e terceiro planos quinquenais (1956 -1966).....	28
1.4 Indira Gandhi e a década de 1960 e 1970.....	34
1.5 Considerações finais.....	41
CAPÍTULO 2: A DÉCADA DE 1980.....	44
Introdução.....	44
2.1 Tendências da economia indiana durante a década de 1980.....	45
2.1.1 A Crise do Balanço de Pagamento.....	51
2.2 Questão fiscal.....	54
2.3 Estrutura produtiva e do mercado de trabalho.....	56
2.4 Questão externa.....	61
2.6 A contabilidade do crescimento.....	64
2.7 Considerações finais.....	69
CAPÍTULO 3: O CRESCIMENTO RECENTE.....	71
Introdução.....	71
3.1 Mudanças institucionais e tendências da economia indiana entre 1990 e 2013.....	72
3.2 Questão fiscal.....	82
3.3 Mercado de trabalho e estrutura produtiva.....	87
3.4 Setor externo.....	104

3.5 Decomposição do crescimento .....	114
3.6 Considerações finais .....	120
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS .....	126
APÊNDICE .....	130

## INTRODUÇÃO

A Índia é um dos países que mais cresceu no mundo durante a última década, e desde os anos de 1990 vem se destacando em diversos setores industriais e em serviços de ponta. Entretanto, o país é também conhecido pela desigualdade de renda acentuada e o grande mercado informal que opera às margens dos importantes polos de produção capitalista.

O presente trabalho se propõe a analisar o padrão de crescimento indiano entre 1980, quando a taxa de crescimento começou a acelerar, e o período mais recente, 2013. Durante este intervalo importantes reformas estruturais ocorreram, com destaque para o programa de ajuste neoliberal promovido pelo FMI em 1991. Nele, além de medidas para solucionar a crise financeira no curto prazo, estava a ideia de diminuir a participação do governo na economia, através de privatizações e da restrição ao gasto público, assim como ampliar a integração do país no comércio internacional.

Desde a independência, o desenvolvimento indiano foi muito influenciado pelo conceito das economias socialistas. O Estado centralizou o planejamento e o investimento das principais áreas industriais e buscou direcionar o capital privado para os setores de interesse nacional. Este ajuste entre o setor privado e o Estado se deu de forma bastante conflituosa mas, por outro lado, a Índia conseguiu consolidar uma base industrial forte e diversificada, de extrema importância para os anos mais recentes, depois que políticas mais liberalizantes passaram a dominar a direção tomada pelo país.

Desta forma, o início do período em análise conduz às primeiras mudanças, quando o governo começa a diminuir o grau de intervenção na economia, guiando o setor privado nas suas decisões de investimento. Nestes primeiros dez anos, 1980 a 1990, o governo liderou a economia, inclusive os meios de financiamento, mas buscou no setor privado uma aliança em prol do desenvolvimento nacional. A aceleração do crescimento foi interrompida pela crise do balanço de pagamentos de 1991, quando o pacote de reformas neoliberais entra como uma condição do empréstimo do FMI.

Muitos autores (PANAGARIYA 2008; JOSH e LITTLE, 1994) argumentam que as reformas de 1991 permitiram a aceleração do crescimento indiano, pois possibilitaram uma alocação dos fatores mais eficiente. No entanto, quando se observa a economia pelo lado da demanda, fica claro que tais reformas só promoveriam o crescimento econômico caso fossem

capazes de expandir algum componente da demanda agregada o suficiente para impactar positivamente o PIB.

É neste contexto que o estudo se desenvolve, a fim de compreender quais os mecanismos do recente processo de acumulação de capital contribuíram para o desenvolvimento econômico indiano. O principal argumento deste trabalho sustenta a importância dos gastos públicos na determinação do crescimento do PIB ao longo de todo o período. Embora um dos principais pontos das reformas fosse o encolhimento do governo combinado ao enxugamento dos gastos públicos, a Índia, diferentemente dos países da América Latina, manteve uma estrutura pública bastante ampla, na qual as indústrias estatais tiveram papel importante na expansão industrial.

A análise compreende a decomposição do crescimento, inserida em uma abordagem histórica. A contabilidade do crescimento é fundamentada no modelo de crescimento liderado pela demanda do supermultiplicador sraffiano, metodologia desenvolvida por Freitas e Dweck (2013), que nos permite identificar os principais componentes da demanda que lideraram o processo do desenvolvimento econômico. O cálculo da contabilidade do crescimento é enriquecido pela descrição das mudanças estruturais ocorridas ao longo de todo o período, que condicionaram, assim como também foram impactadas, a aceleração da taxa de crescimento do PIB.

O trabalho está ordenado da seguinte forma: O primeiro capítulo consiste em uma descrição histórica sobre o processo de formação do desenvolvimento econômico nacional pós-independência. É apresentado o panorama político e os elementos centrais da elaboração do estado desenvolvimentista, cuja principal figura foi Jawaharlal Nehru, que liderou o país durante os primeiros quinze anos desta formação. A estratégia de substituição das importações adotada foi voltada para o mercado doméstico e, como ficará claro, havia considerável pessimismo em relação às exportações por parte dos elaboradores dos planos de desenvolvimento. Apesar do governo Nehru direcionar e intervir nas principais áreas de interesse nacional, foi durante o governo de Indira Gandhi, a partir da segunda metade da década de sessenta, que o grau de interferência do governo na economia e no poder decisório das firmas foi acentuado. Tal mudança provocou uma reação negativa na elite empresarial indiana e afastou as inversões privadas que, associado às fortes estiagens e aos conflitos na fronteira da Índia com o Paquistão, enfraqueceram o desempenho econômico da década de setenta. Foi também neste período que houve a concepção da revolução verde, importante no fortalecimento da produção agrícola, mas também alvo de muita controvérsia devido à



natureza pouco distributiva desta política. De forma geral, este período registrou taxas de crescimento modestas, houve aceleração do crescimento da renda nacional em alguns momentos, porém não sustentável. A decisão de dedicar um capítulo sobre esta fase, que antecede os anos oitenta, se vale da relevância desta herança na compreensão da peculiaridade do desenvolvimento indiano recente.

O capítulo dois trata da mudança política do segundo governo de Indira Gandhi, no qual observamos uma nova estratégia de desenvolvimento pautada na aliança entre o investimento público e privado. Esta formatação é seguida e aprofundada no governo subsequente, liderado por Rajiv Gandhi. Algumas reformas econômicas são implementadas, inseridas na lógica de estímulo ao investimento privado, sem diminuir a centralidade do governo como planejador e articulador do desenvolvimento. A primeira seção é encerrada com o descritivo sobre os principais fatores que desencadearam a crise do balanço de pagamentos, em 1991. A seguir apresenta-se uma descrição sobre a política fiscal, a estrutura produtiva e do mercado de trabalho, assim como alguns aspectos mais importantes sobre o setor externo. Os resultados da decomposição do crescimento são apresentados, seguidos de uma análise dos principais componentes da demanda, para então fechar o capítulo com as considerações finais.

O último capítulo aborda a análise do período mais recente, entre 1990 e 2013. Inicialmente levanta as principais reformas implementadas ao longo do período, para em seguida analisar seus efeitos sobre a política fiscal. Um retrato da estrutura produtiva e sua composição setorial é apresentado, bem como as transformações sofridas ao longo do tempo. As mudanças na política comercial foram significativas, e refletiram no florescimento das exportações indianas, apresentados na seção sobre setor externo. Seguindo a estrutura do segundo capítulo, os resultados da decomposição do crescimento sucedem a análise estrutural e são acompanhados por uma investigação sobre os componentes da demanda de maior relevância no período.

Encerrando o trabalho, as conclusões gerais são apresentadas, buscando unir as transformações institucionais ocorridas desde os anos oitenta com os seus possíveis efeitos sobre a economia.

Um maior detalhamento sobre a metodologia adotada e as motivações para a escolha deste modelo são expostas no apêndice do trabalho.

## **CAPÍTULO 1: CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA INDEPENDÊNCIA A 1980**

### **Introdução**

Após quase um século sob o controle da coroa britânica, a Índia conquistou independência em 1947. Bastante fragmentado e economicamente fragilizado, o país buscou montar uma unidade nacional onde o Partido do Congresso Nacional liderou o movimento, elegendo o primeiro ministro Jawaharlal Nehru.

Segundo B.R. Tomlinson (2008) sob o domínio britânico, o comércio internacional indiano foi intensificado e a exportação seguiu crescendo até 1920, beneficiando principalmente as empresas europeias. As exportações levaram ao desenvolvimento de cidades portuárias importantes como Bombaim, Calcutá e Madras, construção de ferrovias e aumento do cultivo de grãos.

A agricultura sempre foi a principal atividade econômica neste período, concentrando 80% da força de trabalho. Muito dependente das condições climáticas, o desempenho deste setor determinava o crescimento econômico do país e o bem-estar da população.

A independência da Índia possibilitou a construção de um plano nacional de desenvolvimento que buscou o crescimento econômico centralizado no Estado de forma unificada, priorizando a produção nacional.

Este capítulo irá abordar as principais políticas econômicas implementadas entre 1947 e 1980 e as mudanças estruturais decorrentes, integradas ao contexto histórico da região. Para tanto, a análise será dividida em dois períodos, tendo como marco a mudança nos planos econômicos e a relação estrutural entre o Estado e os principais agentes econômicos.

### **1.1 Contexto político e social dos planos de desenvolvimento**

Os primeiros anos seguintes à independência foram intensos nos debates acerca dos modelos de desenvolvimento econômico que melhor serviriam a Índia. A construção social heterogênea formava um tapete de retalhos que dificultava a convergência dos interesses em um plano econômico suficientemente alinhado.

O fortalecimento de alguns grupos capitalistas durante o período colonial implicava que qualquer governo precisaria do seu apoio, ao passo que os movimentos nacionalistas continham uma vertente socialista bastante expressiva e conseguiam uma adesão popular e política crescente. Os dois grupos, contudo, compartilhavam o mesmo desejo de excluir ao máximo a influência britânica e fortalecer a economia nacional.

Esse sentimento em comum uniu tanto a elite Indiana quanto diversas vozes da massa da população. A democracia parlamentar foi construída nesta dinâmica inclusiva, onde o partido hegemônico, o INC (sigla em inglês para *Indian National Congress*), fundado em 1885, representava a diversidade dos grupos e organizações.

Vivek Chibber (2006) argumenta em seu livro “Locked in Place” que havia grande discordância sobre a forma de intervenção do Estado na economia entre os principais grupos políticos citados acima. Enquanto a elite capitalista entendia que a participação do Estado deveria se restringir às políticas de incentivo à produção e proteção contra a concorrência externa, líderes do INC defendiam um Estado ativo que controlasse o fluxo de capital e determinasse as prioridades de investimento do capital privado, o que elevaria o grau de intervenção do Estado.

Os empresários mais proeminentes como G.D. Birla, J.R.D. Tata, Lala Shri Ram entre outros, escreveram o chamado *Bombay Plan*, uma espécie de plano econômico para o desenvolvimento industrial nacional. Na verdade, o *Bombay Plan* era uma tentativa de assegurar o status quo diante dos movimentos sociais da época, dentre eles o famoso *Quit India*, campanha popular de 1942 contra o apoio direto do país à Inglaterra na Segunda Guerra mundial, conforme exigência britânica. O *Bombay Plan* não foi bem recebido, nem mesmo por parte dos capitalistas, e logo se esvaeceu na complexa agenda política.

Chibber (2006) defende que a saída do capital britânico da Índia a partir de 1931, intensificada depois da Segunda Guerra Mundial, favoreceu significativamente os capitalistas nacionais. As políticas de substituição de importação já iniciadas pouco antes da independência criaram uma rede de proteção aos empresários indianos que, desfrutando da ausência de concorrência, conseguiam obter lucros altos sem grandes investimentos. Assim, criou-se uma elite empresarial bastante concentrada, dominando um mercado de pouca concorrência e baixa produtividade.

The incentive structure, as described in chapter 2, was this: the largesse ISI<sup>1</sup> bestowed, and the conditions generated by it, made it not only rational, but also possible, for firms to resist the attempts to install a disciplinary state. ISI made it easy for firms to amass huge profits without having to worry about their competitive strength. (CHIBBER, 2006, p.128)

As greves eclodiram a partir de 1945, e o INC começou a perder controle sobre os movimentos sociais. Tal conjuntura levou à criação de uma legislação mais dura que, apesar

---

<sup>1</sup> ISI: Import Substituting Industrialization

da grande objeção dos líderes dos trabalhadores, passou no congresso restringindo o direito à greve, entre outros pontos que deslegitimaram importantes movimentos proletários.

Jawaharlal Nehru, um dos líderes do INC, iniciou seu governo em 1950 se espelhando nas estratégias de desenvolvimento socialistas seguidas pela União Soviética. Nehru vinha de uma família de classe média indiana e estudou direito na Inglaterra, onde foi muito influenciado pelo socialismo Fabiano.

Os dois grandes alicerces da estratégia de desenvolvimento eram o *Planning Commission* (PC) e a agenda de desenvolvimento industrial do *Industries Development and Regulation Act* (IDRA), este último inserido no âmbito da Resolução de Política Industrial (IPR, sigla em inglês para *Industrial Policy Resolution*). Na construção destas novas instituições, os administradores políticos buscavam meios de disciplinar a elite capitalista sem perder seu apoio, enquanto estes últimos procuravam amparo do Estado, sem se submeter aos controles sobre o capital privado.

O PC foi finalmente fundado em 1950 e já em 1951 o primeiro plano quinquenal foi colocado em prática, antes mesmo do IDRA ser aprovado. Chibber (2006) chama atenção para os limites bastante estreitos do PC:

The new Planning Commission (PC) was put into place, but instead of giving it the kind of powers required for industrial planning, it was made a largely advisory body; that is, instead of restructuring the state around the needs of industrial planning, the institutions of planning were made to accommodate themselves to the existing structure of the state. (p.129)

Quando o IDRA foi finalmente criado os aspectos punitivos e disciplinadores ficaram enfraquecidos. Desta forma, o governo ficou sem instrumento de controle legítimo, dependendo basicamente da disposição dos empresários em cooperar com os planos industriais.

O PC e o IDRA seriam as duas instituições à frente do desenvolvimento econômico indiano, mas que funcionariam em linha com os ministérios envolvidos e a classe dos empresários. Para fazer a função de elemento de comunicação entre as partes envolvidas, foram criados os DCs (Sigla em inglês para *Development Councils*) que, por sua vez, tinham a função de abrir o diálogo entre os capitalistas e o Estado. Portanto, os DCs precisariam de uma estrutura que promovesse confiança na relação entre os dois grupos, para assim garantir um ambiente seguro ao investimento e ao mesmo tempo disciplinar a elite capitalista de acordo com as ambições do governo. Todavia, a estrutura criada além de redundante, não foi capaz de promover a confiança necessária entre o Estado e empresários para a convergência

dos interesses acerca do desenvolvimento nacional. Diante deste clima de insatisfação, o progresso destas instituições foi muito lento, e os DCs logo perderam relevância. Chibber (2006) argumenta: “Capitalists already found these institutions unacceptable because of their place within a disciplinary planning regime; now they could legitimately be shown to be redundant, further weakening their legitimacy” (p.175).

Resumindo, o governo perdeu a força do apoio popular com a execução das políticas de controle sobre os movimentos proletários e, por outro lado, as estruturas criadas ficaram presas aos interesses de determinados grupos, impedindo a implementação de um plano de desenvolvimento nacional. Chibber (2006) conclui:

But it has been a staple of state theory over the last two decades that the state's autonomy to undertake measures unpopular with the business class is increased in the context of a mobilized labor movement. Hence the suggestion that, had state managers been willing to use the labor movement as leverage – rather than demobilizing it – it may have been possible to install a powerful developmental apparatus despite business opposition. (p.239-240)

Ainda assim, os três primeiros planos quinquenais influenciaram a política econômica durante todo o governo de Nehru. Os *Planning Commissions* eram planos quinquenais e entrelaçavam três áreas; agrícola/pecuária, social e industrial.

O contexto inicial era de pequeno estoque de capital, taxa de poupança muito baixa e grande excedente de mão de obra pouco qualificada, ocupada em tipos de emprego informal, preferencialmente em atividades agrárias. Logo, o objetivo principal era promover mudanças estruturais em todo o país, buscando sempre a autossuficiência, fundamentadas nos preceitos básicos de igualdade de oportunidade, melhoria da qualidade de vida para todas as classes, com a garantia de condições mínimas de vida e acesso à educação e saúde. Nos textos dos três primeiros planos fica muito clara a ideia de promover crescimento inclusivo sem privilegiar nenhum grupo econômico. Neles, o papel do Estado é descrito não apenas como planejador e regulador, mas também como principal investidor. A complementariedade entre setor público e setor privado era valorizada, mas o investimento público tinha ambições maiores, pois através dele seria garantida a realização dos projetos com exigência de grandes volumes de capital inicial, como a indústria de base e os planos de irrigação.

O Estado, além de planejador, tinha também um papel ativo na economia, a fim de contornar problemas estruturais como a falta de bens de capital e o baixo padrão do consumo privado. Um ponto importante foi a nacionalização (em 1948) do *Reserve Bank of India*

(RBI), o banco central indiano, criado pelos britânicos com as mesmas estruturas do Banco Central Inglês.

Chakravarty (1987) descreve a percepção dos planejadores em relação às principais causas do atraso econômico, onde as preocupações com as restrições na oferta dos fatores evidenciam o viés neoclássico dos planos:

The underlying causes of structural backwardness were perceived as follows. First, the basic constraint on development was seen as being an acute deficiency of material capital, which prevented the introduction of more productive technologies. Secondly, the limitation on the speed of capital accumulation was seen to lie in the low capacity to save. Thirdly, it was assumed that even if the domestic capacity to save could be raised by means of suitable fiscal and monetary policies, there were structural limitations preventing conversion of savings into productive investment. Fourthly, it was assumed that whereas agriculture was subject to secular diminishing returns, industrialization would allow surplus labour currently underemployed in agriculture to be more productively employed in industries which operated according to increasing returns to scale. A fifth assumption was that if the market mechanism were accorded primacy, this would result in excessive consumption by the upper-income groups, along with relative underinvestment in sectors essential to the accelerated development of the economy. Sixthly, while unequal distribution of income was considered to be a 'bad thing', a precipitate transformation of the ownership of productive assets was held to be detrimental to the maximization of production and savings. (p.10)

Na Resolução da Política Industrial (IPR) de 1948 foi considerada uma regulação mais rígida para o capital estrangeiro garantindo, porém, que não haveria nacionalização das indústrias nos dez anos seguintes.

O IPR de 48 dividiu as indústrias em quatro categorias, a apresentadas da seguinte forma por Panagariya (2008):

- 1) Monopólio do Estado: energia atômica, armas e equipamentos e ferrovias;
- 2) Indústria de base: seis indústrias de base estavam nesta categoria, ferro e aço, naval, minério, carvão, aérea, equipamento de telecomunicação. Qualquer investimento novo só poderia ser feito pelo Estado, mas que por sua vez, poderia abrir para cooperação com o privado caso necessário;
- 3) Indústrias de importância nacional: sob-regulação do Estado, havia necessidade de licença para investimento, dezoito indústrias compunham esta categoria;
- 4) Todas as outras indústrias abertas ao setor privado.

Qualquer indústria descrita como fábrica ficaria sujeita às exigências de registro e liberação de licenças. Eram consideradas fábricas aqueles estabelecimentos cuja produção envolvia ao menos cinquenta operários e uso de energia elétrica, ou aqueles envolvendo ao menos cem operários e sem uso de energia elétrica.

A indústria de bens de consumo foi legada à iniciativa privada, sujeita a alguns controles que foram impostos ao longo do governo Nehru. A busca pela independência do mercado internacional levou o governo a investir maciçamente na indústria de base, conforme dito anteriormente, cuja capacidade de absorção de mão de obra era bastante limitada. Portanto, as indústrias de bens finais, como têxtil e sapatos, eram importantes também como forma de ampliar a demanda de trabalho e aumentar a inserção da população nos trabalhos capitalistas. Parte do plano era manter esta indústria em pequena escala, ocupando áreas periféricas, mais distantes dos centros urbanos.

Contudo, Panagariya (2008) argumenta que na prática, Nehru entendia a necessidade do capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial da Índia e, portanto, não aplicou o tratamento diferenciado para a indústria estrangeira, conforme previsto no IPR de 48. Com efeito, a necessidade de investimento na indústria de base, a fim de alcançar a autossuficiência, era tão elevada que não houve diferenciação no tratamento entre indústrias nacionais e ainda:

Despite the generally hostile environment, Prime Minister Nehru saw a clear need for foreign investment in India. He sized the initiative from the opponents and incorporated none of the restrictive provisions mentioned in paragraph 10 of the IPR in the Foreign Investment Policy Statement he delivered to the Parliament in April 1949. [...] The statement provided that the government would encourage new foreign capital by framing 'policies to enable foreign capital investment on terms and conditions that are mutually advantageous.' It permitted the remittances of profits and dividends of foreign companies abroad. It noted that although majority ownership by Indians was preferred, 'Government will not object to foreign capital having control of a concern for a limited period, if it is found to be in the national interest'. (PANAGARIYA, 2008, p.30)

Posteriormente, outros benefícios foram concedidos ao capital estrangeiro, como permissão para investir em indústrias importantes tais como equipamento elétrico pesado e fertilizantes. Estima-se que entre 1957 e 1963 45% das aprovações de novos capitais envolviam investimento estrangeiro (KIDRON, 1965 apud PANAGARIYA, 2008, p.30). De forma geral, o período sob o comando de Nehru foi aberto ao capital estrangeiro, mas sempre com o controle e direcionamento do Estado. A tabela abaixo mostra que o investimento estrangeiro cresceu bastante ao longo da década de 1950, exceto por dois anos (1957-58 e 1958-59).

Tabela 1: Conta capital da Índia na década de 1950 (em milhões de dólares)

	1951- 52	1952- 53	1953- 54	1954- 55	1955- 56	1956- 57	1957- 58	1958- 59	1959- 60	1960- 61	1961- 62
<b>Conta Capital</b>	-5	-90	-3	-14	23	77	286	599	407	723	510
Investimento estrangeiro	8	8	17	17	50	44	6	21	109	59	63
Assistência externa	99	46	-21	-21	13	57	76	458	368	460	450
Outros	-112	-144	1	-10	-40	-24	204	120	-70	204	-3

Fonte: RBI, arquivo 2007.

O governo aplicou política de controle de preços na indústria têxtil, o que dificultou o investimento em novas tecnologias. Kohli (2004) destaca esta indústria como exemplo de um setor que não conseguiu ganhar economia de escala e nem padrão de qualidade suficiente para competir no mercado internacional. O autor atribui tal fracasso ao controle de preço imposto que visava garantir o acesso dos bens finais à população de baixa renda, e proteger a produção em teares manuais.

Os planejadores indianos assumiam que as exportações tinham elasticidade de demanda baixa e, portanto, não seriam relevantes para o crescimento no curto prazo. As exportações poderiam crescer naturalmente conforme a indústria se consolidasse e começasse a apresentar vantagens comparativas (*learning by doing*). A política comercial foi mais efetiva depois do primeiro problema no balanço de pagamentos em 1957, que será explicado na seção sobre o segundo e terceiro plano.

## 1.2 Primeiro plano quinquenal (1951-1956)

A agricultura foi prioridade do primeiro plano, considerando que aproximadamente 80% da população dependiam diretamente da renda obtida na atividade agrária, garantir o suprimento interno de alimentos e evitar deslocamento em massa do campo para os centros urbanos estavam entre as principais preocupações. Abertura de áreas cultiváveis, irrigação, reforma do sistema de leis sobre a terra e fortalecimento de cooperativas, criação do sistema de crédito e melhoria da infraestrutura mínima necessária para escoar a produção e para gerar energia compunham as principais medidas e destinos do investimento público. O parágrafo 46 do primeiro *Planning Commission* deixa bem claro a prioridade:

For the immediate five year period, agriculture, including irrigation and power, must in our view have the topmost priority. For one thing, this emphasis is indicated by



the need to complete projects in hand. But, further, we are convinced that without a substantial increase in the production of food and of raw materials needed for industry, it would be impossible to sustain a higher tempo of industrial development. In an under developed economy with low yields in agriculture, there is of course no real conflict between agricultural and industrial development. One cannot go far without the other; the two are complementary. It is necessary, however, on economic as well as on other grounds, first of all to strengthen the economy at the base and to create conditions of sufficiency and even plenitude in respect of food and raw materials. (1° PC, capítulo 2, n.p.)

No entanto, Panagariya (2008) afirma que 15.1% do total previsto para o plano foram alocados na agricultura e no desenvolvimento das comunidades e 16.3% em irrigação, o que não se mostrou muito superior aos outros setores (p.41).

O leste indiano tem o clima úmido com maior incidência de chuva e foi onde se instalaram os primeiros colonizadores britânicos. Eram terras mais férteis, onde a atividade agrícola apresentava relativamente maior produtividade. Estas regiões eram também mais populosas e, acima de tudo nas riziculturas como em Bengal, a exploração da terra durante a colonização foi intensa, estabelecendo estruturas sociais rígidas de propriedade de terra, o que dificultou os planos de reforma agrária no pós-independência.

Já o centro do país era mais seco e, portanto, menos favorável para exploração da terra, o que levou a uma estrutura social menos hierarquizada. Nestas regiões a pecuária também era uma atividade importante. Por questões ecológicas e sociais, o governo colonial já havia realizado algumas aberturas de canais de irrigação e incorporado novas terras para cultivo. Estima-se que aproximadamente 60 milhões de acres foram abertos entre 1885 e 1938, sendo metade com a inclusão de irrigação (ROY, 2004).

No início da década de 1950, pouco mais da metade das terras totais eram usadas para agricultura, sendo 78% para a produção de alimentos, 17% destinados à matéria prima para indústria e o restante para as chamadas *plantations* (tabaco, chá e borracha) e culturas mais específicas como pimentas e condimentos que, apesar da área pequena, tinham muita importância no comércio exterior e na economia indiana (1° PC, capítulo 9).

Nos anos anteriores à independência, praticamente não houve abertura de novas áreas de cultivo, porém a população havia crescido 39% (ROY, 2004). A atividade agrícola dependia bastante das monções e os anos de seca acarretavam em fome generalizada, havendo relevante déficit entre o consumo mínimo diário de alimentos para um adulto e o volume cultivado. A fim de conter este problema, a Índia importava grandes quantidades de cereais, principalmente da Birmânia (Myanmar).

A organização da sociedade rural indiana era extremamente arcaica, o sistema feudal havia sido abolido recentemente, portanto, uma reforma do sistema de propriedade de terras

era de suma importância para a construção de um sistema mais moderno e menos desigual. Diversas questões relativas ao novo sistema de terras estavam ainda inconclusivas na época. Entraves como a definição sobre as compensações pelas terras expropriadas (dos donos intermediários das terras nos sistemas *Zamindars*<sup>2</sup>) ou a definição das formas de receita administrativa, dificultavam as mudanças estruturais. A tributação da agricultura era responsabilidade dos Estados, no entanto, os governos locais, muito próximos à elite rural, davam isenção fiscal, o que prejudicou a tributação deste setor.

De forma geral, as reformas tiveram baixo alcance distributivo mesmo com a eliminação do sistema de *Zamindars*, pois outras questões também importantes, como o limite do tamanho da propriedade e a própria redistribuição da terra foram negligenciadas. Os grandes proprietários de terra conseguiam burlar as regras e não houve ação punitiva por parte dos Estados.

A fim de manter o controle sobre o preço dos insumos mais importantes, o governo lançou em 1955 o *Essential Commodities Act*, que lhe garantia o controle sobre a produção, distribuição, fornecimento, preço de venda e de compra das commodities essenciais (PANAGARIYA, 2008, p.42).

A organização do sistema de cooperativas já era uma estrutura muito utilizada na Índia, com aproximadamente 181 mil sociedades existentes, até então. Devido sua importância para a sobrevivência dos pequenos produtores, estas cooperativas assumiram papel central na reorganização da vida rural, através da regulação, distribuição de crédito e de equipamentos, qualificação da mão de obra e na consolidação do conceito socialista do plano. Através destas mudanças institucionais e dos investimentos, o governo almejava a autossuficiência do suprimento de alimentos, ciente de que nas commodities usadas como matéria prima para indústria, a importação permaneceria importante por mais tempo.

A tabela 2 mostra que houve aumento de aproximadamente 15% no rendimento da produção e a abertura de áreas cultiváveis foi de 97.32 para aproximadamente 110 hectares. Além disso, o percentual de irrigação permaneceu estável, indicando que o governo não conseguiu executar parte importante do primeiro plano de desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Um tipo de sistema feudal que regia anteriormente à independência da Índia

Tabela 2: Produção de grãos, área cultivada e irrigada

Ano	Área (em milhões de hectares)	Produção (em milhões de toneladas)	Rendimento (kg/hectar)	Pecentual irrigado
1950-51	97.32	50.82	522	18.1
1951-52	96.96	51.99	536	18.4
1952-53	102.09	59.2	580	18.1
1953-54	109.07	69.82	640	18.1
1954-55	107.86	68.03	631	18.4
1955-56	110.56	66.85	605	18.5
1956-57	111.14	69.86	629	18.2
1957-58	109.48	64.31	587	19.3
1958-59	114.76	77.14	672	18.7
1959-60	115.82	76.67	662	18.8
1960-61	115.58	82.02	710	19.1
1961-62	117.23	82.71	706	19.1
1962-63	117.84	80.15	680	19.8
1963-64	117.42	80.64	687	19.8
1964-65	118.11	89.36	757	20.2

Fonte: Panagariya, tabela 2.5, p.44.

O primeiro plano quinquenal foi bem sucedido em vários aspectos, mas decepcionante em diversos outros. Era esperado que a renda nacional crescesse entre 6 e 7% (2º PC, capítulo 1), expectativa superada pelo resultado de 18% de crescimento do PIB durante todo o quinquênio. Embora o ganho na agricultura tenha sido mais em função de práticas extensivas do que intensivas, o crescimento do rendimento da produção de grãos foi importante para a população e a produtividade destas culturas aumentou de forma relevante. As mudanças implementadas nestes cinco primeiros anos não apontaram para a direção de uma mudança estrutural consistente que ampliasse os setores modernos da economia, atraindo mão de obra do campo para os centros urbanos. A agricultura e pecuária continuavam absorvendo cerca de 70% da força de trabalho, enquanto a indústria e a mineração apenas 2.6%, pequenas empresas, incluindo o setor de construção, absorviam aproximadamente 8% (2º PC, capítulo 1).

### 1.3 Segundo e terceiro planos quinquenais (1956 -1966)

Os dois planos seguintes (1956-1966) tiveram enfoque maior no setor industrial. Foram elaborados a partir da teoria de Mahalanobis<sup>3</sup> que previa a integração vertical entre os setores, o que permitiria ampliar a elasticidade da oferta nos impulsos de demanda, o consumo seria estimulado entre os setores. No entanto, não houve desenvolvimento do setor de bens de consumo final suficientemente relevante para o transbordamento dos efeitos da demanda. Os planos de desenvolvimento tinham um viés pela oferta, onde o consumo poderia crescer conforme o crescimento do setor de bens de capital.

Panagariya (2008) destacou um trecho do discurso que Nehru fez em 1953 na Federação do Comércio e Indústria (FICCI, sigla em inglês para *Federation of Indian Chamber of Commerce and Industry*) no qual ele enfatiza a importância da independência econômica e aponta para o desenvolvimento da indústria de base como caminho chave:

One thing is clear to me: that if we do not develop heavy industry here, then we either eliminate all modern things such as railways, airplanes and guns, as these things cannot be manufactured in small-scale industry, or else import them. But to import them from abroad is to be slaves of foreign countries. Whenever these countries wished they could stop sending these things, bringing our work to a halt; we would then remain slaves. (p.25)

A agricultura assumia papel importante no fornecimento barato de alimento assegurado pelo controle estatal sobre o preço dos insumos estratégicos, somado aos baixos salários rurais. Esta estratégia atenuava possíveis pressões sobre os custos industriais (folha de pagamento) e mantinha a estabilidade sócio-política dos centros urbanos. Essencial também para assegurar o nível de preço baixo, foi o acordo firmado com os Estados Unidos, PL480, que permitia a importação de grãos, pagos em rúpia. (CHAKRAVARTY, 1987, p.21-22).

O desenvolvimento do setor industrial foi direcionado, principalmente, para a produção da indústria pesada. O país tinha grandes reservas de ferro, magnésio, bauxita, carvão e material atômico e, portanto, as principais indústrias desenvolvidas neste período foram as de ferro e aço, energia, máquinas e equipamentos e químicos.

As empresas chamadas *Departmental Enterprise*, como ferrovias e correios, ficaram sob controle dos ministérios. As indústrias do setor público, as *Central non Departmental Enterprises*, respondiam pela maior parte das grandes indústrias indianas (JOSH e LITTLE, 1994). Elas constituíram o grosso do crescimento industrial do período, favorecidas pelo

---

<sup>3</sup> Estatístico indiano que desenvolveu um modelo de crescimento importante na época.

crescimento do investimento público (KOHLI, 2004) que elevou sua participação, no total de investimentos, de 27% em 1950-51 para 53% em 1965-66, e teve um crescimento do PIB de 94% entre 60-61 e 65-66 (somente setor público), enquanto o crescimento do PIB nacional foi de um pouco mais de 60%, para o mesmo período<sup>4</sup>.

A tabela 3 mostra o salto que a produção da indústria pesada teve entre o primeiro plano e o segundo, em especial a de equipamentos. Por outro lado, o índice de crescimento da indústria têxtil ficou bem abaixo do índice geral.

Tabela 3: Índice da produção industrial (1950-51=100)

Grupo	1955-56	1960-61
Índice geral	139	194
Têxtil (algodão)	128	133
Ferro e aço	122	238
Máquinas (todos os tipos)	192	503
Químicos	179	288

Fonte: Panagariya, 2008, p.37

Nos quinze anos analisados, a média do crescimento anual do valor adicionado na indústria de metais básicos, máquinas e produtos de metal e em máquinas elétricas foi de 21.9%, 13.4% e 13.9%, respectivamente<sup>5</sup>. Neste período, a indústria de manufatura teve um ganho de 8.1% do valor adicionado enquanto na agricultura foi de 3.2% ao ano.

O segundo plano de desenvolvimento quinquenal, lançado em 1956, logo sofreu com uma crise no balanço de pagamentos, em 1957, o que forçou o replanejamento da economia. A crise expôs algumas fraturas do modelo de desenvolvimento adotado. Conforme dito anteriormente, em muitos campos a prática não era tão rígida quanto às resoluções estipuladas pelos planejadores. As licenças de importação eram concedidas sem grandes preocupações, até mesmo porque faltava orientação clara dos órgãos planejadores que não definiam objetivos precisos, deixando-as sob critério subjetivo do comitê responsável pelas licenças. Chibber (2006) acrescenta que não havia qualquer instrumento de monitoramento oficial sobre as divisas, logo, quando os ministros da fazenda (B. K. Nehru) e do comércio (T.T. Krishnamachari – TTK) perceberam que o fluxo de capital estava seriamente comprometido, já era tarde para corrigir. Uma das consequências imediatas foi o contingenciamento do orçamento, principalmente para o terceiro plano quinquenal, e mesmo assim, até o final dele o país sofreu com algumas crises de pagamento.

<sup>4</sup> Cálculo próprio a partir dos dados do Mospi

<sup>5</sup> Cálculo próprio a partir dos dados das contas nacionais no Mospi

Os planos de desenvolvimento iniciais negligenciaram a política de comércio exterior, a estratégia estava fundamentada no desenvolvimento de uma indústria de base forte capaz de tornar o país independente da importação de bens de capital. A exportação não era prioridade do curto prazo, mas um processo natural do longo prazo, conforme o desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção em grande escala. Inicialmente, não houve aumento relevante das barreiras comerciais a fim aprofundar a proteção à indústria nacional, Panagariya (2008) coloca:

[...] Instead, the objective was seen as promoting a production structure through planning and industrialization that would eliminate the needs for imports, and free the country from the threat of closure of the world markets. Against this background, it is not surprising that an active policy of raising trade barriers did not accompany the initial launch of industrialization, which principally relied on planning, public investment in heavy industry, and licensing of private sector investment. (p.26)

A tabela 4 apresenta a distribuição da importação entre bens de consumo, matéria prima e bens intermediários e bens de capital. No segundo intervalo, 1956 a 1961, observa-se menor participação da importação de bens de consumo na pauta e um crescimento significativo de bens de capital.

Tabela 4: Pauta de importação, participação por tipo de bem (%)

	1951-56	1956-61
Bens de consumo	32	23
Matéria prima e bens intermediários	50	47
Bens de capital	17	30

Fonte: 3º PC, capítulo 8.

A crise do balanço de pagamentos em 1957 foi um ponto de inflexão na política de comércio exterior, quando o governo começou a entender a importância das exportações também como fonte de divisas. A política comercial logo ganhou espaço nos planos quinquenais e algumas medidas de incentivo à exportação foram implementadas. Contudo, a Índia não conseguiu o resultado esperado, tanto no alcance do volume de exportação quanto no aumento de divisas suficientes para aliviar o balanço de pagamento.

Chibber (2006) sustenta que, diferentemente da Coreia, a Índia seguiu uma política de substituição das importações priorizando o mercado interno, com viés pessimista sobre as exportações. Quando o governo iniciou uma política mais ativa de incentivo às exportações,

assentada no financiamento e promoção à exportação e na qualificação da infraestrutura necessária, a burocracia previamente montada foi um dos fatores que atrapalhou o processo, Chibber (2006) sustenta:

So the failure of export promotion schemes was partly owing to the chaotic character of their implementation and partly owing to the firms' own strategies, which were steadfastly committed to the domestic market. And, of course, each reinforced the other: the scheme's entanglement in the bureaucratic morass of the state made them unattractive to the potential exporters, who nonetheless did try to use them to get access to scarce resources; the firm's strategy, in turn, made bureaucrats front-load more paperwork and administrative hurdles as a means of screening applicants, all of whom came under suspicion as potential rent-seekers. (p.205)

Com efeito, a estratégia de exportação de muitas firmas seguiu como uma forma de escoar o excesso da produção e não como uma estratégia empresarial de abertura de novos mercados e concorrência internacional.

Não é de impressionar que em 1955-56 as exportações representavam 6.5% do PIB e no final do terceiro plano quinquenal passaram para um pouco mais que 3%<sup>6</sup>. O valor total das exportações em 1965-66 foi quase 20% menor do que no período de 1950-51<sup>7</sup>. Por outro lado, foi durante o terceiro plano quinquenal que a pauta de exportação, antes bastante concentrada em chá, tecidos de algodão e juta, alterou sua composição para uma maior participação de bens fabricados a partir de ferro e aço (4º PC, capítulo 5, tabela 1).

Foi também depois da crise de 1957 que o investimento estrangeiro alcançou patamares mais elevados. De acordo com Chibber (2006, p. 201), por volta de 1965 aproximadamente 45% do investimento estrangeiro direto (IED) correspondiam à instalação de filiais das multinacionais, muito concentradas nas plantations e indústria de petróleo (90%). Os outros 55% do IED eram *joint ventures* das diversas formas (controle total, minoritário ou apenas colaboração técnica), mais concentradas em manufaturas, conforme tabela abaixo:

Tabela 5: Setores de *joint ventures*, 1965

Indústria	Número de colaborações
<b>Extrativista e plantations</b>	<b>11</b>
<b>Manufaturas, sendo:</b>	<b>1006</b>

<sup>6</sup> Cálculo próprio a partir dos dados do Mospi

<sup>7</sup> Idem, preços 2004-05

Alimentos, Bebidas e tabaco	12
Têxtil	59
Equipamento de transporte	115
Máquinas e ferramentas	250
Metais	107
Bens eletrônicos e máquinas	162
Químicos e produtos afins	177
Diversos	124
<b>Serviços</b>	<b>34</b>
<b>Total</b>	<b>1051</b>

Fonte: Chibber, 2006, p. 202.

O segundo e o terceiro planos quinquenais alcançaram a média de crescimento anual do PIB de 4.1% e 3.4% respectivamente (MOSPI). O terceiro plano quinquenal conseguiu fazer a renda nacional crescer em 20% nos quatro primeiros anos, mas no último ano houve queda de 5.6% (4º PC, capítulo 1).

Os investimentos cresceram uma média de 5.6% e 8.8% por ano no segundo e no terceiro plano, respectivamente. Crescimento este, acompanhado pelo aumento da participação do setor privado e público, com redução do setor famílias, conforme tabela abaixo.

Tabela 6: Formação bruta de capital fixo na Índia, total e por setor (%)

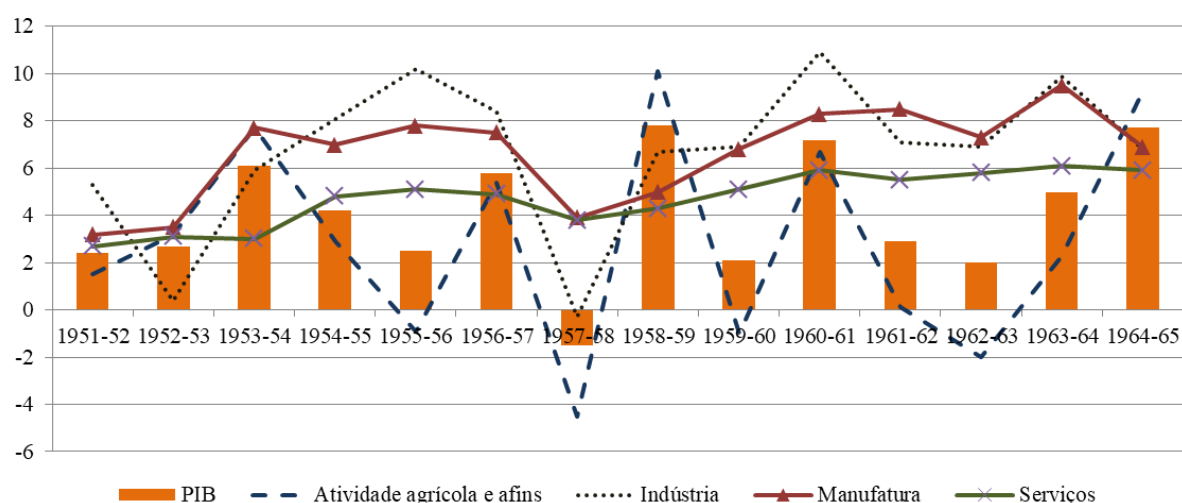
	1951-52 a 1955-56	1956-57 a 1960-61	1961-62 a 1965-66	1951-52 a 1965-66
Crescimento FBCF	4.6	5.6	8.8	5.9
Participação da FBCF setor público	37	47	52	45
Participação da FBCF setor privado	10	14	17	14
Participação da FBCF famílias	53	39	31	40

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Mospi, preços de 2004-05.

A produção industrial cresceu anualmente uma média de 7.7% nos 15 anos iniciais (NAYYAR, 1978), mas os últimos anos começaram a mostrar tendência de desaceleração, exceto para algumas indústrias importantes, como a de fertilizantes, derivados de petróleo, metais (não ferro) e equipamentos elétricos e bombas. Ainda assim, nos anos em que as estiagens eram fortes e prejudicavam a produção agrícola, seus efeitos refletiam severamente no PIB, conforme gráfico 1.



Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB e setorial (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Panagariya (2008).

Na agricultura, os investimentos realizados no setor durante estes dois planos quinquenais foram insuficientes e já no final do segundo plano a produção começou a apresentar sinais de esgotamento. Neste período, o crescimento da produção agrícola não acompanhou a taxa de crescimento da população e nem da produção industrial. O desequilíbrio entre a demanda e a oferta dos produtos agrícolas aumentou a dependência das importações, além de trazer limites mais restritos para o crescimento agregado da economia. Não houve inovação tecnológica suficiente para assegurar o crescimento contínuo da produção no campo, e já no início dos anos 1960 observou-se queda no crescimento da produção agrícola.

Tabela 7: Crescimento da produção agrícola e da população (% médio por ano)

	1950/51 to 1959/60	1960/61 to 1969/70
<i>Commodities</i>	3.64	1.68
Grãos para alimentação	3.68	1.71
Grãos não alimentícios	3.57	1.59
Crescimento da população*	1.9	2.2

Fonte: Chakravarty 1987, p. 113. \*Calculado a partir dos dados do RBI.

O enfraquecimento dos planos de desenvolvimento foi agravado com a morte de Nehru, em 1964. O contexto externo foi marcado pelos problemas na fronteira com a China

em 1962 e pela guerra com o Paquistão em 1965 e, internamente, a Índia sofria com graves estiagens que afetaram profundamente a agricultura, trazendo fome generalizada para a população rural. Nestas circunstâncias tremendamente desfavoráveis, nenhum plano quinquenal de desenvolvimento foi elaborado nos anos seguintes ao término do terceiro. Foi somente em 1969 que o PC volta, já sob a liderança de Indira Gandhi, que comandou a cena política até meados da década de 80.

#### **1.4 Indira Gandhi e a década de 1960 e 1970**

Conforme dito anteriormente, o cenário político e econômico após a morte de Nehru foi bastante conturbado. Os dois conflitos internacionais desviaram grande parte do gasto público para a área de defesa e agravaram a dependência indiana na ajuda internacional, principalmente com a recusa americana do envio de recursos durante o conflito indo-paquistanês.

Lal Bahadur Shastri havia assumido como primeiro ministro, e iniciou uma política de abertura da economia ao setor privado. Seu falecimento, dezoito meses após a posse, interrompeu o processo de liberalização.

Indira Gandhi é eleita em 1967 e, de acordo com Chibber (2006), o plano original era seguir a política de liberalização iniciada no governo anterior. Ela assumiu o comando em um cenário de inflação acentuada, queda da renda nacional e problemas no balanço de pagamento, decorrentes em grande medida, das graves estiagens ocorridas nos dois anos anteriores (1965 e 1966).

A ajuda americana, que durante o terceiro plano quinquenal correspondeu a aproximadamente 60% da assistência total (CHIBBER, 2006, p.221), junto ao Banco Mundial, exigiram um pacote de reformas orientadas para o mercado a fim de dar continuidade à remessa financeira. Dentre elas, estava a desvalorização da rúpia, iniciada em 1966, a eliminação do regime de licenças e supressão dos controles estatais sobre preço e distribuição, além da intensificação do uso de fertilizantes e de sementes de alto rendimento. Já em 1967, o governo suspendeu a exigência de qualquer tipo de licença para 42 indústrias e à todas foi liberada a expansão de 25% da produção sem licença prévia (CHIBBER, 2006).

No entanto, a assistência americana ficou abaixo do valor prometido nas negociações iniciais. Conforme coloca Chibber, os Estados Unidos e o Banco Mundial contribuíram com US\$350 milhões em 1967-68 e já em 1968-69 a remessa caiu para US\$24 milhões, isso fez com que o governo voltasse atrás com as liberalizações iniciadas. Em 1969, a primeira ministra anunciou a nacionalização de bancos comerciais, conjunto de bancos que

representava 85 a 90% dos depósitos (PANAGARIYA, 2008, p.53), e passou no congresso uma lei chamada *Monopolies and Restrictive Trade Practices* (MRTP Act) ampliando os poderes do governo para regular ainda mais as grandes firmas.

É neste período que a primeira ministra faz uma mudança radical e inicia um conjunto de medidas intervencionistas, rompendo de vez com os grupos que buscavam maior liberalização da economia.

No final de 1969 o INC se divide em dois grupos; aqueles que apoiavam a nova política, chamado de *R*, e os que se opunham, chamado de *O*. Indira Gandhi conseguiu maioria com o apoio dos partidos comunistas, e seguiu uma política bastante intervencionista ao longo da década de 70. Ela venceu as eleições de 1971 com o slogan “*Abolish Poverty*” e conseguiu eleger vasta maioria no congresso, o que abriu espaço para o aprofundamento das reformas iniciadas nos anos anteriores. A primeira ministra ganhou ainda mais força com a vitória militar sobre o Paquistão, conflito iniciado após um ataque paquistanês sobre território indiano no final de 1971. As disputas na região fortaleceram a relação entre Índia e União Soviética, levaram a formação de Bangladesh (antes Paquistão do Leste), e criou um enorme contingente de refugiados em Bengal Ocidental.

Dando continuidade às reformas, impôs a nacionalização das empresas de seguro, seguida da indústria carvoeira, assumiu o controle de diversas empresas em dificuldade financeira, inclusive algumas têxteis. A política de reserva às indústrias de pequeno porte havia sido introduzida em 1967, excluindo a participação das indústrias grandes e médias da produção dos bens inseridos em uma lista específica para produção de pequena escala. Inicialmente com 47 itens, chegou a 504 itens em 1978 (PANAGARIYA, 2008, p.65), que consistiam em bens manufaturados como roupas, sapatos e móveis. Em 1973 passou a regulação do comércio internacional, o *Foreign Exchange Regulation Act* (FERA) que controlava o investimento estrangeiro na Índia. O FERA permitia a participação estrangeira em até 40%, sob determinadas condições nele especificadas, sendo que mesmo aquelas enquadradas neste limite não recebiam o mesmo tratamento que as empresas nacionais.

Em 1972/73 a agricultura apresentou outro fracasso com queda de 8% da produção agrícola (JOSH e LITTLE, 1994, p.53) pressionando os gastos públicos que já acumulavam despesas militares elevadas desde o conflito indo-paquistanês. A resposta do governo foi através da nacionalização do comércio de trigo na primavera de 1973. No entanto, a força da elite rural conseguiu bloquear a medida, forçando o governo a voltar atrás com a nacionalização deste setor.

O choque do petróleo em 1973 foi outro fator de pressão sobre a inflação. O preço do barril saiu de US\$2.70 em Setembro de 1973 para US\$11.20 no mesmo período do ano seguinte (JOSH e LITTLE, 1994, p.53), provocando acentuado aumento de quase 200% no déficit em conta corrente entre 1972/73 e 1974/75, o equivalente a 30% das exportações.

Greves em diversos setores e o descontentamento geral com a trajetória econômica marcaram os anos de 1973 e 1974. Conforme colocam Josh e Little (1994): “These cost of living increases sparked riots and encourage political movements led by frustrated middle-class idealists” (p.54). O governo que já vinha tentando controlar os movimentos sociais com ajuda da polícia, endureceu a resposta a partir da ameaça de greve de aproximadamente dois milhões de ferroviários em 1974, declarando o movimento como ilegal e prendeu em torno de 20 mil trabalhadores e líderes sindicais.

A tabela abaixo apresenta a variação de preços agrupada por classe de bens e o total (AC). Vemos que entre 1973-74 e 1974-75 a inflação acelerou bastante, registrando taxas de 20% e 25%, respectivamente. A boa safra de 1975 contribuiu para a queda na inflação no período seguinte.

Tabela 8: Variação anual do preço de atacado (WPI), (em %)

ANO	AC	PA	FA	NF	F&P	MP	WPI todas commodities, variação anual*
1980-81	18.2	15.0	11.4	11.9	25.2	19.2	257.3
1979-80	17.1	13.8	8.2	14.2	15.7	20.2	217.6
1978-79	0.0	-1.3	-0.7	-4.3	4.4	0.2	185.8
1977-78	5.2	9.9	11.8	6.3	1.5	2.3	185.8
1976-77	2.1	0.8	-5.1	19.7	5.3	2.3	176.6
1975-76	-1.1	-6.6	-4.9	-14.6	10.5	1.4	173.0
1974-75	25.2	25.2	26.0	11.7	51.8	21.0	174.9
1973-74	20.2	28.1	22.7	36.4	18.6	14.4	139.7
1972-73	10.0	9.7	10.1	9.0	4.0	11.3	116.2
1971-72	5.6	0.9	1.1	-1.4	5.9	9.5	105.6
1970-71	-	-	-	-	-	-	100.0

Fonte: RBI. Notas: AC: todas as commodities, PA: artigos primários, FA: alimentos, NF: produtos não alimentícios, F&P: combustível e energia, MP: produtos manufaturados. FA e NF compõem o PA. \*1970-71=100

As eleições de 1977 mostraram o grande desgaste político do governo com a vitória da coalisão grupo *O* do INC e o partido Janata. Morarji Desai assume como primeiro ministro e monta um governo essencialmente conservador, mas não consegue fazer reformas relevantes e logo veio a segunda crise do petróleo e com ela, o enfraquecimento do governo. Os dois anos seguintes foram beneficiados com boas colheitas, mas em 1979 a combinação de uma safra desastrosa com a subida do preço internacional do petróleo deu à Indira Gandhi a chance de retornar ao poder e em 1980 ela vence as novas eleições.

Durante todo o período em análise o *Planning Commission* não conseguiu reestabelecer sua centralidade nos projetos de desenvolvimento. Com o término do terceiro plano os planos quinquenais ficaram interrompidos até 1969, e o seu retorno mostrou um órgão bastante enfraquecido, carente de autonomia e funcionando sob o comando dos ministérios.

A média de crescimento da renda nacional do período (1966-67 a 1978-79) foi de aproximadamente 4% ao ano<sup>8</sup>. A produção agrícola total apresentou desempenho muito ruim, assim como a produção industrial, com queda acentuada da taxa de crescimento nos dez anos seguintes à morte de Nehru.

Tabela 9: Taxas de crescimento do PIB e setorial (custo de fator, %)

Ano	Agricultura e afins	Indústria	Manufatura	Serviço	PIB
1965-66	-11	3.8	0.9	2.8	-3.7
1966-67	-1.4	3.3	0.8	3.1	1.1
1967-68	14.9	3.1	0.4	3.9	8.5
1968-69	-0.2	5	5.5	4.6	2.5
1969-70	6.4	7.8	10.7	5.2	6.3
1970-71	7.1	1	2.3	4.9	5
1971-72	-1.9	2.7	3.3	3.6	0.9
1972-73	-5	3.7	3.9	3	-0.5
1973-74	7.2	1.1	4.4	3.3	4.5
1974-75	-1.5	1.6	2.9	4.5	1.2
1975-76	12.9	6.6	2.1	6.8	9.4
1976-77	-5.8	8.7	8.8	4.6	0.9
1977-78	10	6.9	6.2	5	7.5
1978-79	2.3	7.6	12.4	6.7	5.1
1979-80	-12.8	-3.1	-3.2	2.2	-5.2

Fonte: Panagariya, 2008, p.48.

<sup>8</sup> Mospi, preços de 2004-05

O governo central não conseguiu implementar determinadas reformas sobre a propriedade rural, e uma das questões cruciais foi a subordinação da agricultura à esfera estadual, onde a influência da classe rural tinha maior relevância. Foi a partir da segunda metade da década de 1960 que C. Subramaniam, ministro da agricultura de ambos os governos, Shastri e de Gandhi, implementou a revolução verde. Seu início se deu com a importação de uma variedade de semente de trigo de alta performance testada no México. O sucesso deste projeto levou a disseminação do uso de variações de sementes a outras culturas como arroz, milho e sorgo.

A principal estratégia da revolução verde foi o uso de sementes de alta performance junto à aplicação de fertilizantes. Formaram-se instituições a fim de auxiliar todo o setor agrícola, tais como a Comissão de Preços Agrícolas (APC, sigla para *Agricultural Price Commission*), e a *Food Corporation of India* (FCI). O APC garantiria um preço mínimo aos agricultores, minimizando o risco dos investimentos, e o FCI responsável pela distribuição e armazenamento das commodities pelo país.

Apesar do aumento dos custos de produção e dos efeitos negativos que a importação das sementes teve sobre a balança comercial, os resultados da revolução verde para a produtividade foram bastante positivos. De acordo com Panagariya (2008):

Gradually, the policy was extended geographically as well as to other crops, including rice, maize, millet, and sorghum. While India still suffered from food shortages during the consecutive drought years of 1971-72 and 1972-73, by the late 1970s food grain production had expanded sufficiently to make the country self-sufficient. (p.73)

Segundo o autor, os resultados gerais sobre a produtividade agrícola abrangem todas as atividades relacionadas e, portanto, não fornecem uma dimensão precisa das melhoras geradas pela revolução verde: “If we compute the growth rates of food grain production alone from the production levels shown [...], the average growth rate during 1966-81 (4.7 percent) substantially exceeded the average growth rate of 2.2 percent during 1961-65” (p.73).

Por outro lado, a indústria apresentou desempenho bastante decepcionante. A taxa de crescimento da produção industrial caiu de 7.8% ao ano para 3.6%, entre 1965 e 1975 (NAYYAR, 1978). A participação do setor de manufatura no PIB caiu de 13.1% em 1965-66 para 12.8% em 1975-76<sup>9</sup>, onde parte da produção era reservada exclusivamente às indústrias pequenas.

---

<sup>9</sup> Dados do relatório: Mospi special issues, vol 1, Preços constantes 1999-00

A tabela 10, retirada do artigo de Nayyar (1978), apresenta o crescimento industrial do mercado formal, aberta por setores, separada entre os períodos 1955 a 1965 e 1965 a 1975. A indústria têxtil teve desempenho fraco em ambos os períodos, piorando no segundo, como todos os outros setores. Sobre a indústria de bens de consumo, Nayyar resume: “In the 1960s it was sustained at a respectable level by a rapid expansion in the output of consumer durables. However, even the modest growth disappeared in the 1970s as the pace of expansion in the durable goods industries slackened markedly” (p.1266).

Tabela 10: Composição e taxa de crescimento da indústria de 1950 a 1975

	Peso: 1950 = 100	Taxa média de crescimento anual(%)	
		1955-65	1965-75
Alimentos	12.09	4.9	3.4
Bebidas e tabaco	2.22	9.1	3.1
Têxteis	27.06	2	-0.5
Químicos e produtos químicos	7.26	9.8	7.2
Produtos de minerais não metálicos	3.85	10.8	5
Metais básicos	7.38	13	3
Produtos de metal	2.51	14.3	4.2
Máquinas não elétricas	3.38	24.6	6.9
Máquinas elétricas	3.05	15.6	8
Equipamento de transporte	7.77	7.6	-3.2
Manufatura geral	84.91	7.6	3.1
Mineração e extração	9.72	5.9	3.7
Eletricidade	5.37	14	9.2
Total da produção industrial	100	7.8	3.6

Fonte: Nayyar, 1978, p.1267.

Todavia, a indústria de bens básicos apresentou resultados um pouco melhores comparativamente às outras. Vemos que no primeiro período o desempenho deste grupo foi bastante acelerado e já no segundo, a taxa de crescimento caiu, porém permaneceu acima do índice geral.

Nayyar (1978) explica a queda da produção industrial a partir do baixo desenvolvimento do consumo interno. As políticas anteriores não conseguiram melhor distribuição de renda e nem muito menos ampliar de forma relevante o emprego nos setores capitalistas. Desta forma, não houve expansão suficiente do consumo de massa que garantisse o aumento da produção sustentável. Além disso, o governo desviou grande parte do seu consumo para o setor de defesa comprometendo ainda mais o crescimento da produção industrial.

A média da participação do consumo privado no PIB entre 1966-67 e 1978-79 foi de 74.6%, enquanto a participação do setor privado na formação bruta de capital fixo, que havia alcançado 17% no terceiro plano, caiu para 10% no período em análise<sup>10</sup>.

Sobre o balanço de pagamento, vemos na tabela abaixo que as exportações e importações, na segunda metade da década de 1970, cresceram consideravelmente e a balança comercial seguiu deficitária. Além disso, a conta de serviços<sup>11</sup> tornou-se um componente importante para equilibrar a conta corrente. O envio de remessas de indianos trabalhando no Oriente Médio, no aquecido mercado de petróleo, intensificou o fluxo de entrada de capital no período.

Tabela 11: Balanço de Pagamentos da década de 1970 (em milhões de dólares)

	1970- 71	1971- 72	1972- 73	1973- 74	1974- 75	1975- 76	1976- 77	1977- 78	1978- 79
A) Exportação, f.o.b.	1890	2122	2579	2997	4006	4830	5750	6354	6817
B) Importação, c.i.f.	2435	2759	2796	3646	5620	6197	6097	7051	9512
<b>I. Balança Comercial (A-B)</b>	<b>-545</b>	<b>-637</b>	<b>-217</b>	<b>-649</b>	<b>-1614</b>	<b>-1367</b>	<b>-347</b>	<b>-698</b>	<b>-2696</b>
<b>II. Serviços, liq</b>	<b>-49</b>	<b>-32</b>	<b>-186</b>	<b>2093</b>	<b>415</b>	<b>1161</b>	<b>1347</b>	<b>2011</b>	<b>2406</b>
<b>III. Conta Corrente</b>	<b>-594</b>	<b>-669</b>	<b>-403</b>	<b>1444</b>	<b>-1198</b>	<b>-206</b>	<b>1001</b>	<b>1313</b>	<b>-290</b>
<b>IV. Conta Capital</b>	<b>580</b>	<b>697</b>	<b>360</b>	<b>-1416</b>	<b>600</b>	<b>913</b>	<b>905</b>	<b>828</b>	<b>1597</b>
A) IDE	48	58	40	67	87	-9	-29	-12	30
B) Ajuda externa	672	682	488	-1525	1071	1409	1421	1030	555
C) Empréstimos comerciais	22	13	70	92	195	267	183	39	200
E) NRI deposits, net	0	0	0	0	0	42	187	234	190
F) Outros	-162	-56	-238	-50	-753	-796	-857	-463	622
<b>V. Balanço de pagamentos</b>	<b>-14</b>	<b>28</b>	<b>-43</b>	<b>28</b>	<b>-599</b>	<b>707</b>	<b>1905</b>	<b>2141</b>	<b>1308</b>
<b>VI. Capitais Compensatórios</b>	<b>14</b>	<b>-28</b>	<b>43</b>	<b>-28</b>	<b>599</b>	<b>-707</b>	<b>-1905</b>	<b>-2141</b>	<b>-1308</b>
<b>VII. Reservas (aumento - / queda+)</b>	<b>118</b>	<b>-128</b>	<b>43</b>	<b>-107</b>	<b>-9</b>	<b>-959</b>	<b>-1562</b>	<b>-1805</b>	<b>-1218</b>
<b>VIII. FMI, liq</b>	<b>-205</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>79</b>	<b>608</b>	<b>252</b>	<b>-343</b>	<b>-336</b>	<b>-244</b>
<b>IX. Alocações no SDR*</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>154</b>

Fonte: RBI, arquivo 2007. \*SDR: Special Drawing Right, são os Direitos de Saque Especial (DSE).

De forma geral, a década de 70 sofreu com turbulências políticas internas, choque do petróleo e greves em setores importantes que afetaram negativamente o desempenho econômico. O governo de Indira Gandhi rompeu com importantes grupos capitalistas, responsáveis por boa parte dos investimentos privados dos planos anteriores, mas o gasto público em defesa e com políticas para atenuar os efeitos das estiagens não permitiram ao governo compensar a queda dos investimentos privados. Kohli (2004) descreve: “By contrast, Indira Gandhi’s populism hurt investment and growth. And finally, the political drift toward

<sup>10</sup> Cálculo próprio a partir dos dados do Mospi

<sup>11</sup> Nela estão incluídas as transferências e a balança de rendas



the right in the third phase has been accompanied by a growing role of the private sector in the economy and improved economic performance.” (p.259).

Além disso, seu governo mostrou-se incapaz de implementar melhor distribuição de renda, e a estratégia da revolução verde, se por um lado impulsionou o rendimento da produção de grãos, por outro, mostrou-se uma forma cara de cultivo, favorecendo os proprietários mais ricos.

### **1.5 Considerações finais**

O período entre a independência da Índia e o final da década de setenta apresenta uma mudança profunda em termos de política econômica, quando Indira Gandhi assume a liderança em 1967.

Os primeiros planos de desenvolvimento econômico, elaborados sob liderança de Nehru, buscaram quebrar com a dependência externa do país e ampliar os setores capitalistas nacionais sem aumentar a desigualdade de renda. No centro da estratégia estava o Estado como principal provedor e controlador da economia, semelhante aos planos socialistas, elaborando a estratégia de desenvolvimento através do *Planning Commission*.

Contudo, durante todo o período colonial alguns grupos capitalistas e os grandes proprietários de terra se fortaleceram através das alianças com o Império Britânico e tornaram-se centrais na atividade política e econômica indiana. Estes dois grupos, por sua vez, não aceitavam o nível de interferência na atividade industrial proposta pelo Estado, porém queriam uma política de substituição de importações que protegesse o mercado nacional da competição externa.

Conforme Chibber (2006), as instituições estabelecidas para os planos de desenvolvimento econômicos não foram capazes de mudar a estrutura hierarquizada antes formada. Pelo contrário, consolidaram as posições de poder preestabelecidas e, portanto, impossibilitaram uma mudança estrutural mais profunda. Os grupos capitalistas e a elite rural conseguiram usar em benefício próprio as políticas de controle do governo.

Indira Gandhi, ao romper com a elite empresarial indiana no final dos anos sessenta, enfrentou diversos entraves para desenvolver setores importantes da economia. Seu governo, ainda que tenha alcançado maior controle sobre as atividades industriais e ampliado a participação do setor público na economia, não foi capaz de promover uma mudança social. Entre 1966-67 e 1978-79 a taxa de crescimento dos investimentos foi muito abaixo do plano

anterior, 4.8% e 12.8%, respectivamente, sofrendo uma queda acentuada na participação do investimento privado que caiu de 17% para 10%.

Na agricultura, a preferência pelo investimento extensivo também não contribuiu para uma mudança estrutural do campo. A reforma agrária não foi levada adiante e a revolução verde aumentou substancialmente o rendimento da produção de grãos, mas por outro lado, elevou seu custo, dificultando a disseminação da tecnologia nos grupos rurais menos capitalizados.

Com efeito, os trinta anos analisados não apresentaram mudanças significativas na estrutura da sociedade rural e as técnicas de produção foram pouco disseminadas. Houve aumento da produtividade dos grãos e enriquecimento de determinadas áreas rurais como Punjab, mas as mudanças foram mais concentradas em algumas regiões.

A tabela 12 revela o crescimento do PIB e do PIB per capita em diferentes períodos, bem como a participação dos componentes da demanda agregada em relação ao PIB. A estagnação do PIB per capita na década de setenta fica bastante evidente.

Tabela 12: Crescimento do PIB e componentes da demanda agregada em % do PIB

	1951-52 a 1955- 56	1956-57 a 1960- 61	1961-62 a 1965- 66	1951-52 a 1965- 66	1966-67 a 1976- 77	1970-71 a 1978- 79
Crescimento PIB (média por ano)	3.9%	4.1%	3.4%	3.8%	3.5%	2.9%
Crescimento PIB per capita (média por ano)	2.1%	2.1%	1.2%	1.8%	1.2%	0.5%
	<b>% do PIB</b>					
Consumo privado	86.1	82.4	78.4	82.2	75.0	73.4
Consumo governo	5.6	5.8	7.6	6.3	9.6	10.1
Investimento	12.7	15.2	18.0	15.2	18.5	18.6
Exportação	6.4	4.9	3.8	4.9	4.6	5.5
Importação	8.0	8.6	6.5	7.6	5.6	5.6

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Mospi.

A política industrial dos três primeiros planos priorizou a indústria de base, o que gerou pouca demanda de trabalho para uma economia com aproximadamente 600 milhões de habitantes (década de 50). A falta de absorção da mão de obra rural e o baixo padrão de vida da sociedade rural não permitiram uma transformação no consumo capaz de estimular o crescimento da produção de bens finais. Vemos na tabela 12 que o consumo foi de 78.4% para 73.4% entre a primeira metade da década de sessenta e o final da década de setenta.

O crescimento das exportações teve pouco impacto na economia agregada devido a sua baixa participação no PIB, que na comparação entre o primeiro período da tabela, 1951-

52 a 1955-56, com o último, 1970-71 a 1978-79, este percentual cai de 6.4% para 5.5%. A década de 70 foi um período muito difícil para a economia indiana. Além do crescimento do PIB per capita quase nulo, a taxa de crescimento do PIB por ano foi de 2.9%, o mais baixo comparado aos períodos anteriores.

A década de oitenta foi um período de profundas mudanças. O novo direcionamento da política econômica aproximou o governo da classe capitalista enquanto os investimentos público e privado convergiram para uma economia mais dinâmica. Estas mudanças e seus resultados econômicos serão analisados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2: A DÉCADA DE 1980

### Introdução

O início dos anos 80 foi marcado pelos efeitos da segunda crise do petróleo de 1979 e por duas estiagens que prejudicaram gravemente a produção agrícola. A instabilidade econômica e o desgaste político do governo da situação contribuíram para a volta ao poder de Indira Gandhi, afastada três anos antes.

Foi nesta década que a política econômica começou a seguir uma orientação que privilegiava o setor privado, iniciando o processo de reformas que diminuía a amplitude das licenças de produção, dos controles de importação e dos controles sobre os investimentos privados. A estratégia do governo foi pautada por mudanças institucionais e pelo aumento do gasto público e do investimento em infraestrutura.

Após o assassinato de Indira Gandhi, em 1984, o país passou por novas eleições e seu filho, Rajiv Gandhi, foi eleito primeiro ministro (1985). O novo governo aprofundou as reformas iniciadas e seguiu com a política fiscal expansionista.

A Índia experimentou um desempenho econômico bastante positivo, com média de crescimento do PIB acima de 5% a.a., quebrando com o ciclo econômico de baixo crescimento do período anterior, conhecido como “taxa de crescimento hindu”. O padrão deste crescimento foi bastante concentrado no setor público e foi pouco eficaz na inserção da força de trabalho informal nos setores capitalistas mais modernos, ou seja, no mercado formal de trabalho.

Outro aspecto importante da trajetória econômica do período, foi o padrão de financiamento do déficit em conta corrente. Inicialmente feito quase que exclusivamente através dos empréstimos do FMI e outros órgãos multilaterais, sua composição foi apresentando progressivamente maior participação de fontes comerciais. Tal mudança implicou na redução dos prazos da dívida e aumento do seu custo, fragilizando o balanço de pagamento.

Este capítulo irá analisar as mudanças na política econômica praticadas pelos dois governos Gandhi, destacando as principais reformas implementadas, bem como a conjuntura macroeconômica do período. Em seguida, é feita uma breve seção sobre a crise do balanço de pagamento de 1991, para depois delinear as estruturas dos setores mais relevantes no processo do desenvolvimento indiano.

Por fim, os resultados sobre a decomposição do crescimento à luz do modelo de crescimento liderado pela demanda do supermultiplicador sraffiano são apresentados, acompanhados de uma análise dos principais componentes da demanda agregada.

## **2.1 Tendências da economia indiana durante a década de 1980**

O decepcionante desempenho econômico da década de 1970 e a ineficiente burocracia que beneficiava os “amigos” do governo fortaleceram os argumentos em defesa do menor grau de intervenção do Estado. Desta forma, o discurso pró-mercado ampliou sua aceitação na elite indiana e conseguiu aderência na classe política.

Com efeito, os anos 80 revelaram o início da mudança de paradigma na política econômica indiana. O Estado buscou maior alinhamento com o capital privado doméstico e foi, aos poucos, diminuindo os controles sobre a capacidade de produção, investimento estrangeiro e importação.

Quando Indira Gandhi assume novamente o poder, a conjuntura econômica interna encontrava-se fragilizada decorrente do segundo choque do petróleo, em 1979, combinado à condição climática desfavorável. A inflação ultrapassava os 15% em 1980 (JOSH e LITTLE, 1994, p.143) e o déficit em conta corrente havia passado de superavitário em 1978-79 para deficitário em 30% das exportações (1.5% do PIB)<sup>12</sup> no primeiro ano fiscal da década.

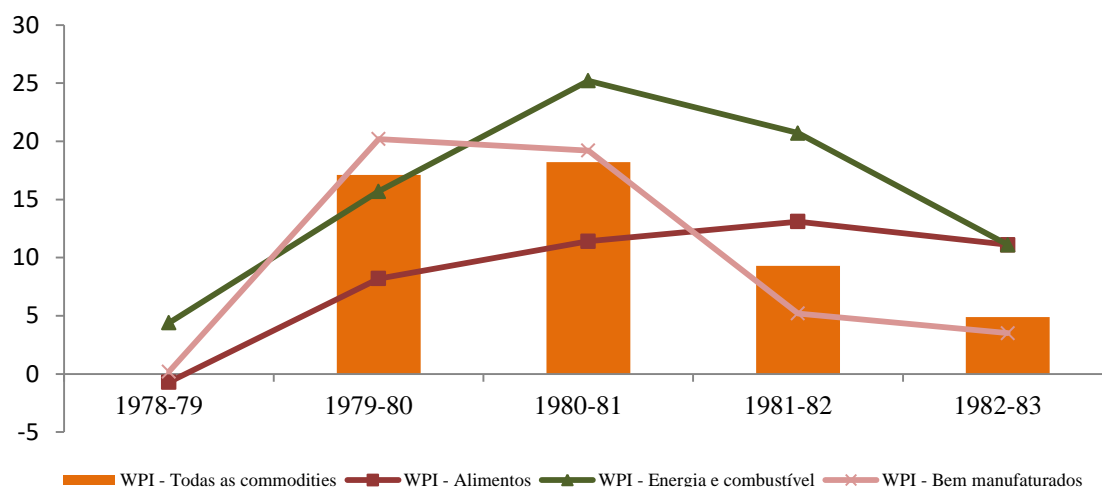
O governo conseguiu conter a subida dos preços dos alimentos usando seu estoque na distribuição nacional. A inflação do período foi mais acentuada nos produtos manufaturados e no preço do petróleo e derivados. A indústria foi muito penalizada com os diversos problemas no abastecimento dos insumos, promovido pela oscilação do preço do petróleo, pela queda no fornecimento de energia<sup>13</sup> e pela escassez de determinadas matérias primas cuja produção fora afetada pela estiagem, como algodão e juta.

---

<sup>12</sup> RBI

<sup>13</sup> Decorrente da estiagem

Gráfico 2: Variação anual de preços em diferentes classes de produtos (WPI\*)



Fonte: RBI \*WPI: Wholesale Price Index.

Diferente da reação à crise de 1973, desta vez o governo possuía maior disponibilidade de recursos financeiros e tinha um volume de reservas internacionais de aproximadamente US\$1bilhão. Fato que facilitou o empréstimo do FMI, além de permitir aplicar uma política fiscal anticíclica, contando com elevado nível de investimento público, em destaque para a área de infraestrutura.

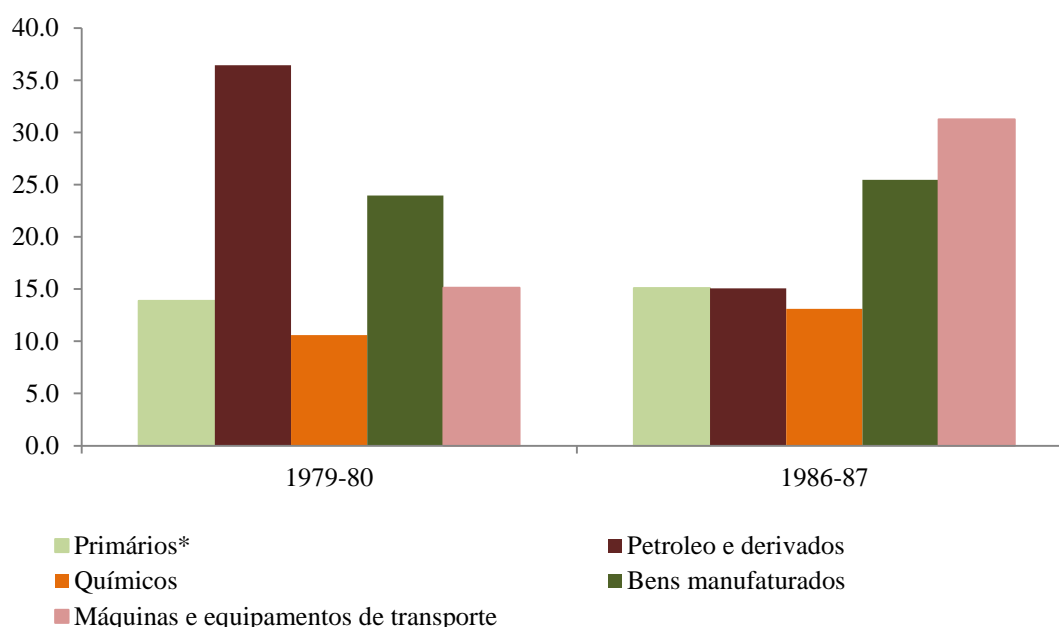
A estiagem evidenciou a fragilidade do setor de energia e provocou constantes cortes no abastecimento da indústria, o que prejudicou consideravelmente a produção industrial e as exportações dos bens industrializados. Portanto, a superação dos gargalos no setor de energia foi uma das diretrizes do plano de desenvolvimento. Outros gargalos que também preocupavam o setor privado, como as condições para escoar a produção e o setor de telecomunicações, integraram o conjunto dos receptores das inversões públicas nos dois governos, Indira e Rajiv Gandhi.

Nos anos cinquenta duas instituições na área de petróleo haviam sido fundadas; a comissão do petróleo e gás (ONGC, sigla em inglês para *Oil and Natural Gas Commission*) e a Oil India Ltd (OIL). Em 1980 a Índia já era produtora de petróleo, tendo sua exploração *offshore* iniciado nos primeiros anos da década de 70. Contudo, a importação do insumo e produtos derivados correspondia a três quartos do consumo doméstico. Foi então na década de 1980 que os investimentos no setor de exploração cresceram de forma relevante e novas bacias de petróleo foram encontradas no perímetro de Bombaim (Mumbai). A produção interna de petróleo aumentou, aliviando consideravelmente a pauta de importação. Segundo Joshi e Little (1994):

[...] However, after the second oil price increase and the troubles in Assam<sup>14</sup>, it was decided to implement an “accelerated program” for extraction of oil from the Bombay High Field. A new target of 29 million tonnes was set and achieved. Expenditure on oil exploration and production was almost double in real terms. The IMF loan clearly helped. By 1984/85 net imports of oil and oil products were down to 13 million tonnes, less than one-third of domestic consumption, and the oil import-substitution program in oil was a great success. (p.156)

O aumento da exploração doméstica permitiu uma mudança na composição da pauta de importação, antes bastante sobrecarregada com a necessidade de importar petróleo, conforme aponta o gráfico 3. Contudo, tal mudança não gerou alívio na balança comercial, que seguiu negativa em decorrência do aumento da importação dos bens de capital e da dificuldade em melhorar as exportações.

Gráfico 3: Pauta de importação por tipo de bem (participação em %)



Fonte: RBI 2001, elaboração própria. \*Exceto combustível.

Seguindo a estratégia de estímulo ao investimento privado, o arcabouço de restrições às indústrias formado ao longo das últimas décadas começava a afrouxar. O mesmo governo que anteriormente havia aprofundado a interferência do Estado na economia provocou uma série de mudanças na política industrial e comercial seguindo, conforme descrito por Kohli (2006), uma política econômica pro-negócios. A determinação da política em buscar o crescimento econômico levou a uma inflexão na relação do governo com os grupos

<sup>14</sup> Assam era o Estado indiano responsável pelo fornecimento de um terço de toda a produção de petróleo. O autor se refere ao conflito político que ocorreu entre 1979 e 1980 contra a inclusão de imigrantes no registro eleitoral de Assam.

capitalistas, e propiciou a convergência entre os investimentos público e privado, abandonando o foco no crescimento distributivo<sup>15</sup>. Dentre as mudanças na relação dos dois setores, destaca-se a diminuição da amplitude de muitos dos controles e exigências, estabelecidas nos anos anteriores, e abertura ao setor privado de áreas antes reservadas ao governo.

Os novos ventos do governo de Indira Gandhi não apontavam para uma mudança radical, com o completo abandono do papel central do governo no planejamento da economia. Muito pelo contrário, a mudança se concentrou em dissolver determinadas normas, como as licenças de expansão de produção e de importação, que representavam entraves ao investimento privado. Fato que evidencia tal objetivo foi a primeira grande reforma do governo sobre a nacionalização de seis bancos, feita pelo então chefe do RBI (I. G. Patel), logo após as eleições, posicionando o governo na centralidade dos meios de financiamento do desenvolvimento.

Lembrando que a área de atuação das empresas do MRTP e FERA era bem mais restrita e, em muitos casos, elas eram excluídas de benefícios cedidos às firmas indianas, estes grupos permaneceram à margem de várias reformas, embora, algumas empresas consideradas de importância nacional tenham sido retiradas do MRTP.

Dentre as medidas que visavam dar maior liberdade sobre as decisões de produção, Panagariya (2008) destaca: 1- O apêndice I<sup>16</sup> foi ampliado permitindo o alargamento de novos investimentos 2- regularização da capacidade aos níveis já licenciados para 34 indústrias chave, ou seja, o nível já licenciado deste grupo se tornou a base de cálculo para novas licenças 3- ficou excluído do cálculo de capacidade a produção para exportação, o que foi estendido a algumas firmas no MRTP e no FERA, 4- 15 indústrias do setor de engenharia receberam permissão para expandir automaticamente a capacidade em até 25%, 5- em 1982 mais 45 indústrias foram incluídas no item 4, além da supressão desta exigência (para expansão da capacidade) para todas as empresas do MRTP.

Outro ponto importante foi o aumento de capital fixo para o enquadramento das empresas de pequena escala, passando de \$1 milhão para \$2 milhões de rúpias. Em 1984 foi aberta ao setor privado a indústria de manufatura de equipamentos de telecomunicação.

---

<sup>15</sup> Conforme descrito no capítulo 1, até 1980 a política econômica buscou um crescimento econômico com distribuição de renda, o que deixa de ser prioridade no novo governo.

<sup>16</sup> Lista restrita de empresas que não estavam reservadas ao setor público ou aos pequenos negócios e sem exigência de licença para aumento de capacidade.



A respeito do comércio internacional, além da exclusão da produção para exportação no cálculo das licenças de produção citado acima, foi permitida a construção de unidades voltadas exclusivamente para a exportação. Foi ainda permitida a importação dos equipamentos necessários para a expansão de até 25% da capacidade, o que também ficou disponível às empresas inseridas no MRTP e no FERA. Em 1981 houve ampliação do limite de investimento, de \$30 milhões de rúpias para \$50 milhões. Ficou suprimida a restrição de importação de matéria prima para aqueles insumos fora do regime de importação e permitida a importação de máquinas no montante de \$4 milhões de rúpias.

As tentativas de estímulo à exportação não deram a alavancagem necessária para cobrir o aumento da importação de bens de capital, mas o déficit em conta corrente seguiu com uma média de 1.5% do PIB. As exportações cresceram em média 2.8% a.a. enquanto as importações aumentaram em 4.4% a.a. Uma das questões discutidas por diversos autores (RAKSHIT, 2009; JOSH e LITTLE, 1994) a respeito do desempenho das exportações foi a falta de uma política cambial capaz de beneficiar os produtos nacionais no mercado internacional.

[...] The decision to keep the NER<sup>17</sup> fixed enough to prevent a further appreciation of the RER<sup>18</sup>. More was needed to offset the competitive disadvantage created earlier. Consequently export growth was slow, the current account deficit persisted, and foreign debt grew rapidly. (JOSH e LITTLE, 1994, p.281)

A rúpia se manteve sobrevalorizada nos primeiros anos da década de 80, agravando as dificuldades das empresas domésticas na competição internacional. Uma análise mais detalhada sobre a política cambial do período será apresentada mais adiante.

Quando Rajiv Gandhi assume em 1985, ele intensifica o ritmo das reformas pró-mercado. Com efeito, importantes integrantes do governo eram defensores da redução do grau de interferência do governo na economia, como Manmohan Singh e Montek Singh Ahluwalia (KOHLI, 2006).

No âmbito dos controles sobre a capacidade de produção, foi concedida permissão para maior flexibilidade na produção, exceto para as firmas da MRTP e FERA. Isso implicava que as fábricas podiam trocar a linha de produção para similares (ex. de carro para caminhão). Além disso, as firmas podiam expandir a capacidade em até 133% caso houvessem alcançado 80% da utilização da capacidade nos últimos cinco anos anteriores a 1985, o que também não valia para os casos do MRTP e FERA.

---

<sup>17</sup> NER: Nominal Exchange Rate

<sup>18</sup> RER: Real Exchange Rate

Foi com Rajiv Gandhi que a rigidez do controle sobre as firmas enquadradas no MRTP atenuou, como a liberação destas firmas para operar em novos setores, e com isso diversificar a produção. Houve aumento da base de ativos fixos para o enquadramento no MRTP, que passou de \$200 milhões de rúpias para \$1 bilhão, dispensando quase metade das empresas do grupo.

Foi também a partir de 1985 que a indústria farmacêutica começou a ser estimulada com liberação das licenças de produção para determinados produtos. Aos poucos o controle sobre o preço e distribuição de cimento foi sendo retirado.

Conforme descrito no capítulo anterior, as indústrias de pequeno porte eram isentas dos controles e obrigações aplicados pelo governo. O limite para enquadramento neste grupo foi ampliado de \$2 milhões para \$3.5 milhões de rúpias em 1985. Este grupo também recebia isenção fiscal até um determinado valor de faturamento que, quando alcançado, a isenção era interrompida de forma definitiva. Tal processo passou a ser feito gradualmente, conforme o crescimento do faturamento, tornando a passagem mais suave.

Além das reduções do controle na capacidade produtiva, houve também maior abertura nas licenças de importação, redução de tarifas para alguns produtos e o estabelecimento de instrumentos de incentivos à exportação. A lista de OGL (sigla em inglês para *Open Genral List*) continha os produtos que poderiam ser importados sem licença, embora ainda sob algumas condições. Esta lista foi estendida à outros produtos que não eram produzidos no mercado nacional.

Os produtos cuja importação estava terminantemente proibida eram majoritariamente bens de consumo e alguns bens intermediários de capital. Aos poucos este grupo foi sendo reduzido e, já em 1985, a proibição da importação se limitou às classes de produtos relativos a óleo e gordura de animais e coalho. De forma geral, as restrições à importação de bens ficaram condicionadas à exigência do uso do conteúdo nacional e ao nível das reservas cambiais.

O volume dos subsídios à exportação cresceu de forma significativa neste período, de 9% a 13% das exportações (JOSH e LITTLE, 1994, p.183). Além das formas mais tradicionais como assistência financeira, benefício nas licenças de importação e no imposto cobrado (*drawback*), Josh e Little chamam atenção para outras formas de subsídios mais difíceis de quantificar, como: aumento dos produtos disponíveis para reposição e das licenças de importação concedidas aos exportadores; juros mais baixos para crédito de exportação, de

12% para 9%; em 1988, todo o lucro decorrente das exportações poderia ser deduzido do imposto de renda.

Ainda como forma de estímulo à exportação, a política cambial buscou a desvalorização da rúpia. Na segunda metade da década a taxa de câmbio real foi desvalorizada em 33%. Lembrando que o regime cambial nesta época mantinha a rúpia atrelada a uma cesta ponderada por diversas moedas.

Foi principalmente durante o governo de Rajiv Gandhi que muitas empresas de tecnologia se desenvolveram. Todas as reformas citadas acima e as políticas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, como promoção da área de pesquisa e desenvolvimento, investimento em centros de educação de ponta, além das negociações com empresas estrangeiras para transferência de tecnologia, estimularam o surgimento de polos tecnológicos.

Ainda que os grandes beneficiados com as reformas tenham sido os gigantes industriais como Tata e Birla, houve espaço para o surgimento de novos *players*, bem como, aumento significativo do número de novas empresas. O crescimento industrial da década foi, em média, de 6.5% a.a. e da agricultura de 3.9% a.a. (KOHLI, 2006).

Denúncias de corrupção afetaram o governo de Rajiv Gandhi e sua credibilidade interna, contribuindo para a desaceleração das reformas. Em 1989 Rajiv Gandhi convocou novas eleições na esperança de legitimar seu poder, mas foi derrotado pela oposição. A Frente Nacional, formada em 1988 a partir da coligação de vários partidos, assumiu o poder, representada por V.P. Singh.

Em resumo, a década de 80 experimentou uma taxa de crescimento econômico alta de, em média, 5.7% a.a.<sup>19</sup>, muito superior ao crescimento de 3.3% do PIB mundial ou de 4.3% do PIB dos países em desenvolvimento. A produção industrial aumentou e setores importantes de tecnologia de ponta foram desenvolvidos, como polos industriais de *softwares* e de equipamentos de comunicação. A participação da Índia no comércio internacional cresceu, mas permaneceu relativamente baixa.

### 2.1.1 A Crise do Balanço de Pagamento

Apesar do crescimento econômico bastante expressivo da década de 80, o país enfrentou uma crise do balanço de pagamento logo nos primeiros anos da década de 90, o que gerou profunda reestruturação interna. Conforme descrito em um discurso do diretor do RBI,

---

<sup>19</sup> Cálculo próprio a partir dos dados do RBI, preços 2004-05.

Reddy, a crise foi essencialmente um problema de liquidez aprofundado pela Guerra do Golfo, mas foi usada como justificativa para o estabelecimento de reformas estruturais:

The BoP crisis, actually triggered by the Gulf War, was essentially a liquidity crisis on the external front, but drew our attention to the deep structural imbalances in what economists call the factor and product market activities as also the fiscal system and this in a sense underlined the need for a comprehensive programme of reform. (REDDY, 1998, p. 2)

O padrão do financiamento dos investimentos durante o governo de Rajiv Gandhi sofreu mudanças importantes em sua composição que impactaram significativamente o equilíbrio do balanço de pagamentos. Rakshit (2009) destaca dois fatores que possibilitaram tal mudança, um deles descrito como inovações financeiras (debentures convertíveis e permissão para um grande número de emissões de ofertas públicas iniciais) que geraram recursos de fluxo financeiro não bancários ao setor privado. O segundo fator foi a liberação de créditos comerciais externos aos importadores de bens de capital, que se tornou importante fonte de financiamento. Segundo o autor:

A major source of the mounting debt service obligations and growing imbalances in the balance of payments during the 1980s was, as already observed, the sharp rise in the average interest on external liabilities. This was largely a reflection of a significant change in the composition of foreign debt. In 1980 more than three-fourths of total debt were concessional, carrying a fairly low interest rate. But as the sources of concessional credit started drying up, commercial borrowing came to constitute the main instrument of meeting the external deficit. [...] Such heavy reliance on commercial credit from external sources for financing the growing current account deficit constituted a major policy failure in more ways than one. (2009, p.81)

Como mostra a tabela 13, a dívida de curto prazo passou de 6.2% do total da dívida em 1980 para 10.4% em 1990. O financiamento não oficial<sup>20</sup> foi ganhando participação na composição da dívida, enquanto a participação do oficial na dívida total foi de 75% em 1980 para 47.6% em 1990. Essa mudança na composição encareceu a dívida e afetou negativamente a balança de transações correntes, elevando o serviço da dívida de 2.1% para 4.2% do PIB, entre 1980-81 e 1989-90.

---

<sup>20</sup> O financiamento oficial é o “concessional credit” descrito por Rakshit na citação acima, que tem melhores condições de crédito como juros mais baixos ou prazos mais longos.

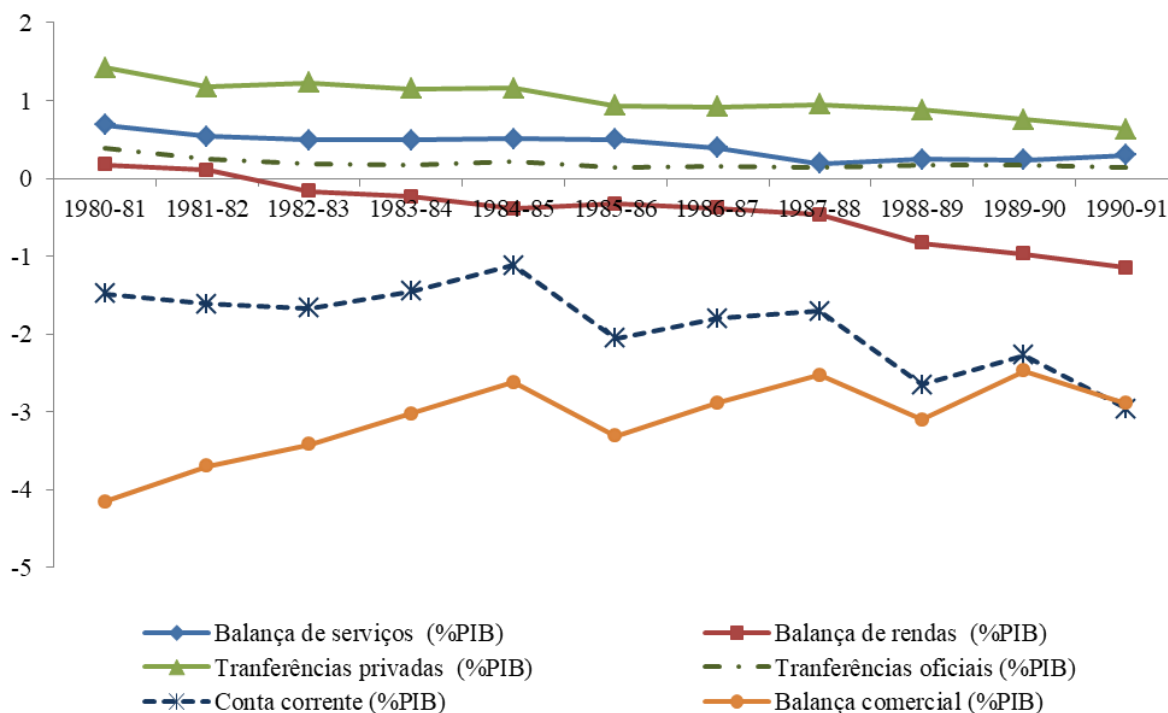
Tabela 13: Déficit em conta corrente, dívida externa e reservas internacionais

	1980	1987	1988	1989	1990
Déficit em conta corrente (% PNB)	1.3	2.4	2.9	2.7	3.2
Total do estoque da dívida (%PNB)	11.9	21.9	20.8	26.4	27.1
Total do estoque da dívida, em % das exportações	136	287.4	280.5	308.5	313
Dívida de curto prazo, em % do total estoque da dívida	6.2	10.2	10.9	10.2	10.4
Depósitos de NRI, curto e longo prazo, em % do total do estoque da dívida	11	20.2	23.7	22.8	23.1
Dívida oficial, em % do estoque da dívida	75.1	45	42.4	48.6	47.6
Reservas internacionais em total das importações (em meses)	7.9	5.3	3.7	4.4	1.9
Reservas internacionais em % do estoque total da dívida	57.9	20.5	15.8	15.8	6.9

Fonte: Rakshit, 2009, com dados do Banco Mundial (1996).

O gráfico 4 apresenta o comportamento da conta corrente e seus componentes em relação ao PIB. A balança comercial apresentou ligeira melhora, mas permaneceu negativa ao longo da década. A partir de 1987 o déficit em conta corrente começa a crescer significativamente devido ao aumento das importações, mas também à saída de recursos na conta de rendas (conta que inclui o pagamento de juros). O fluxo de entrada das divisas enviadas por indianos não residentes (NRI) teve uma leve queda em 1990-91, mas caiu sensivelmente em relação ao PIB. Grande parte deste envio procedia dos indianos que trabalhavam no setor de petróleo em países do Oriente Médio.

Gráfico 4: Conta corrente do BP e componentes (% do PIB)



Fonte: Elaboração própria, dados do RBI, 2001.

Quando a Guerra do Golfo eclodiu, a Índia sofreu dois impactos simultâneos, pois além de importadora de petróleo da região, as remessas de divisas enviadas pelos indianos trabalhando nos países envolvidos na guerra eram componentes importantes no equilíbrio do balanço de pagamentos. Portanto, o abrupto aumento do preço deste insumo e a queda da entrada dos recursos dos NRI evidenciaram a fragilidade do balanço de pagamento indiano gerando a crise de 1991. Foi necessário levantar novo aporte de capital com o FMI para ajustar a situação financeira que, em contrapartida, exigiu uma série de reformas abordadas no próximo capítulo.

## 2.2 Questão fiscal

A participação do investimento público no PIB cresceu durante o período, alcançando seu pico em 1986-87 com 11.5% e retornando para uma participação próxima a dos anos iniciais. A taxa de crescimento deste componente acelerou consideravelmente na primeira metade, com média anual de 8.9% (1980-81 a 1984-85), quando o governo investiu maciçamente na extração de petróleo.

Pelas contas nacionais, vemos que a área de infraestrutura recebeu a maior parte dos investimentos. Os setores de suprimento de água, gás (óleo cru) e elétrico, responderam juntos

por quase 40% do total, originado em grande parte das empresas públicas (MOSPI, 1980-81)<sup>21</sup>. Estas empresas, por sua vez, aumentaram a participação no PIB de 9.2% em 1980 para 13.2% em 1989. A participação total do setor público no PIB era de 26.7% (1989), sendo as agências do governo e as estatais controladas pela administração pública (como ferrovias e navegação) com participação de 13.5% (MOSPI, 1980-81)<sup>22</sup>.

O consumo do governo foi um componente de demanda importante durante toda a década, seu crescimento manteve taxa média de 7% a.a. (RBI, 2014). A tabela 14 apresenta o padrão deste consumo durante o período em análise.

Tabela 14: Alocação do consumo do governo (em % do total no ano, preços correntes)

	1980-81	1985-86	1989-90
Pagamentos de funcionários	63.6	61.7	63.8
Despesas com serviços públicos	6.6	5.6	5.4
Despesas com defesa	16.2	20.8	20.2
Despesas com educação	0.9	1.4	1.4
Despesas com saúde	2.3	2.1	1.4
Despesas com seguridade social e bem estar	1.3	0.9	1.1
Despesas com serviços econômicos	6.7	5.8	5.3
Outras despesas	2.4	1.8	1.4

Fonte: Elaboração própria, dados no Mospi, NA old series 80-81

O maior gasto foi naturalmente com a folha de pagamento, e manteve praticamente a mesma proporção do gasto total durante a década. O setor público, como maior empregador, era responsável por aproximadamente 70% da força de trabalho do setor formal (RBI), cabendo às áreas administrativas e agências do governo praticamente metade deste percentual.

O segundo maior gasto, com defesa, cresceu 4% na participação total do consumo do governo. Não era apenas uma questão geopolítica, mas também uma real preocupação com os movimentos rebeldes separatistas e o histórico de conflitos vividos anteriormente com países vizinhos, China e Paquistão. Vale destacar que a atividade econômica da administração pública e defesa foi uma importante contribuição no crescimento do PIB, com taxa de crescimento de 7.5% a.a. entre 1980-81 e 1986-87 (NAGARAJ, 1990).

Os gastos em serviços econômicos são, em sua maioria, referentes às despesas na área da agricultura, transporte e comunicação. A participação dos gastos em educação subiu meio ponto percentual na segunda metade da década. Embora o governo de Rajiv Gandhi tenha desenvolvido e aprimorado alguns centros de formação e universidade de ponta, a educação

<sup>21</sup> Contas nacionais séries antigas de 1980-81

<sup>22</sup> Idem

de base permaneceu bastante restrita, a taxa de alfabetização da população acima de 15 anos em 1991 era de apenas 33.7% entre as mulheres e 61.6% entre os homens<sup>23</sup>.

Outros dois gastos importantes nas contas do governo eram referentes aos subsídios e pagamento de juros. A tabela abaixo revela o acentuado crescimento destes dois componentes em relação ao PIB. A participação das despesas com o pagamento de juros tornou-se mais onerosa do que os gastos com defesa.

As despesas com subsídio foram retiradas da tabela do RBI (2006), mas é um dado subestimado. Alguns autores como Josh e Little (1994, p.193) estimam que os gastos com subsídios representavam 3.6% do PIB entre 1985-86 e 1989-90. Desonerações como as concedidas aos grandes proprietários de terra não eram contabilizadas. Este benefício foi concedido pelos estados nos primeiros anos pós-independência e mantido durante os governos subsequentes. Entre outras formas de subsídio não quantificadas na tabela 15, mas já citadas na seção anterior, estão a redução de juros para exportadores e dedução no imposto de renda dos lucros decorrentes da exportação.

Tabela 15: Indicadores fiscais (% do PIB)

	Média 1980/81 a 1984/85	Média 1985/86 a 1989/90
Receitas*	18.1	19.9
Gastos do Governo*	28.2	30.3
Defesa	2.7	3.1
Juros	2.1	3.2
Subsídio	1.3	1.8
Déficit Fiscal*	7.1	8.9

Fonte: RBI, 2006. \*Dados extraídos do Rakshit, 2009, Tabela 3.4, p.68.

O aumento com o pagamento de juros decorreu do crescimento da dívida externa que o país assumiu, principalmente na segunda metade da década, e que levou à crise do balanço de pagamento logo nos primeiros anos da década de 90.

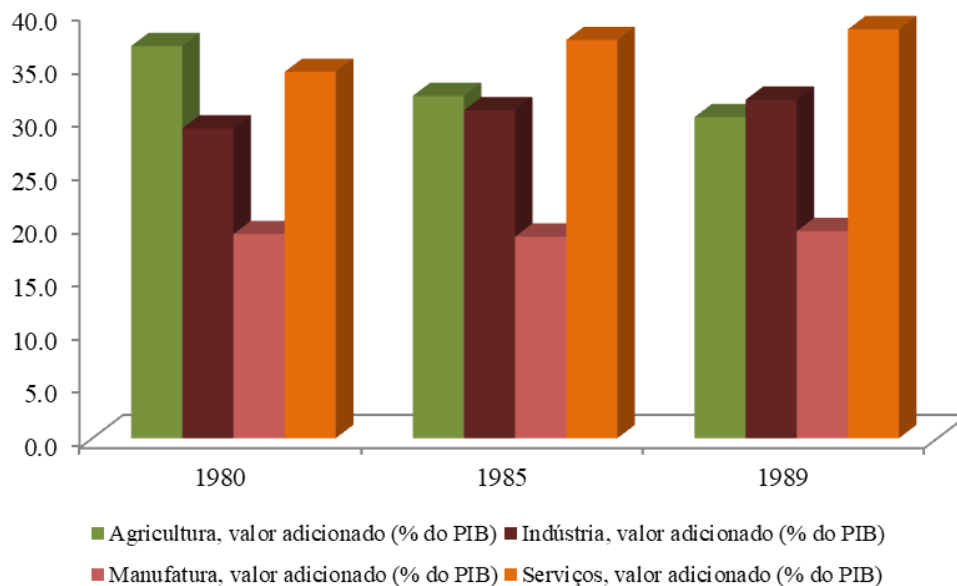
### 2.3 Estrutura produtiva e do mercado de trabalho

A composição da produção setorial passou por transformações importantes com o alargamento da participação da indústria e dos serviços no PIB. No entanto, em relação ao mercado de trabalho, a atividade agrícola permaneceu como o setor com maior absorção da força de trabalho.

<sup>23</sup> Statistical YearBook for Asia and the Pacific, 2014



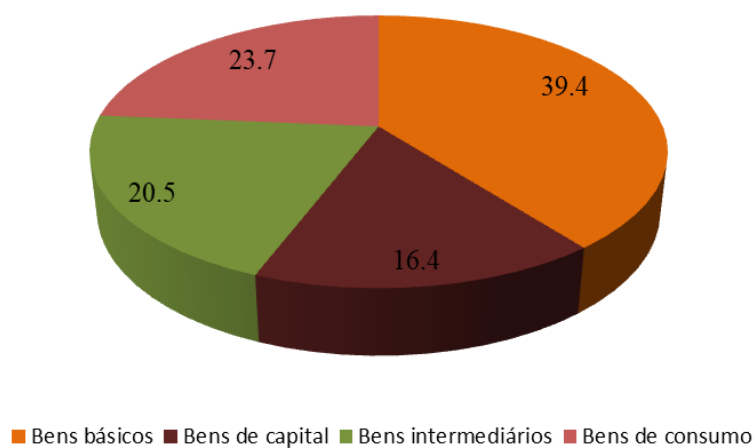
Gráfico 5: Composição do PIB (% do valor adicionado)



Fonte: Banco Mundial.

As políticas industriais dos primeiros planos de desenvolvimento consolidaram a formação da indústria de base, que foi central para a mudança da pauta de exportação e para o crescimento e desenvolvimento dos outros setores industriais. A indústria de bens de consumo não duráveis, muito importante no período da independência, não chegava a 24% da produção industrial em 1980-81, mais concentrada em tecidos de algodão e açúcar.

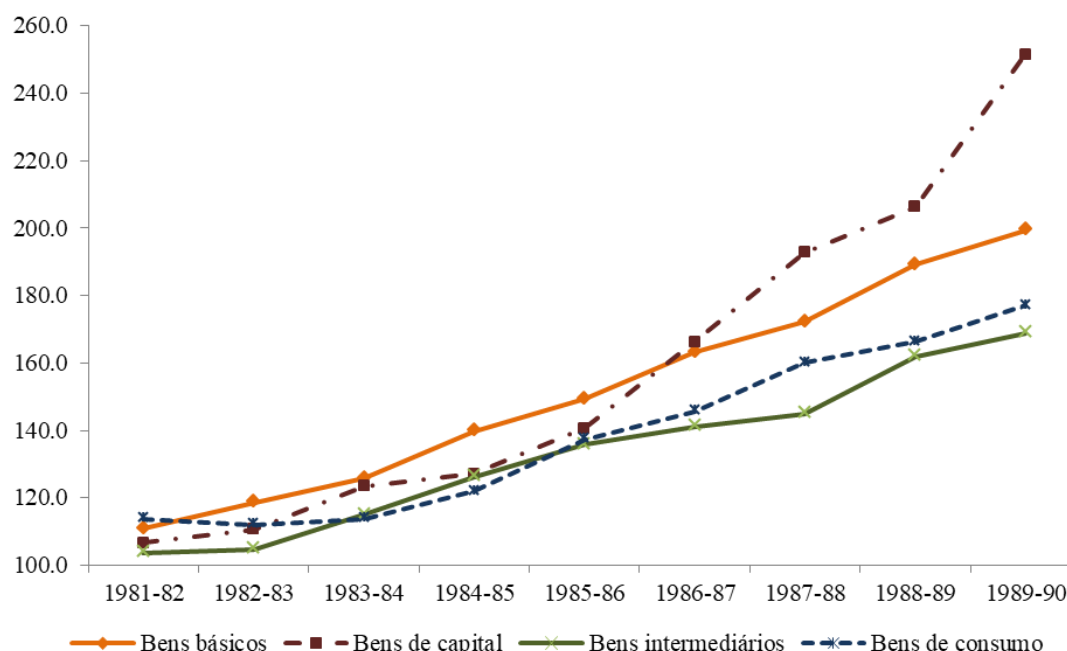
Gráfico 6: Composição setorial em 1980-81, classificação conforme uso (%)



Fonte: RBI, 2001.

As indústrias de bens de capital e de bens básicos foram as que apresentaram melhor desempenho durante a década de 80, com crescimento bastante expressivo, como mostra o gráfico 7. O resultado da indústria de bens de consumo foi modesto, mas vale destacar que a produção de bens de consumo duráveis foi a que mais cresceu, porém sua relevância na indústria total ainda era muito baixa e, portanto, não foi capaz de puxar o desempenho da indústria de consumo final. O setor terciário também revelou taxas de crescimento aceleradas de aproximadamente 6.3% a.a. (NAGARAJ, 1990) puxado principalmente pelo setor de banco e seguros e pela administração pública e defesa.

Gráfico 7: Índice de produção industrial, 1980-81 = 100



Fonte: RBI, 2001.

Alguns autores (PANAGARIYA, 2008) argumentam que as características da indústria indiana impediram a maior absorção de mão de obra nas indústrias do setor formal e, portanto, apesar do aumento da produção e da capacidade produtiva, não houve mudança significativa da taxa de emprego formal no período. As principais indústrias nacionais e com melhor desempenho eram, de forma geral, intensivas em capital e/ou mão de obra qualificada.

As indústrias de bens de consumo permaneciam restritas à produção de pequena escala, dificultando a expansão deste setor. Além disso, esta política industrial contribuiu para que a maioria delas funcionassem no mercado informal, ocupando áreas periféricas.

A heterogeneidade estrutural no mercado de trabalho é uma característica central às economias em desenvolvimento, nas quais se revela grande participação do mercado informal. As ocupações deste segmento apresentam remuneração inferior ao mercado formal, baixa qualificação e pouco ou nenhum acesso aos benefícios de seguridade social.

Este dualismo é bastante marcante na Índia, onde o mercado informal corresponde a 70% do produto interno líquido (PIL) (MOSPI, 1980-81)<sup>24</sup>. A zona rural é onde se encontra a maior parte da população e concentra aproximadamente 72% das empresas informais (NSS<sup>25</sup>, 51º rodada).

O ministério do trabalho e emprego define o mercado informal como aquelas unidades de produção de pequena escala, com pouca ou nenhuma divisão de tarefas, unidades de produção similares à unidade familiar e com divisão de ativos fixos e financeiros pouco clara entre o negócio e a família, o que dificulta o acesso ao crédito.

A estrutura do mercado de trabalho é fundamentalmente dividida em três classes de emprego; autônomos, trabalhadores casuais e os regulares, este último podendo ter contrato formal ou não. De acordo com a 45ª pesquisa nacional (National Sample Survey: NSS) realizada em 1989-90, a distribuição da mão de obra indiana se dava da seguinte forma:

Tabela 16: Composição da força de trabalho

	Autônomo	Casual	Regular
Zona rural	60%	7%	32%
Zona urbana	43%	39%	18%

Fonte: 45ª NSS.

Nos centros urbanos apenas 18% da força de trabalho possuía trabalho regular, mas não necessariamente contrato formal de emprego, enquanto na zona rural apenas 32%. A imensa maioria da força de trabalho encontrava-se ocupada em atividades às margens do núcleo capitalista como formas de emprego disfarçado.

Os dados das contas nacionais mostram duas mudanças importantes na renda dos fatores entre 1980-81 e 1989-90. A primeira delas consiste na queda da participação dos salários no setor formal, puxado pelo setor público, saindo de 87% para 76.7%, principal empregador na economia formal. A segunda mudança revela uma redução da participação do setor informal na distribuição da renda total, de 70% para 63.9%. Foi um segmento que sofreu queda relevante na participação do produto interno líquido, sobretudo nos setores financeiros,

<sup>24</sup> Contas nacionais séries antigas de 1980-81

<sup>25</sup> NSS: National Sample Survey

de manufaturas e transportes e comunicação, que juntos somavam quase 29% do PIB (1988-89).

Tabela 17: Distribuição dos fatores de produção por setor (%)

		1980-81	1985-86	1989-90
2	Produto interno líquido: setor formal	100	100	100
2.1	Remuneração dos trabalhadores	74.2	70.4	70.1
2.2	Excedente operacional	25.8	29.4	29.9
2(A)	Setor público	100	100	100
2(A).1	Remuneração dos trabalhadores	87	78.1	76.7
2(A).2	Excedente operacional	13	21.9	23.3
2(B)	Setor privado	100	100	100
2(B).1	Remuneração dos trabalhadores	56.4	56.2	56.1
2(B).2	Excedente operacional	43.6	43.8	43.9
3	Produto interno líquido: setor informal	100	100	100
3.1	Remuneração dos trabalhadores	20.8	21.3	21.7
3.2	Economia mista	79.2	78.7	78.3

Fonte: Mospi, 1980-81 (Contas nacionais série antiga 1980-81).

A Organização Internacional do Trabalho publicou um estudo desenvolvido por Vinoj Abraham e S.K. Sasikumar (2017) sobre a queda dos salários na Índia. Os autores sustentam que a participação dos salários no valor adicionado bruto (VAB), durante a década de 1980, foi de 28.5% para 21.4% (em preços nominais). A análise ficou restrita ao mercado formal da indústria de manufaturas, devido à dificuldade para aquisição de dados referentes aos outros setores.

Segundo o estudo, dois fatores tiveram crescimento na participação no VAB, lucros com incremento de quase três pontos percentuais, e pagamento dos juros com mais de quatro pontos percentuais. Neste trabalho, os autores calculam também a participação real dos salários no VAB, e concluem que a queda no total das remunerações (salários e outras remunerações) foi ainda mais acentuada.

Assim como os preços relativos, a produtividade é também outro componente da formação dos salários. Os autores constataram que, entre 1980-81 e 1990-91, o crescimento da produtividade do trabalho foi de 7.5%, enquanto o crescimento real das remunerações da força de trabalho foi de 3.5%, indicando que os trabalhadores aumentaram sua contribuição no VAB, porém não obtiveram retorno proporcional. Os autores concluem que:

[...] while the GVA grew substantially, the share of returns to labour in the expanded GVA has been declining progressively [...] the decline in labour share was not created by changes in relative prices; rather, the relative difference in price rise confounded the decline in labour share. Sixth, the decline in share of emoluments can be accounted for by the widening gap between labour productivity and earnings per worker. (P. 13)

Outro ponto importante que Kohli (2006) destaca em seu artigo, foi a política de opressão sobre a classe trabalhadora como estratégia do governo de Indira Gandhi. Segundo o autor:

The three components of the new model of development that Indira Gandhi adopted from 1980 on [...] were: prioritisation of economic growth as a state goal; supporting big business to achieve this goal; **and taming labour as a necessary aspect of this strategy.**” (P.1256; grifo próprio)

A prática opressora sobre os trabalhadores inibe a articulação dos sindicatos e enfraquece as possíveis negociações entre as classes operária e capitalista, levando à perda de participação dos salários nos fatores de produção, conforme ocorrido neste período.

Por fim, a concentração da população nas zonas rurais e a ausência de um processo de urbanização relevante da população indiana, reproduzem uma estrutura de demanda tradicional e pouco sofisticada. O processo de desenvolvimento é normalmente acompanhado por uma transição demográfica, com o aumento da população urbana e queda da participação do setor agrícola no PIB. Apesar de o segundo fator ter ocorrido, as zonas rurais ainda concentravam a grande maioria da população e o maior número das firmas informais.

## 2.4 Questão externa

A política de substituição das importações dos governos anteriores privilegiou o mercado interno e, além do mais, as políticas de estímulo à exportação praticadas não tiveram grandes efeitos sobre a economia agregada. Durante a década de 1980 a taxa média de crescimento deste componente foi de aproximadamente 4.5%, o que fez sua participação no PIB cair de 7% para 6.4%, entre 1980-81 e 1989-90. Tendo em vista as características de um país como a Índia, é normal que as exportações não sejam determinantes no crescimento, mas, por outro lado, são importantes para gerar divisas e permitir o aumento do coeficiente de importação conforme o crescimento da renda, sem que a restrição externa quebre o ritmo do crescimento econômico.

Muitos autores (PANAGARIYA, 2008; CHIBBER, 2006) levantam o pessimismo em relação à elasticidade renda das exportações como principal fator que inibiu maior aceleração deste componente na década de 1980. Todavia, Chakravarty (1987) aponta para outros

argumentos, endógenos e exógenos, que contribuíram de forma relevante para o fraco desempenho das exportações:

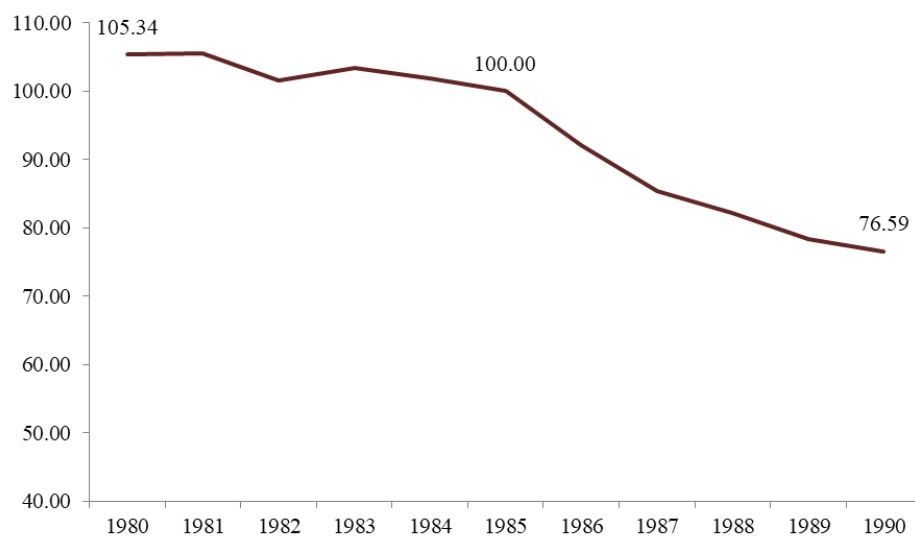
Why have the exports not performed as well since then<sup>26</sup>? While detailed analysis cannot be attempted here, the following major factors can be mentioned: (a) the decline in import demand arising from developed countries as they slipped into the Great Recession, since 1980; (b) the protectionist measures adopted in developed countries, which negatively influenced Indian exports in the areas of textiles, garment, shoes iron and steel, iron ore, and leather; (c) the fall in the unit values of some key Indian exports; and (d) infrastructural constraints within Indian in areas such as power and transport. (p.70)

Athukorala (2008) apresenta alguns dados da Comtrade, e mostra que a participação da Índia nas exportações de bens manufaturados entre os países em desenvolvimento foi de 10.2% nos anos 60 para 2.6% nos anos 1980 (p.96). As elevadas taxas de proteção à indústria nacional e as políticas industriais “seletivas” acomodaram os grupos capitalistas às elevadas taxas de lucro do mercado doméstico.

Desde 1975, a rúpia era atrelada a uma cesta de moedas, oscilando no sistema de bandas cambiais. No início dos anos 80 houve pouca oscilação da taxa de câmbio nominal, gerando sobrevalorização da taxa de câmbio real em mais de 10%, decorrente da inflação alta nos anos iniciais (1979-1981). Foi somente a partir de 1985 que uma política de depreciação da taxa de câmbio real e nominal foi efetiva, retratada no gráfico 8. De acordo com Rakshit (2009), apesar desta desvalorização, a rúpia permaneceu sobrevalorizada, pois na comparação com a taxa de câmbio vigente antes do segundo choque do petróleo, a real depreciação da taxa de câmbio ocorrida entre 1978-79 e 1989-90 foi de apenas 13.6% (p.80).

---

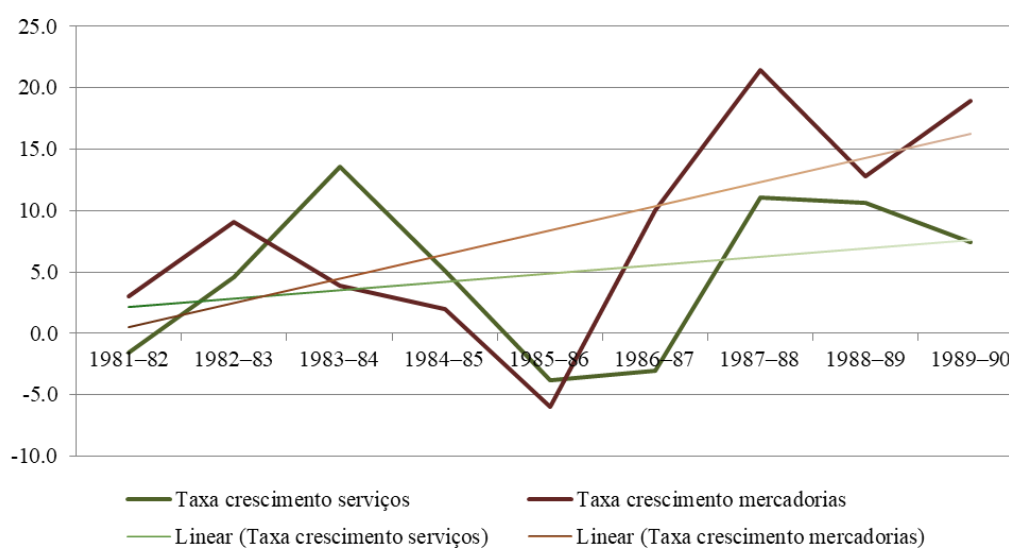
<sup>26</sup> Autor se refere ao período entre 1972 a 1977, quando as exportações cresceram a taxas mais elevadas, segundo ele, graças ao *boom* no preço das *commodities* e à abertura de mercado nos países do Golfo.

Gráfico 8: Índice da taxa de câmbio real<sup>27</sup>, 1985 = 100

Fonte: RBI

O gráfico 9 apresenta a trajetória da taxa de crescimento das exportações de mercadorias e serviços, e aponta crescimento maior das mercadorias na segunda metade da década. A pauta de serviços, responsável em média por 23% das exportações totais, apresentou inicialmente taxas de crescimento um pouco mais aceleradas, mas no final do período o resultado foi consideravelmente inferior.

Gráfico 9: Taxa de crescimento anual das exportações de serviços e de mercadorias, em dólar

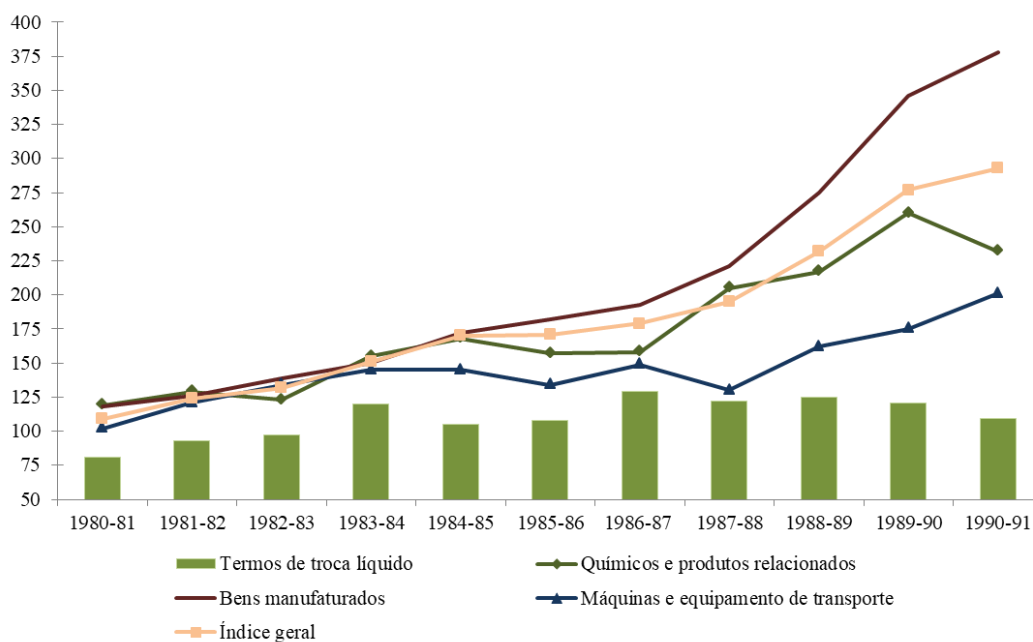


Fonte: Elaboração própria, dados do RBI, 2001.

<sup>27</sup> Este índice é calculado a partir da média anual do total das exportações e importação indianas com 25 países, onde um aumento (queda) no índice representa valorização (depreciação) real.

É possível notar mudança estrutural na pauta das exportações durante o governo de Rajiv Gandhi. Observa-se maior participação de bens manufaturados, de 57.7% para 71.9% nos anos 1979/80 e 1989/90, respectivamente<sup>28</sup>.

Gráfico 10: Termos de troca e índice de exportação (1978-79 = 100)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do RBI, 2001

É a partir de 1985-86 que as exportações de bens manufaturados se intensificam, puxadas por bens como ferro/aço e minerais não metálicos, pedras preciosas e fio e tecidos de algodão, todos intensivos no uso de recursos naturais na produção. A exportação de máquinas e equipamentos de transporte teve desempenho fraco, com melhores taxas de crescimento nos últimos anos, chegando a aproximadamente 7.5% da pauta em 1989-90 (RBI, 2001).

## 2.6 A contabilidade do crescimento

O objetivo desta seção é analisar o padrão do crescimento indiano durante a década de 1980 à luz do modelo de crescimento liderado pela demanda do supermultiplicador sraffiano. O modelo parte do equilíbrio dado pela identidade entre oferta e demanda, que deriva na equação final para a decomposição, composta pela variação dos componentes da demanda no período, multiplicados pelo supermultiplicador e por uma espécie de elasticidade do

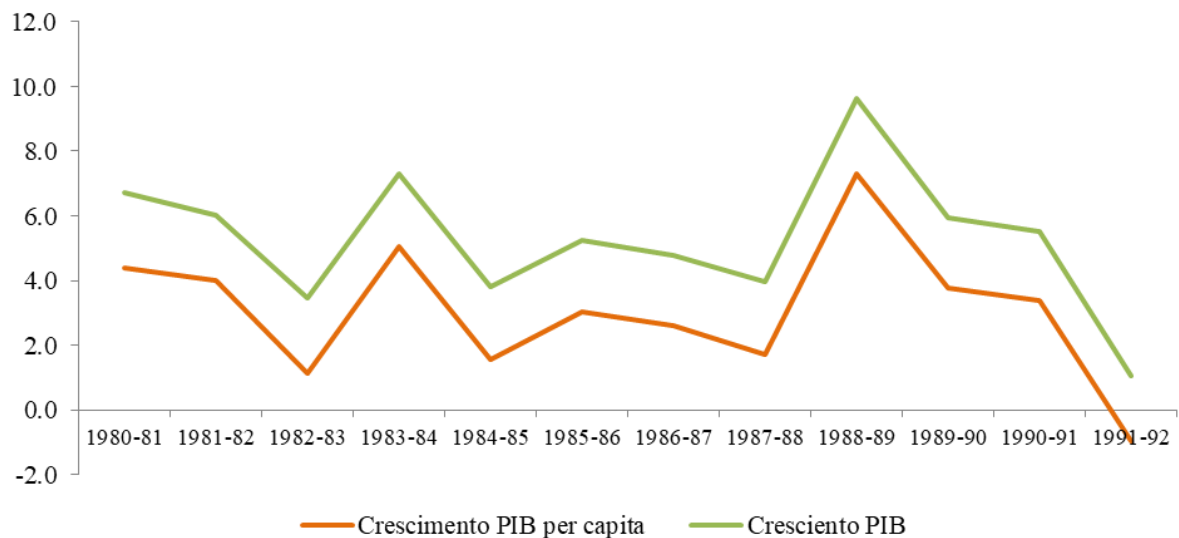
<sup>28</sup> Dados da Comtrade em Athukorala (2008), página 101.



componente em relação ao PIB (para uma explicação mais detalhada sobre o modelo ver apêndice).

Conforme exposto, o período em análise experimentou diversas mudanças importantes na política econômica, e rompeu com o baixo crescimento registrado nas décadas anteriores. O gráfico 11 apresenta a taxa de crescimento do PIB e do PIB per capita. Vemos que o primeiro mantém uma taxa de crescimento acima de 4% a.a., apontando um salto grande em 1987-88 e depois segue em crescimento até o final da década.

Gráfico 11: Taxa de crescimento do PIB, 1980 a 1991



Fonte: RBI, preços constantes de 2004-05.

A tabela abaixo apresenta os resultados da decomposição do crescimento entre 1980-81 e 1989-90. A contribuição de cada componente pode ser visualizada no sentido horizontal, enquanto a contribuição por setor (público, privado, externo) e por tipo de gasto (autônomo, induzido) na vertical.

Tabela 18: Decomposição do crescimento da década de 1980

Componentes 1980-81 a 1989-90	Setor doméstico		Setor externo	Variações no estoque	Total	Gastos autônomos	Supermultiplica dor	Variações no estoque
	Público	Privado						
$C_G$	30.0%					30.0%		
$I_G$	18.7%					18.7%		
$C_{PD}$		5.1%				5.1%		
$C_{PND}$		-28.5%					-28.5%	
$I_P$		3.2%					3.2%	
$I_{Res}$		5.0%				5.0%		
$\mu$			-1.6%				-1.6%	
X			11.0%			11.0%		
E				19.5%				19.5%
TOTAL	48.7%	-15.2%	9.4%	19.5%	62.5%	69.9%	-26.9%	19.5%

Fonte: Elaboração própria, dados RBI e MOSPI, contas nacionais vários anos.

A análise do quadro deixa evidente a importância do setor público, tanto o investimento quanto o consumo. Importante lembrar que a política fiscal expansionista, principalmente na área de infraestrutura, foi um dos pilares da estratégia do governo, pois havia o entendimento dos seus efeitos *crowding in* sobre o investimento privado. O total dos investimentos permaneceu acima dos 20% do PIB ao longo da década.

Tabela 19: Formação bruta de capital fixo, preços 2004-05 (% do PIB)

	1980-81	1985-86	1989-90
Investimento total*	20.6	20.6	21.7
Setor público	9.2	10.4	9.3
Setor privado	9.0	7.5	10.0
Construção residencial	2.5	2.6	2.5

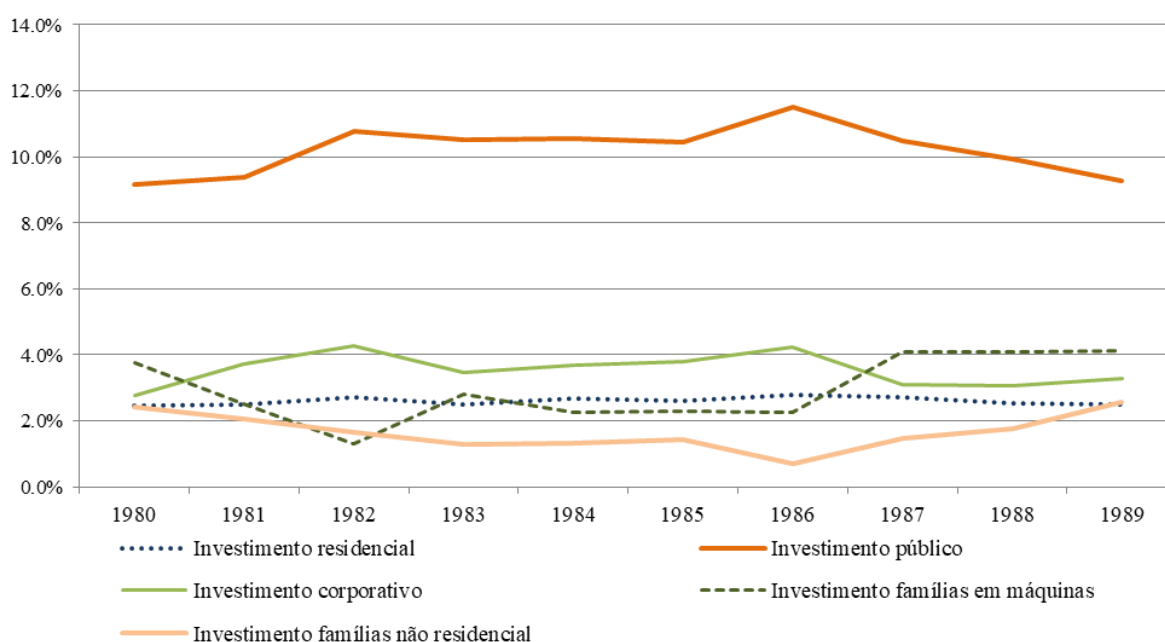
Fonte: elaboração própria, dados do MOSPI vários anos, \* dado do RBI, 2015. Preços 2004-05.

O setor informal na Índia responde por aproximadamente 70% do PIB. Grande parte da economia funciona em uma lógica de pequenas unidades de produção muitas vezes localizadas nas próprias casas residenciais, tornando difícil a separação entre ativos da empresa e pessoais. Sendo assim, o cálculo do investimento privado incorporou não apenas a formação bruta de capital fixo do setor privado, mas também a parte correspondente a

máquinas e equipamentos e construção não residencial das famílias, que juntos, na segunda metade da década, tiveram maior participação no PIB do que o investimento do setor privado sozinho.

No gráfico 12, vemos a trajetória do investimento corporativo e o aumento do investimento das famílias em máquinas e equipamentos na segunda metade da década. Este último apresenta maior oscilação, ao contrário do investimento residencial que fica bastante estável ao longo do período.

Gráfico 12: Investimento como % do PIB

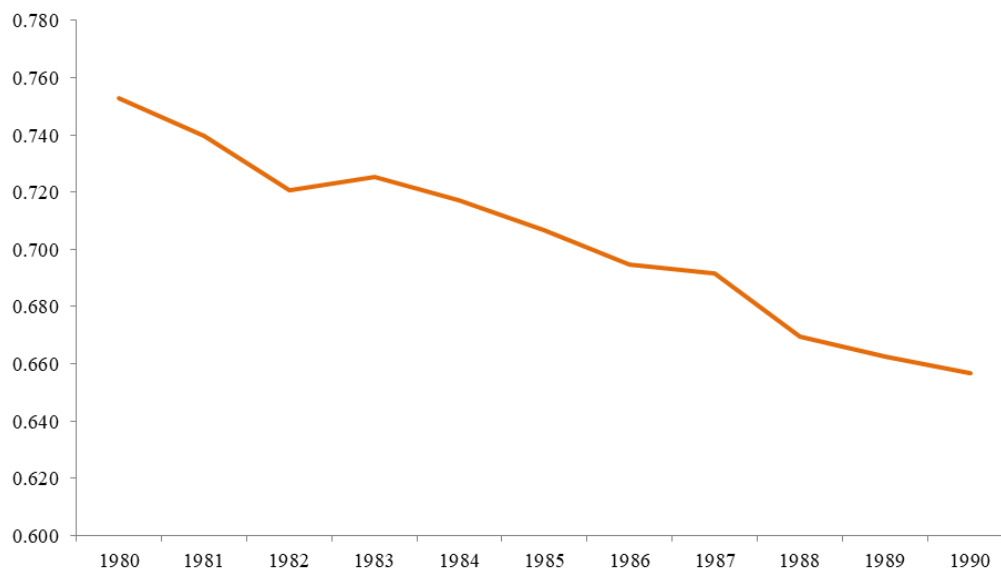


FONTE: Elaboração própria a partir de dados do RBI e Mospí.

As exportações contribuíram com apenas 1% a.a. no crescimento do PIB. Conforme apresentado acima, o desempenho deste componente foi modesto, sobretudo no início da década.

A decomposição do crescimento mostra que o consumo de bens não duráveis teve impacto negativo bastante significativo de 3.3% a.a. A taxa de crescimento da propensão a consumir nos anos 80 apresentou queda de 14.5%. O gráfico 13 apresenta a trajetória declinante do componente ao longo da década. A queda é alarmante levando em consideração o nível de crescimento do PIB. O resultado nos indica que o crescimento da renda nacional superior a 5% a.a. pode ter sido bastante concentrado.

Gráfico 13: Propensão a consumir

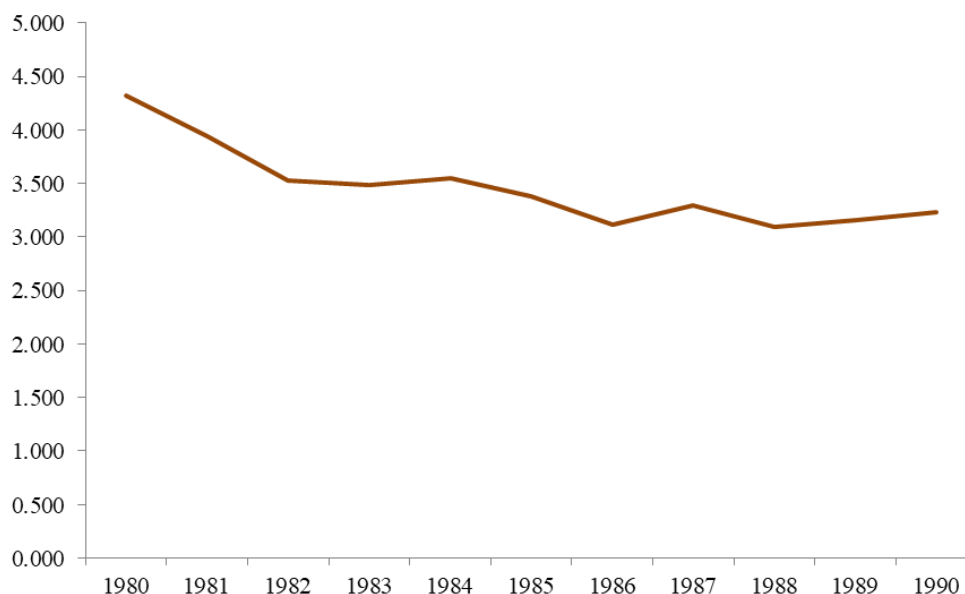


Fonte: Elaboração própria.

Assumindo que a propensão a consumir é alta nas classes sociais menos favorecidas diminuindo conforme aumento do poder aquisitivo de acordo com a teoria keynesiana, a redução relativa do poder de compra dos assalariados, apresentada na seção anterior, parece ter sido determinante para a queda da propensão a consumir.

O supermultiplicador, que também teve contribuição negativa no crescimento, registrou queda mais acentuada na primeira metade da década, puxada pela propensão a consumir. O coeficiente de conteúdo doméstico permaneceu relativamente estável e a propensão a investir apresentou crescimento pequeno. Portanto, a queda da propensão a consumir foi forte suficiente para puxar o supermultiplicador para baixo.

Gráfico 14: Supermultiplicador



Fonte: Elaboração própria

## 2.7 Considerações finais

As reformas econômicas implementadas durante a década de 80 diminuíram o controle do Estado sobre a importação, investimento e produção, seguindo uma lógica convergente entre os setores público e privado. O papel do governo na economia permaneceu central, mas paralelamente houve esforço do Estado em buscar nos capitalistas um movimento alinhado para o crescimento nacional. Portanto, a dinâmica das reformas era mais no sentido de criar um ambiente favorável ao investimento privado e a expansão industrial, e não de inserir a lógica de mercado na economia.

A nacionalização de importantes instituições financeiras garantia o controle do governo sobre a alocação financeira. A fragilidade da infraestrutura do país era muito evidente, e os investimentos realizados pelo governo nesta área foram vitais para viabilizar o crescimento econômico e, principalmente, para a aproximação desejada com setor privado.

O investimento privado mostrou leve aumento na participação do PIB no final da década, com importante participação da economia informal. O investimento das famílias em máquinas e construção não residencial foi bastante relevante, chegando a ultrapassar, em alguns anos, a formação bruta de capital fixo privada.

A decomposição do crescimento mostra que o setor público foi determinante, tanto o consumo do governo quanto os investimentos públicos. O consumo privado, induzido e autônomo, foi insipiente e houve redução na propensão a consumir.

É essencial para um país em desenvolvimento como a Índia a injeção dos gastos autônomos públicos na economia suprimindo as lacunas do consumo privado da população. No entanto, o padrão de crescimento e da distribuição da renda não permitiu uma mudança significativa na composição da demanda, necessária para a transformação de um desenvolvimento capitalista menos desigual. A alta concentração da renda e o padrão de consumo rural afetaram negativamente o tamanho do supermultiplicador.

Comprometido com o crescimento nacional, o governo seguiu com o aumento dos gastos públicos, suprimindo o consumo interno reduzido, e ampliou consideravelmente o déficit público. O financiamento externo foi uma fonte de recursos importante para garantir o desempenho econômico, mas gerou dois problemas graves: O aumento do passivo externo e o vazamento do investimento em bens de capital, impulsionados pela oportunidade do financiamento através dos fornecedores estrangeiros, o que também aliviou momentaneamente a falta de recursos interna.

As políticas macroeconômicas de ambos os governos sustentaram um crescimento sem precedentes na história da Índia, aumentando a produção e a diversificação industrial, mas não foram capazes de provocar mudanças estruturais importantes não apenas para o bem estar da população, mas para que os mecanismos de distribuição da renda pudessem gerar impactos positivos no supermultiplicador e aumentar o nível do crescimento. Por outro lado, as exportações não foram capazes de garantir reservas internacionais suficientes e logo, o desequilíbrio no balanço de pagamentos gerado pelo aumento do passivo externo e pela queda da reserva de divisas impôs um limite ao ritmo de crescimento. A Índia sofreu uma crise de liquidez que interrompeu o ciclo econômico.

## CAPÍTULO 3: O CRESCIMENTO RECENTE

### Introdução

Conforme colocado no capítulo anterior, o padrão de crescimento indiano combinado às dificuldades na gestão do financiamento e do balanço de pagamentos levou o país ao problema de liquidez de 1991. Após tentativas de superar a crise com o uso das reservas, monetária e de ouro, e ajudas bilaterais (Japão e Alemanha foram importantes emprestadores) a Índia recorreu ao FMI.

O empréstimo fornecido pelo fundo estava atrelado ao programa de estabilização econômica formulado a partir dos pressupostos da teoria neoclássica. No curto prazo, era essencial garantir o equilíbrio do balanço de pagamento, o que incluía depreciação da taxa de câmbio e controle da inflação. O objetivo final deste programa era buscar a estabilização macroeconômica através de ajustes na política fiscal e mudanças estruturais que tornassem a economia do país orientada para o mercado.

De acordo com a visão do FMI e do Banco Mundial, a austeridade fiscal somada à disciplina monetária levaria à redução do déficit em conta corrente e da inflação. A taxa de câmbio desvalorizada promoveria a alocação eficiente dos recursos e dos fatores de produção, tornando o país mais competitivo.

Em relação a esta última afirmação, uma análise que partisse de uma abordagem teórica baseada no princípio da demanda efetiva, poderia levar à resultados diametralmente opostos. A austeridade fiscal diminuiria o consumo autônomo afetando, portanto, a demanda agregada direta e indiretamente via seus componentes induzidos; consumo e investimento privados. Salvo algum fator de crescimento extraordinário e não previsto pelo lado da demanda internacional, o efeito final seria recessivo, reduzindo a capacidade utilizada e aumentando o desemprego. Logo, haveria uma utilização menos eficiente dos fatores de produção. Pior, um menor crescimento, *ceteris paribus*, tem efeito negativo no longo prazo sobre a acumulação de capital e ganhos de produtividade. O impacto sobre a inflação em princípio não é determinável: a desvalorização cambial tem impacto inflacionário, portanto, no curto prazo a taxa de inflação tende a subir. Se um maior desemprego irá ou não diminuir a capacidade de resistência salarial depende de uma série de fatores sócio políticos complexos. Apenas para dar um exemplo concreto de “política de estabilização” com efeitos de aceleração da inflação, podemos citar os países da América Latina nos anos 1980, que

combinaram forte desaceleração da atividade econômica com aceleração da inflação e redução dos ganhos de produtividade.

Assim, no modelo escolhido para a análise do crescimento indiano, as reformas implementadas, *per se*, não seriam capazes de alavancar o crescimento econômico. Todavia, como ficará claro mais adiante, os componentes autônomos da demanda do setor público continuam determinantes ao crescimento.

Na primeira parte do capítulo serão apresentadas as principais reformas, em seguida será feita uma descrição das mudanças fiscais. Depois as mudanças na composição setorial e no mercado de trabalho serão analisadas. Na quarta parte do capítulo, a nova composição do balanço de pagamentos e as suas principais transformações fecham o quadro descritivo da estrutura doméstica indiana entre 1990 e 2013.

Por fim, a decomposição do crescimento referente ao período é apresentada, seguida por uma análise sobre o comportamento dos principais indicadores, confrontando com as mudanças estruturais descritas nas seções prévias.

### **3.1 Mudanças institucionais e tendências da economia indiana entre 1990 e 2013**

Conforme apresentado anteriormente, durante a década de 1980 a Índia experimentou algumas políticas de abertura comercial, principalmente para importação de bens de capital e outros bens importantes à realização do investimento industrial. A proposta do período era aumentar a taxa de crescimento sem tirar do Estado sua centralidade no funcionamento da economia.

As reformas econômica e estrutural de 1991 formaram as bases do processo de transformação de uma economia planejada para uma que opera na lógica de mercado, ou *pro-market* (KOHLI, 2006). O processo ocorreu de forma gradual e muitas reformas encontraram resistência, sendo seu ritmo sujeito à conjuntura política de alternância partidária no executivo.

Uma das prioridades era o ajuste das contas públicas que, de acordo com o FMI, poderia ser alcançado a partir do ajuste fiscal, abertura econômica ao mercado internacional e depreciação da rúpia.

O ajuste fiscal ocorreu nas despesas de capital devido à dificuldade em reduzir as despesas correntes no curto prazo (PANAGARIYA, 2008). A década anterior teve considerável crescimento da contratação de funcionários públicos, o emprego do setor público cresceu 23% entre 1981 e 1991, principalmente na esfera estadual.

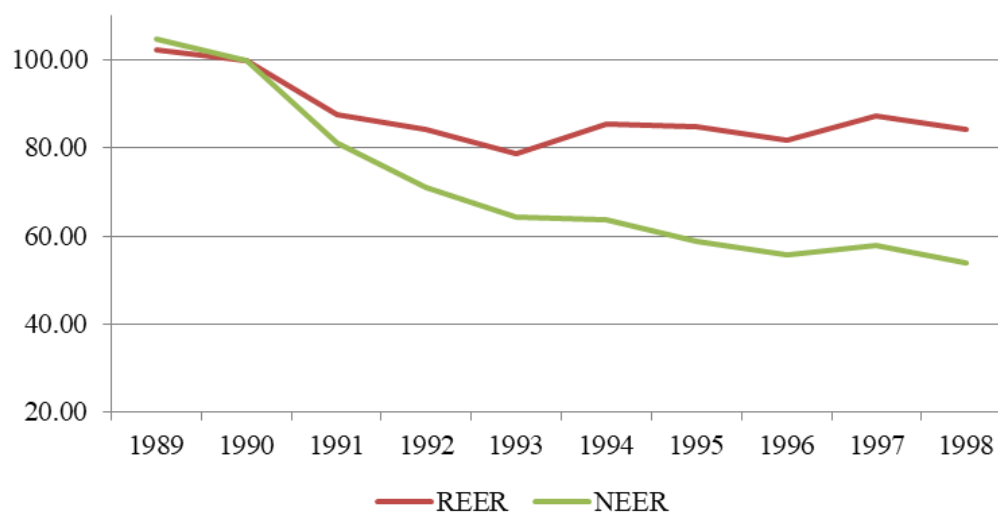


Ao longo da década de 1990 o governo foi buscando estabelecer regras fiscais a fim de acomodar a política fiscal na lógica ortodoxa de responsabilidade orçamentária e sustentabilidade dos gastos públicos, através de limites da dívida e do nível do déficit fiscal. Em 2003 foi criada uma legislação específica, chamada *Fiscal Responsibility and Budget Management* (FRBM), cujo objetivo era ancorar a política fiscal em uma estrutura mais restritiva. Desde então, os limites e regras para os gastos fiscais tornaram-se mais definidos, ficando estabelecido, entre outras normas, que o déficit fiscal deveria ser reduzido para 3% do PIB até o ano fiscal de 2009.

Além da contração nos gastos, Rakshit (2009) levanta também a venda de ações das empresas públicas e reforma tributária: “[...] reduction in fiscal deficit through expenditure compression, tax reforms, privatization (though mostly partial) and signals to PSU<sup>29</sup> to operate on commercial principals (rather than try to secure ‘social’ goals)” (p.88).

A rúpia foi depreciada em 18% em 1991, levando à depreciação real de 12.4%<sup>30</sup>. O gráfico abaixo mostra o movimento da taxa de câmbio real e nominal durante os anos 90.

Gráfico 15: Índice<sup>31</sup> da taxa de câmbio real e nominal, 1990 = 100



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RBI

Na lógica das reformas, esta depreciação era importante para reduzir o déficit em conta corrente pois, assim, melhoraria a competitividade das empresas exportadoras e

<sup>29</sup> PSU: Public Sector Undertaking

<sup>30</sup> RBI

<sup>31</sup> Seguindo a mesma metodologia do capítulo anterior, o gráfico apresenta as taxas de câmbio indexadas, e um aumento (queda) no índice significa apreciação (depreciação) da taxa de câmbio.

encareceria os produtos importados. A medida foi peça central do pacote de reformas, ainda que o resultado direto tenha sido questionável, pois a melhora da competitividade doméstica com a depreciação da taxa de câmbio depende de vários outros fatores, inclusive do percentual de insumos importados usados na produção dos bens exportados. Preço não garante entrar nos mercados mais dinâmicos e, além disso, a elasticidade preço nem sempre é alta. Existem diversos outros fatores que podem ser mais importantes no estímulo à importação, como as políticas do governo, inovação e qualidade.

Desde 1975 a rúpia estava atrelada a uma cesta de moedas, oscilando em bandas cambiais determinadas pelo RBI. A política cambial adotada logo nos primeiros anos das reformas (em 1993) foi o sistema de taxas flutuantes, com a rúpia atrelada ao dólar e intervenções constantes do RBI no mercado de câmbio.

A década anterior já havia experimentado relativa abertura para importação de bens de capital com a diminuição das quotas (controle das quantidades). Já em 1991-92 foram extintas praticamente todas as exigências de licença para importação de bens intermediários e bens de capital. Em 2001, depois de uma derrota na Índia na OMC, as licenças para importação de bens de consumo, inclusive bens agrícolas, foram extintas, ainda que outras formas de proteção sobre os bens agrícolas tenham permanecido altas.

As tarifas alfandegárias foram aos poucos sendo reduzidas, até chegar à média de 15.5% em 2009<sup>32</sup>, reduzindo as receitas alfandegárias para 4.9%, como proporção da importação de mercadorias, em 2005-06 (PANAGARIYA, 2008). A média das tarifas do setor industrial era de 9% em 2009. Metais, minérios e peles de animais se enquadravam entre os bens com menor imposto de importação, em torno de 5%, já no setor de automóveis podia chegar a mais de 20%.

O setor agrícola permaneceu relativamente fechado e segundo Panagariya (2008), neste setor a Índia continuava mais fechada do que a China. Dentre os produtos mais protegidos estavam as bebidas, o tabaco, o café, o chá e condimentos, carne e peixe processados.

Among agricultural products, Chapter 15 (animal/vegetable fats and oils, etc.) with an average tariff of 15% is the only chapter at less than 20%. It is also the most rapidly liberalized over time. The average tariff has gone down from 108% in 1990 to 15% in 2009. (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2015, p.31)

---

<sup>32</sup> Segundo dado do ADB

Foram também criadas zonas de exportação, funcionando como territórios estrangeiros, isentos de barreiras comerciais. Estas zonas eram chamadas de *Especial Economic Zones* (SEZ), e seguiam a mesma lógica das zonas de promoção de exportação, porém se valiam de uma organização mais robusta com benefícios mais amplos. As primeiras SEZs se formaram em 2000-01 a partir das chamadas *Foreign Trade Policy*. Os governos estaduais também podiam estruturar suas próprias SEZs, mas ficaria a cargo do governo central apontar um comissário responsável pela zona. Qualquer firma poderia fazer parte, contanto que seguisse determinadas exigências previamente estabelecidas, como por exemplo, área mínima para funcionamento e quantidade exportada. Diversos benefícios eram cedidos às empresas destas zonas, como desonerações e até mesmo, caso o governo estadual achasse necessário, poderia aplicar regras que limitavam o uso das greves pelos funcionários envolvidos na produção destas firmas.

As reformas no setor financeiro ampliaram a participação dos bancos privados e adequaram seu funcionamento e normas a fim de aumentar a eficiência e o dinamismo das atividades financeiras. Rakshit (2009) resume as principais mudanças:

The major features of the reform measures in this sector were (a) partial privatization of a number of public sector banks and financial institutions; (b) entry of private (including foreign) banks, mutual funds, and other financial intermediaries; (c) a cutback in the SLR<sup>33</sup> and the CRR<sup>34</sup> from 38.5 and 15.0 per cent to 25 and 5 per cent, respectively; (d) adoption of international (Basel) norms for financial institutions relating to capital adequacy, income recognition, asset classification, and provisioning; (e) empowering banks (and other financial institutions) to fix their lending and deposit (borrowing) rates, except for the rate on short-term savings deposits; and (f) abolition of control of capital issues, dematerialization of shares, institution of screen-based trading in the securities market and setting up of the Securities and Exchange Board of India (SEBI) for making private equity and bond issues easier and rule based, and functioning of stock exchange transparent. (p.89)

Uma das primeiras reformas no setor bancário foi conceder maior grau de liberdade aos bancos comerciais e permitir a entrada de novos participantes privados. O número de bancos privados operando no mercado indiano cresceu significativamente, mas o setor público ainda tem predominância, com 70% dos ativos totais dos bancos (MOHAN e RAY, 2017). Foi também permitido aos bancos públicos alavancagem no mercado através de emissão de ações em no máximo 49%.

---

<sup>33</sup> Statutory Liquidity Ratio (SLR): percentual dos depósitos bancários disponíveis que deve ser investido em títulos do governo

<sup>34</sup> Cash Reserve Ratio (CRR): depósito compulsório os bancos comerciais no Banco Central.

A política monetária ficou ancorada na taxa de juros REPO, operada através dos ajustes de liquidez no mercado aberto. Em 2006 o RBI passou a operar títulos do governo apenas no mercado secundário, ou seja, deixou de financiar diretamente o governo, tendo este último que recorrer diretamente ao mercado.

Foi somente com as reformas de 1991 que as barreiras na conta capital começaram a ser relaxadas. Parte da regulação prevista desde 1973 no FERA foi suprimida, mas havia também grande preocupação com o capital especulativo e uma possível crise financeira decorrente da fuga de capital. Portanto, as reformas nos componentes da conta capital foram graduais e não ocorreu conversibilidade total desta conta. Houve significativa abertura para o investimento estrangeiro direto (IED). Inicialmente, o RBI poderia aprovar IED para ações em até 51%, nas indústrias prioritárias ao desenvolvimento, descritas no chamado Apêndice I das indústrias. Aos poucos a lista foi tornando-se menor até ser permitida a compra de 100% em quase todos os setores. O IED permaneceu restrito para setores mais sensíveis como energia atômica, loteria, jogo, imprensa e mídia, defesa, seguros (limite de 26%), refinarias de petróleo e alguns outros.

O investimento em carteira era, em 1992, aproximadamente 2.8% do total do estoque de investimento estrangeiro (PANAGARIYA, 2008, p.200). Neste mesmo ano foi permitida a participação dos investidores institucionais estrangeiros (IIE)<sup>35</sup> no mercado indiano, podendo investir no mercado de títulos, primário e secundário, e em fundos de investimento. A participação de um IIE ficou limitada a 5%, nas ações de uma companhia, ou 24% para o total de agentes. Foi permitido fazer hedge parcial de cobertura de risco da moeda no mercado futuro e investimentos em títulos corporativos, e até U\$1 bilhão em títulos do governo.

As restrições para investimento em portfolio foram diminuindo gradualmente. Alguns exemplos como o teto para participação do IIE em empresas nacionais que foi de 5% para 10% para um IIE e de 24% para 30% no total, investimento em títulos do governo passou para U\$2 bilhões e as operações de hedge foram totalmente abertas aos IIEs. Em 2000, foi permitido que os gestores de fundos locais gerissem fundos para empresas e indivíduos estrangeiros através de subcontas. Neste mesmo ano ocorreu a introdução do mercado em derivativos e que desde então cresceu significativamente.

O mercado de ações na Índia é gerido por duas instituições, a SEBI (Securities and Exchange Board of India) e a NSE (National Stock Exchange). A primeira foi estabelecida em

---

<sup>35</sup> Os investidores institucionais estrangeiros poderiam operar em uma banda larga de no mínimo vinte investidores, sendo cada um com no máximo 10% do total do fundo.

1988, mas somente em 1992 teve poderes legais e a segunda fundada em 1992, já com uma plataforma de operações eletrônica.

No mercado de dívida privada, as empresas foram autorizadas a buscar empréstimo internacional com maturidade de pelo menos cinco anos. Alguns limites de valores foram estipulados, mas a revisão destes limites é feita regularmente. O mercado interno é ainda pequeno, diferente do mercado da dívida pública que desenvolveu bastante, principalmente depois da mudança para a plataforma eletrônica, no final da década de 1990 (MOHAN e RAY, 2017).

De forma geral, restaram poucas restrições no mercado de IED, enquanto para investimento estrangeiro em carteira há ainda limites mais rígidos, conforme mencionado anteriormente. No entanto, de acordo com Shah e Patnaik (2007), em 2005 a participação indiana no fluxo global de portfólio era maior do que em IED.

O mercado de seguros de vida havia sido nacionalizado em 1956 e o de seguro em 1972. Desta forma, o mercado de seguros era monopolizado pela LIC (*Life Insurance Corporation*) e pela GIC (*General Insurance Corporation*). Várias tentativas de reformas no setor de seguros foram interrompidas, decorrentes de derrotas políticas. Contudo, em 1998 o BJP, partido vencedor das eleições, introduziu um projeto para a criação da agência reguladora IRDA (*Insurance Regulatory and Development Authority*) que foi aprovado pelo congresso no ano seguinte e diversos pontos chave da legislação antiga (de 1956 e 1972) foram revistos. O IRDA foi estabelecido como o órgão legítimo e independente capaz de determinar regras como margem de solvência e diretrizes para investimento. Tal mudança permitiu a abertura do setor de seguros à iniciativa privada, incluindo firmas nacionais com participação estrangeira de até 26%.

Antes das reformas, existiam basicamente dois tipos de fundos de pensão, um voltado para os funcionários públicos (federal e estadual) e outro para os empregos privados do setor formal. Para os contratos de trabalho firmados a partir de 2001 foi criado um fundo de pensão (NPS) financiado por contribuições previamente definidas, no qual o trabalhador contribui com um determinado percentual do salário e o governo complementa. As contas são individuais e tem portabilidade em caso de mudança de trabalho. Há ainda em vigor dois esquemas de pensão anteriores a 2004, e estão inseridos no sistema nacional de fundos de pensão (EPFMP). De maneira geral, os esquemas de fundo de pensão que hoje estão em vigor tem pouca adesão.

Uma das principais medidas adotadas logo no início das liberalizações foi o rompimento definitivo com o regime de licenças sobre a indústria, conhecido como sistema de “licenças Raj”. Entretanto, tais licenças ainda podem ser observadas na esfera estadual, como afirma o artigo do Asian Development Bank (ADB) de 2015: “While ‘License Raj’ [...] has been largely eliminated at the center, it still survives at the state level, along with a pervasive ‘Inspector Raj’” (P.52).

Sob a lógica da livre competição e redução do grau de atuação do governo na economia, as privatizações das empresas públicas foram logo postas em prática. O primeiro momento deste processo, entre 1991 e 1999, concentrou vendas parciais, aos investidores institucionais, de diversos lotes de ações pertencentes às várias estatais através de leilões, sem transferência do controle da empresa. Estes lotes combinavam ações de empresas lucrativas com aquelas de baixa performance, o que foi muito criticado, conforme artigo dos autores Chandrasekhar e Gosh, (1999):

In practice, rather than help the government divest shares in loss-making enterprises at reasonable prices, bundling resulted in the government obtaining an extremely low average price for each bundle, implying that prime shares were being handed over at rockbottom prices. (p.1)

Além deste primeiro momento, Panagariya (2008) descreve mais duas fases destas liberalizações. A segunda fase desenrolou-se durante o governo do primeiro ministro Vajpayee (1998 a 2004), quando o ministro das finanças estabeleceu um departamento de privatizações a fim de seguir com as vendas parciais ou totais das empresas públicas que não fossem estratégicas para o país. A nova política foi seguida, conforme descrito abaixo:

In January 2000, it carried out the first ‘strategic’ sale by selling Modern Food Industries Limited to Hindustan Lever. [...] Including Modern Food Industries, the government undertook strategic sales of 13 enterprises, 3 hotels of the Hotel Corporation of India, and 19 hotels of the India Tourism Development Corporation by the end of 2001-02. (PANAGARIYA, 2008, p.302)

No entanto, a tentativa de vender duas das maiores companhias do ramo de petróleo (Bharat Petroleum Corporation Limited (BPCL) e Hindustan Petroleum Corporation Limited (HPCL)) acarretou para o governo uma derrota importante. A venda foi judicialmente bloqueada alegando que a mesma precisaria da aprovação do congresso.

Novas eleições levaram o INC de volta à liderança, apoiado pelas lideranças de esquerda, marcando o início da terceira fase. O programa de privatizações, bem como o

departamento de privatizações, foram encerrados. Algumas vendas de ativos e concessões ocorreram durante o governo, mas nada radical.

De forma geral o governo continuou atuando em diversos setores através das empresas públicas. As principais áreas são: setor de petróleo, mineração, geração e transmissão de energia, energia nuclear, aviação, engenharia, distribuição e armazenamento, alimentos, navegação e telecomunicação.

A produção reservada às empresas pequenas foi sendo aberta às grandes corporações, e gradualmente a lista de produtos reservados às empresas de pequena escala foi esvaziada.

Em 1999-2000 o governo central extinguiu o chamado ULCRA (Urban Land Ceiling and Regulation Act of 1976), que impunha limites ao tamanho de propriedade permitido a um indivíduo nos espaços urbanos, variando de acordo com o tamanho das cidades. A decisão final de aplicar a mudança caberia aos Estados.

Ainda que muitos autores posicionem-se favoravelmente às reformas no mercado de trabalho (PANAGARIYA, 2008), nenhuma mudança relevante ocorreu neste âmbito. A regulamentação permaneceu bastante estrita para as empresas com mais de cem funcionários, (entre outras normas, não podem demitir sem consentimento do governo). Já aquelas com até dez funcionários (ou vinte, se não faz uso de energia elétrica) continuam sem qualquer obrigatoriedade trabalhista, o que favorece a predominância do mercado informal.

Tabela 20: Reformas econômicas na Índia desde 1980

	1980 - 1985	1985 - 1989	Pós 1991
Privatização e Política Industrial	<p>.Não houve privatização, houve nacionalização de 6 bancos</p> <p>.Redução das áreas restritas ao setor público ou à produção de pequena escala;</p> <p>.Maior flexibilidade nas licenças de investimento para expandir a capacidade produtiva como: nova base de cálculo para aumento da capacidade produtiva, concedida à 34 indústrias chave;</p> <p>.Exclusão da produção para exportação do cálculo de capacidade de produção (inclui MRTP e FERA);</p> <p>.Permissão automática para expansão da capacidade em até 25% para 15 indústrias do setor de engenharia e mais 45 indústrias, além de supressão desta exigência a todas as empresas do MRTP;</p> <p>. Pequena escala: aumento do capital fixo de \$1 milhão para \$2 milhões de rúpias no enquadramento;</p> <p>.Indústria de manufatura de equipamentos de telecomunicação aberta ao setor privado.</p>	<p>.Flexibilidade na linha de produção;</p> <p>.Expansão de até 133% da capacidade para aquelas que haviam alcançado 80% da utilização da capacidade nos últimos 5 anos; 30 indústrias e 82 farmacêuticas isentas das licenças;</p> <p>.MRTP: liberalização para diversificar produção; aumento da base de ativos para enquadramento, de \$200 milhões para \$1 bilhão de rúpias;</p> <p>.Cimento e alumínio: Termina controle sobre preços;</p> <p>. Pequena escala: aumento do capital fixo, de \$2 milhões para \$3.5 milhões de rúpias, no enquadramento;</p> <p>.Promoção da área de P&amp;D;</p> <p>.Negociação de transferência de tecnologia com empresas estrangeiras.</p>	<p>.Inicialmente privatizações parciais, sem transferência do controle, exemplos: MTNL, ITI, VSNL<sup>36</sup>;</p> <p>Final dos anos 90 começaram as privatizações com vendas acima de 50% e transferência do controle decisório.</p> <p>Início dos anos 2000 ritmo de privatizações diminuiu, mas permanecem as vendas parciais. No geral, poucas privatizações totais foram feitas na esfera federal, em alguns Estados foram um pouco mais intensas. A maior parte da indústria de comunicação pertence ao setor privado;</p> <p>.Extinção completa das licenças sobre a indústria.</p>
Liberalização Financeira Doméstica		<p>.Algumas inovações financeiras: permissão para oferta pública de ações e debêntures conversíveis.</p>	<p>.Privatização parcial de alguns bancos públicos; entrada de novos players; adequação às normas de financiamento internacionais; extinção do controle sobre emissão de capital; modernização do</p>

<sup>36</sup> MTNL: Mahanagar Telephon Nigam Ltd; ITI: Indian Telephone Industries Ltd; VSNL: Videsh Sanchar Nigam Ltd



			mercado de capitais através da SEBI e NSE.
Mercado de Trabalho			. Sem reforma trabalhista relevante
Conta Capital	.Determinadas políticas para colaboração estrangeira até \$5milhões de rúpias, sem envolver participação acionária.	. Abertura à participação estrangeira com tecnologia superior em empresas indianas. .Permissão para importadores de máquinas e equipamentos se beneficiarem de créditos com os fornecedores estrangeiros.	.Permissão para empréstimos de empresas indianas no mercado de capitais internacional, abertura para IIE (com limites) <sup>37</sup> e para IED (salvo alguns setores específicos, cuja participação estrangeira é limitada); .Não adesão à plena conversibilidade da conta capital.
Comércio Internacional	.Criação de unidades de produção voltadas exclusivamente para exportação; .Permissão para importação de: máquinas até \$4milhões de rúpias; equipamentos para expansão de até 25% da capacidade, disponível também para empresas do MRTP e FERA; algumas matérias primas para insumo.	.Ampliação da lista dos produtos para importação sem licença prévia; .Proibição de importação somente para uma classe: óleo e gordura animais; .Desvalorização da rúpia.	.Rúpia é atrelada ao dólar, no sistema de taxas flutuantes; .Criação das SEZs; . Extintas todas as licenças de importação, proteção maior apenas para agrícolas, tarifas alfandegárias gradualmente reduzidas, até média de 15.5% <sup>38</sup>

<sup>37</sup> Em 2017 os limites foram praticamente extintos, mas até o alcance deste trabalho (2013) ainda existiam.

<sup>38</sup> Dados de 2009 da ADB

### 3.2 Questão fiscal

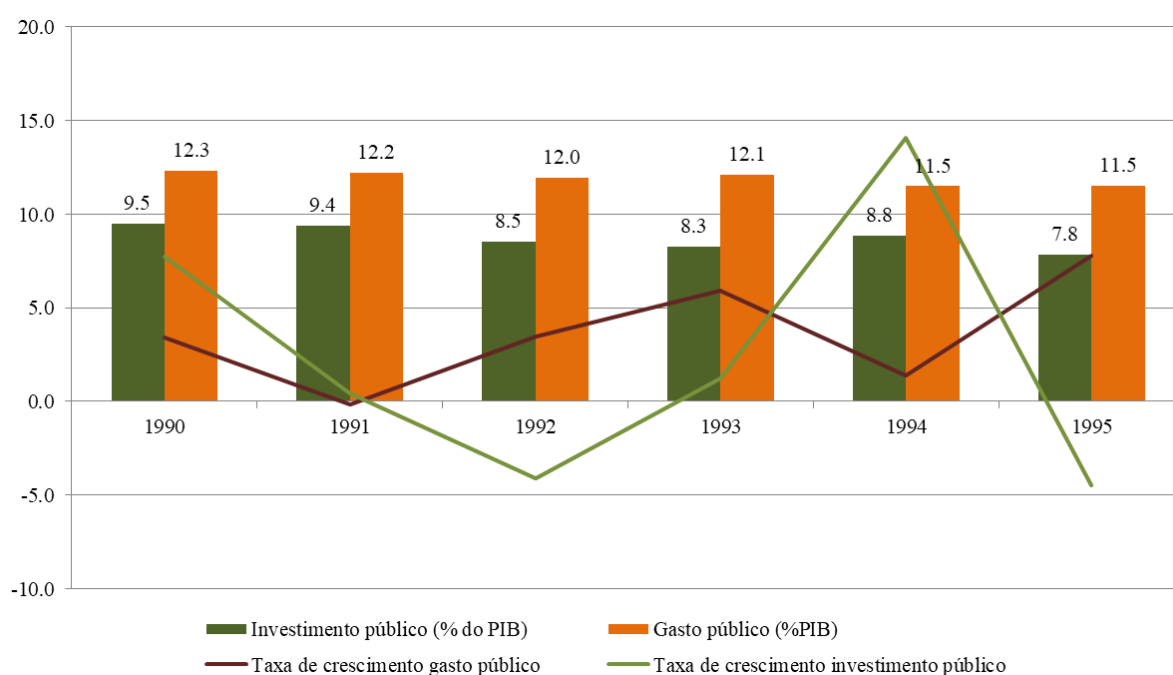
O período subsequente ao acordo com o FMI e à implementação do pacote de reformas foi marcado por uma política fiscal contracionista e baixo crescimento do PIB. A redução das despesas do governo era parte importante do entendimento ortodoxo sobre contenção da inflação e ajuste das contas públicas: “The fiscal squeeze was manifested in a fall in public consumption and investment expenditure, as well as in increased tax collection efforts.” (RAKSHIT, 2009, p.98).

A política fiscal começa, então, a operar na lógica neoclássica de responsabilidade fiscal, ou seja, ancorada nas regras legais pré-definidas, abandonando seu uso conforme critério do governo de acordo com as necessidades das políticas econômicas estabelecidas.

Conforme esperado, em 1991, a taxa de crescimento dos gastos do governo ficou negativa em 0.2%, porém em relação ao PIB, os gastos não sofreram alteração. A taxa de crescimento dos gastos públicos registrou uma média anual abaixo de 3% entre 1990 e 1994.

Já os investimentos públicos apresentaram queda maior, a taxa de crescimento foi de 0.4% em 1991 e negativa em 4.1% no ano seguinte. Neste intervalo, sua participação no PIB reduziu em um ponto percentual.

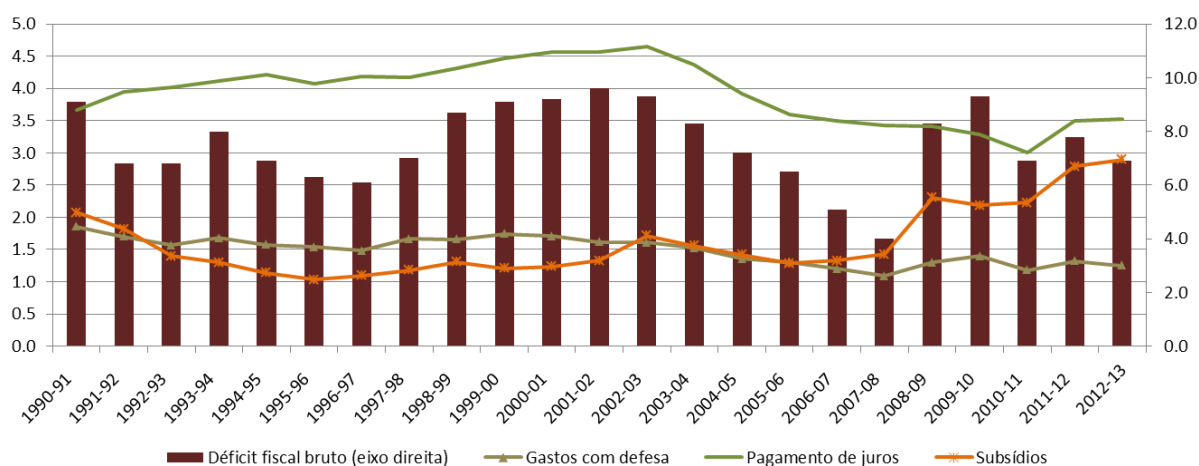
Gráfico 16: Investimento e gasto públicos (% do PIB, % crescimento)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RBI.

O governo conseguiu reduzir o déficit fiscal<sup>39</sup> de 9.1% do PIB em 1990-91 para 6.8% e seguiu em tendência de queda até o final da década, quando o déficit fiscal voltou a subir. A taxa de juros permaneceu alta e com isso o pagamento de juros não sofreu redução em relação ao PIB, pelo contrário, houve leve aumento. Conforme o gráfico 17 apresenta, os subsídios tiveram queda considerável em relação ao PIB, chegando a 1% em 1995-96 e somente em 2007-08 tornou a subir, e seguiu em tendência de alta.

Gráfico 17: Índices fiscais<sup>40</sup> (% do PIB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RBI, 2017.

Houve expressiva queda na relação do déficit fiscal do governo central com o PIB, depois que a legislação FRBM foi aprovada. Foi possível reduzir o déficit de 5.9% do PIB em 2002-03 para 2.6% em 2007-08. Contudo, a crise internacional financeira interrompeu este ciclo de contração fiscal:

Against this background, there were modifications in the MTFP<sup>41</sup> targets for FY2009 and FY2010 to accommodate the fiscal stimulus to cope with the financial crisis. The changed circumstances were also taken into account by the 13<sup>th</sup> Finance Commission in its award for the period FY2011 to FY2015. Finally, the FRBM Act itself was amended through the Finance Act of 2012. (AKIN ET AL, 2017, p.6)

O governo não foi capaz de aumentar as receitas através dos impostos. Embora os impostos diretos tenham passado de 1.9% do PIB em 1990-91 para 2.7% em 1994-95, os impostos indiretos seguiram em direção contrária, caindo de 8.2% do PIB para 6.4%<sup>42</sup>. Tendo

<sup>39</sup> Déficit do governo central e estadual juntos

<sup>40</sup> Idem

<sup>41</sup> Medium-Term Fiscal Policy (MTFP)

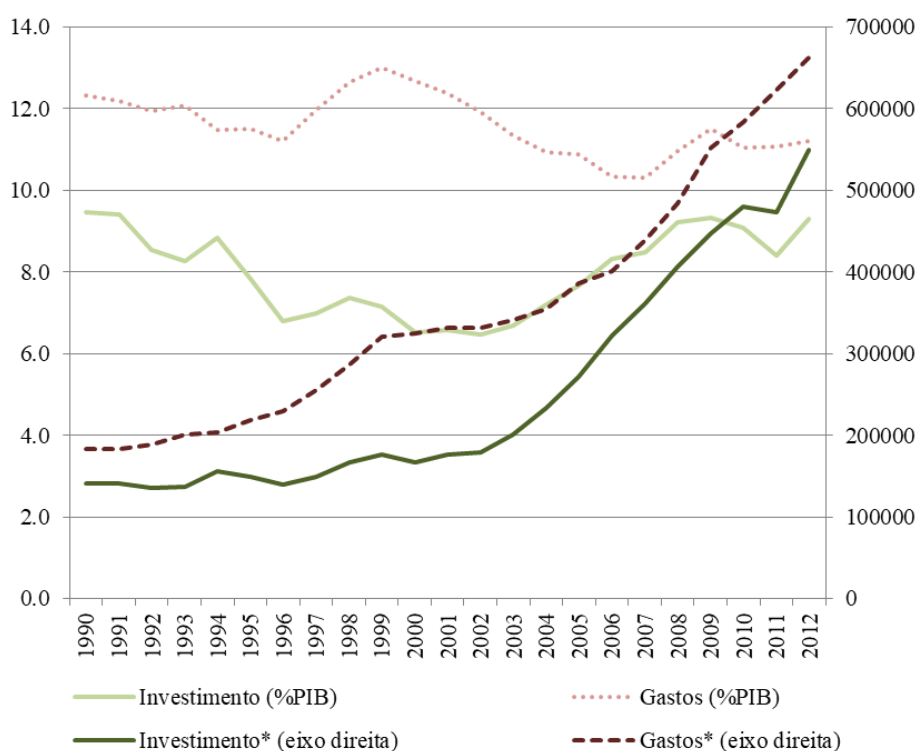
<sup>42</sup> RBI Handbook of statistics of indian economy

em vista a queda da taxa de crescimento da economia, a redução do recolhimento indireto não surpreende, o que pressionou o governo a reduzir os gastos ainda mais, a fim de assegurar o comprometimento com o déficit fiscal.

Os recursos recebidos com as vendas de ativos e privatizações foram usados pelo governo como uma estratégia para atingir as metas de responsabilidade fiscal. Chandrasekhar e Ghosh (1999) reforçam: “[..] in all three years in which disinvestment proceeds have been significant, they helped finance around 8 per cent of the fiscal deficit that would have shown up in the budget but for privatisation.” (p.4). As vendas parciais e integrais geraram também redução da participação do PIB das empresas públicas<sup>43</sup> de 13.5% para 8.4% entre 1993-94 e 2009-10.

Os gastos públicos retomaram o ritmo de crescimento a partir a segunda metade da década de 1990, com taxa média de crescimento de quase 10% a.a. Já os investimentos demoram um pouco mais, a retomada se deu somente a partir de 2003, conforme apresentado no gráfico 18.

Gráfico 18: Investimento e gasto público



\*Gastos e investimentos públicos em rúpias (medida em crores), valores reais a preços de 2004-05  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Mospi e RBI.

<sup>43</sup> Somente as chamadas “non-departmental enterprises”: empresas públicas que não fazem parte de ministérios e nem da administração pública.

Os gastos com a folha de pagamento tornaram-se mais importantes, com participação de 77% na distribuição total. A participação dos gastos com defesa caiu consideravelmente, enquanto educação<sup>44</sup> subiu de 15.4% para 21% entre 1990-91 e 2011-12, o equivalente a 4% do PIB, segundo o 12º PC.

Em termos sociais parece ter havido melhora na distribuição dos gastos, inclusive com expansão da seguridade social. O governo vem ampliando diversos programas sociais com o objetivo de aliviar as condições de vida de determinados grupos marginalizados, através da promoção de políticas de inclusão, educação, saúde e outras formas de assistência. Como exemplos destes programas:

There are many such programmes which either deliver benefits directly to the poor and the excluded groups, or increase their ability to access employment and income opportunities generated by the growth process. Examples of such programmes are the Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act (MGNREGA), Sarva Siksha Abhiyan (SSA), Mid Day Meals (MDMs), Pradhan Mantri Gram Sadak Yojana (PMGSY), Integrated Child Development Services (ICDS), National Rural Health Mission (NRHM), and so on. This is also relevant for the sustainability objective since programmes aimed at making development more sustainable also involve additional costs. (12º PC, vol. 1, p.3)

Vale lembrar que nos últimos anos essas políticas públicas obtiveram resultados importantes para o país, como por exemplo, a redução do número de analfabetos, de quase metade da população em 1991 para aproximadamente 26% em 2011, e a melhora na taxa de mortalidade infantil que foi de 70 para 47 por mil nascimentos entre 1991 e 2010.

O padrão dos investimentos públicos aponta também para uma mudança que evidencia o enfoque nas políticas sociais. Desde 2000 os serviços sociais e comunitários absorveram quase metade do valor total das inversões, enquanto durante toda a década de noventa sua participação girou em torno de um quarto e os investimentos com infraestrutura (eletricidade, fornecimento de água, comunicação, transporte e etc) se apropriavam da maior participação na distribuição do orçamento.

Todavia, a participação do grupo de transporte, comunicação e armazenagem foi reduzida de forma expressiva, de 23% em 1993-94 para 8% em 2011-12. Grande parte desta mudança pode ser atribuída às privatizações na área de comunicação, tendo em vista que, deste grupo, foi o ramo que sofreu a maior perda da participação pública.

---

<sup>44</sup> Inclui os gastos com as remunerações do setor

Tabela 21: Distribuição do investimento público (%)

	1993-94	2011-12
Agricultura e atividades afins	7.3	5.0
Mineração e extração	10.5	7.3
Manufatura	9.2	8.5
Eletricidade, gás e fornecimento de água	25.6	23.8
Construção	0.6	2.3
Comércio, hotéis e restaurantes	0.3	0.1
Transporte, armazenagem, comunicação	22.7	7.9
Setor financeiro, seguros e imobiliário	4.3	2.6
Serviços sociais e comunitários	19.7	42.6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mospi.

A mudança de paradigma na economia indiana, desde 1991, implicou na busca pela redução da participação do Estado, privilegiando o investimento privado ou parcerias público-privado (PPP) principalmente na infraestrutura. Rakshit acrescenta:

The period 1995-2000 was marked by 9.6 per cent and 12.6 per cent growth in government consumption and subsidies, respectively; however, public capital accumulation grew at a snail's pace of 1.9 per cent, and its two crucial constituents, viz., investment in agriculture and infrastructure, actually declined, by 5.6 per cent and 0.2 per cent respectively. At the same time the government appears happy to collect disinvestment proceeds as a substitute for current receipts, [...] interest outgoes have risen by leaps and bounds and the economy has for long been characterized by deceleration with excess capacity. (2009, p.112-113)

Grandes gargalos na infraestrutura do país continuam limitando o crescimento da indústria. O setor de transporte é apontado por diversos autores como uma das principais barreiras, sobretudo nas regiões periféricas e para uma interação mais fluída entre o setor agrícola e industrial. Nagaraj (2003) sugere que : “[...] the fall in infrastructure investment seems to have constrained industrial output and export growth, and also perhaps the inflow of foreign direct investment.” (p.3713). O 12º PC reconhece as consequências da falta de investimento público:

India's transport sector is grossly overstretched. The pace of economic development after the economic reforms has imposed a heavy burden on this sector. To meet the requirements of the economy during the Twelfth Plan it will have to address several challenges. (vol. 2, p.195)

Mesmo no plano social a Índia permanece muito atrasada. A distribuição de energia e acesso à água tratada são exemplos do atraso na promoção do bem estar da população. Até 2011 apenas 67% das famílias tinham energia, sendo que nas zonas rurais quase 45% das casas não possuíam. São áreas que dificilmente despertam o interesse na iniciativa privada devido ao custo de investimento frente ao retorno de mercado.

### **3.3 Mercado de trabalho e estrutura produtiva**

Ao longo do período em análise, ocorreram importantes mudanças nos setores produtivos e com os agentes neles envolvidos. O objetivo desta seção é identificar tais transformações e traçar os contornos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho durante a segunda década do século XXI.

A população indiana permaneceu majoritariamente rural, com quase 70% da população fora dos centros urbanos<sup>45</sup> e quase 60% dos estabelecimentos produtivos localizados nestas áreas<sup>46</sup>. Do total dos estabelecimentos envolvidos no 6º Censo Econômico, 71% deles eram próprios, sem nenhum funcionário contratado e mais de um terço funcionava nas residências e outros 18% sem estrutura fixa. Apenas 29% funcionava com ao menos um funcionário e destes, 95% tinham entre um e cinco funcionários, enquanto apenas 1.4% com dez ou mais.

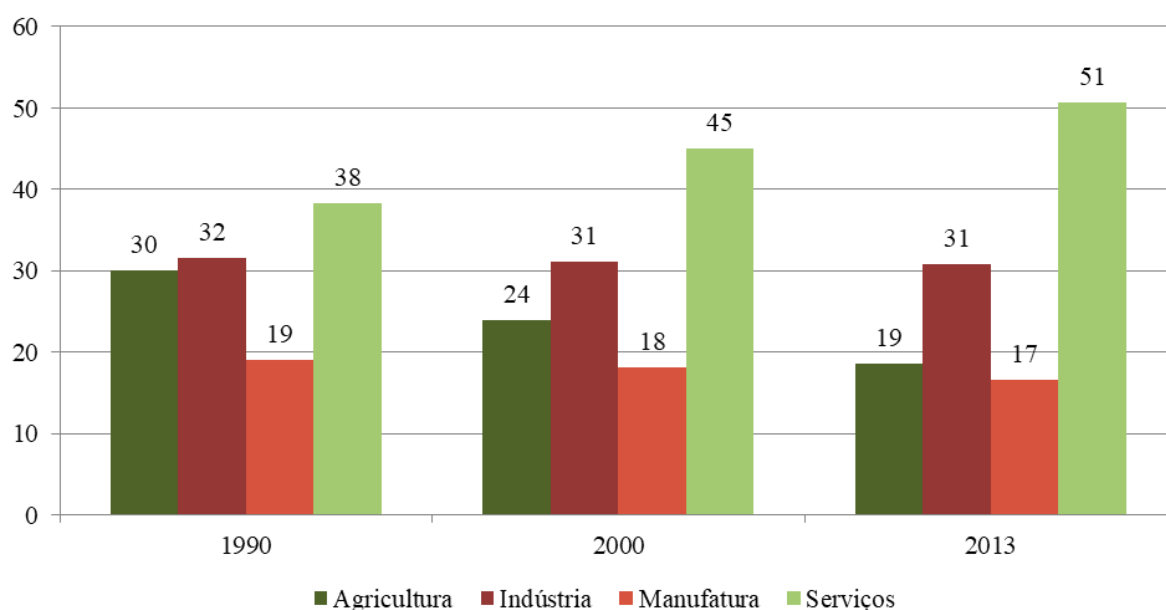
Conforme o gráfico 19 nos mostra, a participação do setor agrícola no PIB (em valor agregado) cai drasticamente, sendo totalmente absorvida pelo setor terciário. A participação da indústria ficou estagnada, porém a indústria de manufatura registrou leve queda de dois pontos percentuais desde 1990 até 2013.

---

<sup>45</sup> 12º Planning Commission, em 2011

<sup>46</sup> 6º Censo Econômico (CE), lançado em 2014, inclui todos os estabelecimentos envolvidos em atividades agrícolas e não agrícolas, exceto as plantations, produção agrícola, administração pública e defesa.

Gráfico 19: Participação setorial no PIB (% , Valor adicionado)



Fonte: Banco Mundial.

Foi principalmente a partir de 1995 que o desempenho da produção industrial arrefeceu, decorrente, acima de tudo, dos problemas na agricultura e infraestrutura:

But the 1990s, especially the period 1995-2005, saw a deceleration of industrial growth. Radically different has been the performance of the services sector over the last ten to fifteen years. Its growth has shown an upward trend and exceed that of industries by more than 2.5 percentage points during 1995-2005. (RAKSHIT, 2009, p.141)

Rakshit (2009) e Nagaraj (2003) sugerem que a baixa produtividade da agricultura refletiu no resultado industrial. Segundo o primeiro, entre 1995 e 2001 o setor cresceu em média 1.5% a.a., reduzindo a renda da população rural. O fraco desempenho da agricultura teria afetado a distribuição de renda e com isso a demanda por industrializados diminuiu. Contudo, no início dos anos 2000 o crescimento industrial começa a se recuperar e, conforme tabela 22, entre 2004 e 2011 experimentou crescimento expressivo de 9% a.a., puxado principalmente pelo setor formal. O crescimento do setor terciário neste período foi superior ao do setor secundário elevando sua participação no PIB. Algumas particularidades destes setores serão expostas mais adiante.



Tabela 22: Crescimento por setor (% , 2004 a 2011)

Crescimento por setor, média anual (%) (2004 a 2011)	
Agricultura e afins	3.8
Mineração	4.3
Indústria	9.0
Manufatura formal	10.5
Manufatura informal	7.0
Construção	9.0
Serviços	10.2
Comércio, hotéis e restaurantes	9.3
Negócios, setor financeiro, seguros e afins	11.7
Serviço social/pessoal	7.6

Fonte: Cálculo próprio baseado nos dados do Mospi, 2012.

A queda da participação da agricultura no PIB em 11 pontos percentuais não representa nenhuma surpresa frente ao acentuado crescimento econômico do período. Todavia, o setor permanece como a principal fonte de sustento da maior parte da população e, portanto, essencial na dinâmica econômica do país.

A pecuária contribui com 25% do valor adicionado bruto (VAB) da agricultura, mas sua importância está também no fato de ser uma atividade que emprega 14.8% da força de trabalho<sup>47</sup>, além de concentrar um enorme número de autônomos da zona rural. Já a atividade agrícola, permaneceu diversificada, com predominância de pequenas fazendas:

Small farms typify Indian agriculture and this predominance continues to increase. Agriculture Census 2005–06 reported the average size of an operational holding at only 1.23 hectare, with farms less than 2 hectares comprising 83 per cent of all holdings and 41 per cent of area. (12° PC, vol. 2, p.20)

A tabela 23 mostra a taxa de crescimento do setor, agrupada pelos planos quinquenais de desenvolvimento, ocorridos entre 1997 e 2012. A informação confirma o baixo crescimento da agricultura, mostrando, entretanto, uma melhora durante o último plano.

<sup>47</sup> 6° Economic Census

Tabela 23: Taxa média de crescimento por plano quinquenal (%)

Planos quinquenais	Taxa média crescimento (%)
PC 9º (1997-2002)	2.5
PC 10º (2002-2007)	2.4
PC 11º (2007-2012)	3.7

Fonte: PC 12º, vol. 2

É também no 11º PC que o investimento na agricultura cresce em relação ao PIB, puxado pelo setor privado. Houve maior mecanização da produção que, segundo o 12º PC, foi motivada pela tendência de migração de parte dos trabalhadores agrários para atividades não agrárias, somada ao aumento do salário real na agricultura:

Labour saving mechanisation, a significant contributor to the sharp increase of private investment in the Eleventh Plan period, was a natural response to tighter labour markets and rising wages. But, while mechanisation helped farmers to cope with labour scarcity, it exacerbated a decline in capital productivity. (12º PC, Vol. 2, p.9)

Tabela 24: Formação bruta de capital na agricultura e atividades afins (% do PIB)

	Setor público	Setor privado	Total
10º PC			
2002-03	2.0	12.2	14.2
2006-07	3.7	11.2	14.9
11º PC			
2007-08	3.6	12.6	16.1
2010-11	3.0	17.0	20.1

Fonte: 12º PC, vol. 2, p.8.

O 12º PC indica que houve aumento das áreas de cultivo do algodão, vegetais e frutas, enquanto o cultivo de cereais e leguminosas, principais em termos de área, vem sendo reduzido. Houve queda contínua na taxa de crescimento do rendimento da produção de grãos

para consumo, que foi de 3.2% nos anos 1980 para 1.6% nos 1990 e 0.6% entre 2002 e 2007, mas recuperou no 11º PC, alcançando taxa média de crescimento de 3.3% a.a.<sup>48</sup>

O setor se tornou bastante intensivo no uso de insumos, tendência aprofundada no último plano quinquenal. Desde os insumos tradicionais como sementes, ração e adubo orgânico até os modernos – químicos, fertilizantes e pesticidas – a intensificação do uso deles foi essencial para o aumento da produtividade do setor desde a revolução verde.

Vale anotar que, de acordo com as próprias autoridades, tais políticas agrárias podem ter gerado resultados negativos indiretos, comprometendo a produtividade da terra no longo prazo. O governo tem privilegiado as políticas de subsídio no preço de certos fertilizantes a base de ureia causando desequilíbrio no tratamento do solo. Desde 1992 os controles sobre o preço dos fertilizantes foram eliminados, exceto para ureia que pode ser encontrada em território nacional.

Another, very important reason why subsidies should be rationalised and restrained is that some of these subsidies could actually be doing harm. A case for subsidies exists if there is clear evidence that some input is being underused. Conversely, when with there is clear evidence of overuse of a subsidised input, there is a case to reduce or even eliminate the subsidy. Today, there is clear evidence of overuse. Data from all over India, especially from the prime green revolution areas, show that high use of chemical fertilisers and power is causing excessive mining of other soil nutrients and of groundwater, and that this is also leading to loss of quality of both soil and water. There is of course about 20–25 per cent of the country's arable area, located largely in North-East, East and Central India, where use of these inputs is so low that further intensification is desirable *per se*. But with nearly 90 per cent of fertilisers and 95 per cent of farm electricity currently being used outside this area, there can be no doubt that the present subsidies are actually encouraging practices that need to be discouraged. (12º PC, vol. 2, p.14)

A tabela 25, abaixo, apresenta a distribuição dos subsídios entre os dois últimos planos quinquenais e o percentual da formação de capital bruto público na agropecuária. O percentual de subsídio para ureia nativa faz parte do orçamento industrial, mas foi incluído na tabela, para complementar a análise sobre o seu benefício na agricultura. Houve enorme crescimento no volume de recursos destinados ao orçamento de subsídio no 11º PC, sendo que fertilizantes apropriaram-se de quase metade dos gastos.

---

<sup>48</sup> Dados do 12º PC, vol. 2, p.41.

Tabela 25: Distribuição do orçamento dos subsídios agrícolas e formação de capital público (% do PIB do setor)

	FCB público na agricultura e atividades afins	Orçamento de subsídios	Subsídio para alimentos	Subsídio para fertilizantes	Subsídio para ureia nativa	Outros subsídios agrícolas
10° PC						
2002-03	2	9	5	2.3	1.6	3.3
2003-04	2.2	8	4.6	2.2	1.6	2.8
2004-05	2.9	8.4	4.6	2.8	1.8	2.9
2005-06	3.3	8	3.6	2.9	1.7	3.2
2006-07	3.5	8.2	3.3	3.6	1.7	3
11° PC						
2007-08	3.3	10.2	3.7	3.9	1.5	4.2
2008-09	2.8	16.6	4.6	8.1	1.9	5.8
2009-10	3.1	12.9	5.4	5.7	1.6	3.4
2010-11	2.7	11.8	5	4.9	1.2	3.1

Nota: O cálculo de “outros subsídios agrícolas” foi feito a partir da diferença entre o somatório do orçamento de subsídios e subsídio para ureia nativa e o somatório do subsídio para alimentos e fertilizantes. Fonte: 12° PC.

Desde a revolução verde, o uso de sementes geneticamente modificadas e de alta performance tornou-se de extrema importância para a agricultura como uma das principais estratégias no aumento do rendimento da produção. O ramo é liderado pelo setor privado, mas desde 2001-02 o setor público tem concentrado esforços para aumentar sua participação no desenvolvimento de novas sementes, sobretudo para algodão, milho, arroz e sorgo. No desenvolvimento de sementes de milho, sua participação foi de 4% para 40%, e no de arroz foi de 25% para 58%<sup>49</sup>.

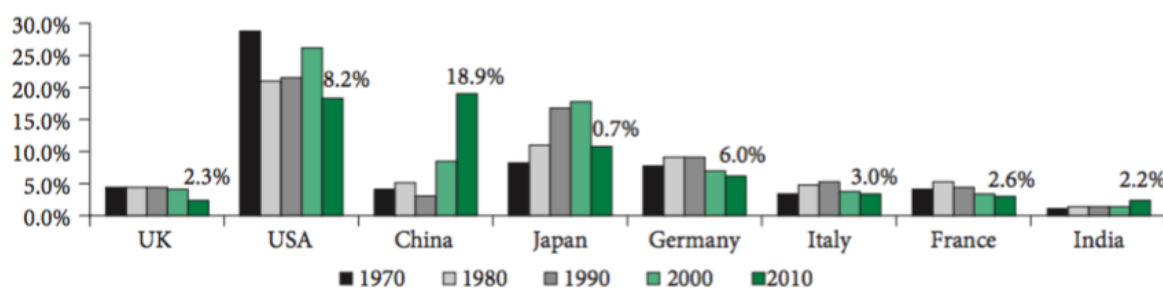
De forma geral, no período recente a taxa de crescimento do setor agrícola aponta para uma curva levemente mais inclinada em relação aos anos 1990, porém a insuficiência de investimento público, as políticas de subsídio e a dificuldade de acesso ao crédito dos pequenos produtores, vem tornando este grupo ainda mais vulnerável. Um dos dados que chama atenção é o aumento do índice de suicídio entre agricultores, da década de 1990 até o início dos anos 2000. Embora Basu (2016) mostre que a estimativa apresentada por alguns autores é superestimada devido a uma má interpretação sobre a base de dados, o suicídio de

<sup>49</sup> 12°PC, Vol. 2, p.33.

300 mil fazendeiros entre 1995 e 2014 não é nada desprezível, e aponta para as dificuldades do setor.

A estagnação da indústria na participação do PIB ao longo dos anos, conforme o caso indiano, não é comum entre as economias em desenvolvimento com taxa de crescimento econômico acelerada, especialmente quando comparado com a China e o Sudeste Asiático. O 12º PC compara a participação do PIB da indústria de manufatura em vários países, vemos que na Tailândia, Malásia e China as participações são de 36%, 26% e 30% respectivamente<sup>50</sup>, muito acima da participação da indústria de manufatura indiana. O gráfico 20 mostra a defasagem da indústria de manufatura da Índia em relação à produção mundial, com participação de apenas 2.2% em 2010. Apesar do incremento da participação da indústria indiana em 2010, ela continua pouco expressiva no cenário internacional. Ainda assim, no período entre 2004 e 2013 a indústria registrou taxa de crescimento acelerada, conforme tabela 22, mas o desempenho do setor terciário foi superior.

Gráfico 20: Produção da indústria de manufatura em percentual do total da produção mundial

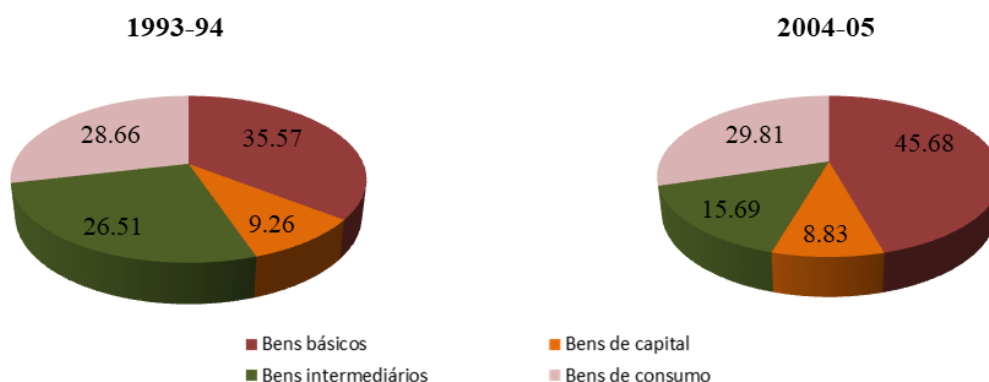


Fonte: United Nations National Accounts Main Aggregates Database em 12º PC Vol. 2, p. 52.

Analisando a estrutura industrial pela classificação de uso do Mospi, vemos uma mudança em sua configuração. Houve aumento da participação da indústria de bens básicos, já predominante anteriormente, sendo estes responsáveis por quase metade da produção doméstica. O setor de bens intermediários perdeu bastante participação em 2004-05, todavia, o gráfico 22 apresenta o desempenho destes grupos entre 1994-95 e 2013-14 e nele vemos que este grupo manteve o desempenho próximo ao índice geral, ao menos até o início dos anos 2000. Tal fato sugere que o crescimento superior dos bens básicos foi a principal força para a queda da participação do primeiro, até 2004-05.

<sup>50</sup> Fontes diversas: Economic intelligence Unit, Data Monitor, Euro-monitor, World Bank World Development Indicators, BCG analysis, APUD, 12º PC, vol.2, p.52. Dados referentes à 2009.

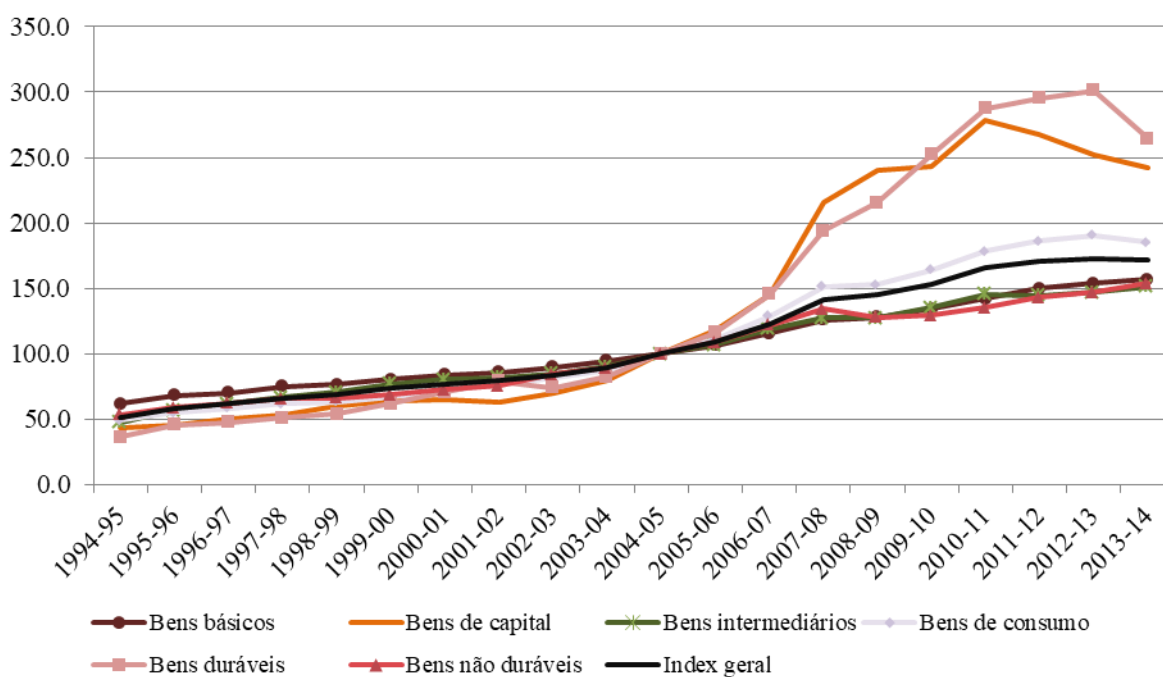
Gráfico 21: Peso dos setores na indústria (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Mospí.

A série da produção industrial, indexada em 2004-05, mostra que em 2005-06 houve uma quebra estrutural no crescimento da produção de bens de capital e de bens duráveis. Ambas as curvas se distanciaram bastante do índice de produção geral, apresentando taxa média de crescimento anual de 15.1% e 16.7% entre 2005 e 2012 (Bens de capital e bens duráveis, respectivamente), enquanto a média da indústria de manufatura agregada não chegou a 8% a.a.

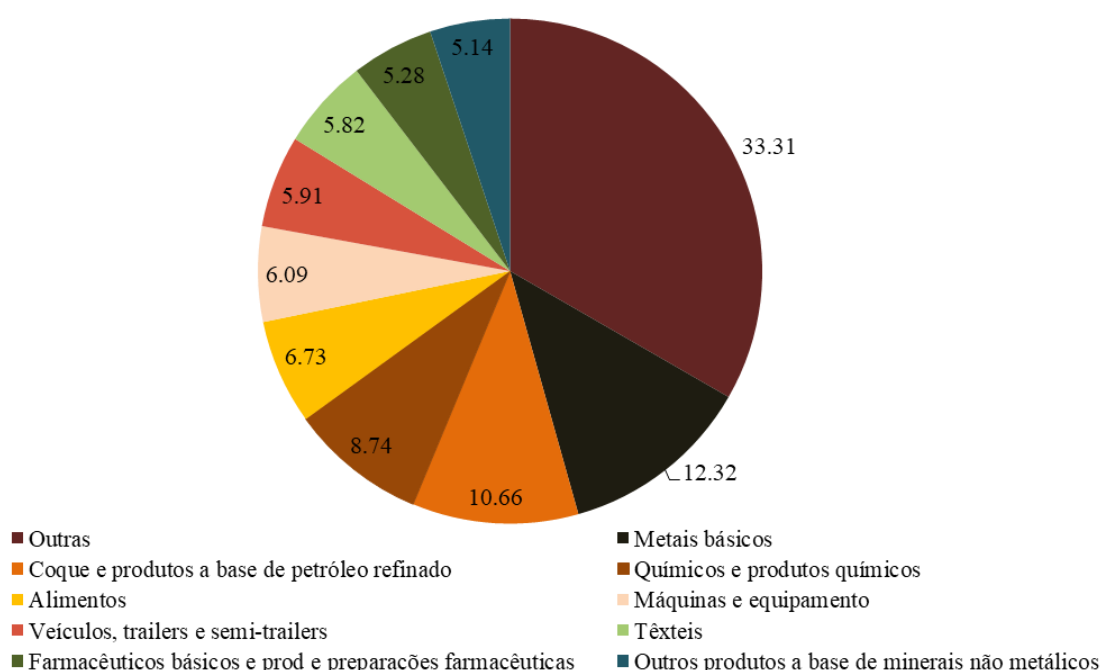
Gráfico 22: Índice da produção industrial por setor (2004-05 = 100)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de índice de produção no Mospí.

A distribuição das principais indústrias do país confirma o predomínio das indústrias de bens básicos, em especial as de metais básicos, produtos químicos, indústria de petróleo e derivados e farmacêuticos básicos. É possível observar alguns êxitos da política industrial, como o esforço para aumentar o processamento de alimentos. Na década de 1990 apenas 1% dos alimentos era processado, já em 2012 o número havia crescido para 6 a 7%, tendo as principais indústrias deste ramo um pouco mais de 6% de participação no VAB.

Gráfico 23: Distribuição das principais indústrias no valor agregado bruto, por setor (% , 2010-2011)



Fonte: Annual Survey of Industries, 2010-2011, p. 30

Muitas indústrias sofreram com a concorrência internacional, intensificada na década de 90. As indústrias de cobre e papel são dois exemplos citados pelo 9º PC:

A number of industries were not able to meet external competition due to a variety of reasons, an important one being their historical background. For example, the development of copper industry in the country was taken up on strategic considerations even though the quality of domestic ore is very poor by international standards. The substantial import duty reduction effected in the last few years has been accompanied by a drastic fall in international prices of copper resulting in the only producer viz Hindustan Copper Ltd cutting down its production, incurring severe losses and not being in a position to make even essential renewals and replacements. The paper industry was unable to meet external competition, reasons for the same being non-availability of captive plantations to the industry. In the

hydrocarbon sector also, a number of petroleum intermediates were imported while the domestic capacity languished. (Vol. 2, parágrafo 5.23)

Já a indústria de bens de capital é citada como um caso em que inicialmente a abertura comercial do país prejudicou consideravelmente o faturamento, porém foram capazes de recuperar e encontrar espaço para expandir a produção:

The most important reason for the lower growth rates during the Eighth Plan period as compared to the Seventh Plan period seems to be that the industrial sector, which had been almost totally protected from both internal as well as external competition during the previous four decades, was suddenly exposed to foreign competition through a significant liberalisation of imports and a drastic reduction in import duties. The industry was hardly prepared for it and the slow-down was only to be expected as is reflected in the very low growth rates realised in the first two years of the Eighth Plan. By far, the worst affected was the capital goods sector. First, the user sectors now had the option of importing the most modern capital goods and equipment which was often not available indigenously and which was imperative for enabling these sectors to modernise themselves and thus be in a position to meet the challenge of opening up of the economy. Second, with a progressive reduction in import duties, many of the user sectors preferred to adopt a 'wait and watch' policy and postponed their investment plans. The capital goods sector with a weight of 16.4 percent in the Index of Industrial Production (IIP), recorded growth rates of (-)12.8percent, (-)0.1percent and (-)4.1 percent in 1991-92, 1992-93 and 1993-94 respectively. The capital goods sector took a number of steps like import of drawings and designs and upgradation of technology to meet this challenge assisted by a resumption of investment in a number of sectors, the capital goods sector was able to achieve a phenomenal growth of 24.8 per cent in 1994-95 and 17.8 per cent in 1995-96. (Vol. 2, parágrafo 5.22)

Apesar das privatizações e vendas de ações das empresas públicas ocorridas após a liberalização de 1991, as indústrias públicas permanecem protagonistas da estrutura industrial, com participação superior a 60% no valor adicionado líquido (VAL), conforme tabela 26. As indústrias privadas limitadas tem participação de apenas 7% em número de estabelecimentos, mas é o segundo grupo em termos de VAL.

Tabela 26: Organização industrial, distribuição por número de indústrias e por VAL (%), 2010-11

	Distribuição do número de indústrias (%)	Distribuição no VAL (%)
Propriedade individual	23.8	2.4
Propriedade familiar	0.6	0.1
Sociedades	25.6	6.4
Empresas públicas	7.0	61.8
Empresas privadas ltda	23.7	28.2
Outras	19.2	1.2

Fonte: Annual Survey of Industries, 2010-11.



As indústrias de propriedade individual, familiar e agrupadas em “outras” são, em maioria, reunidas no grupo de empresas micro, pequenas e médias, do qual quase 94% pertencem ao mercado informal. Estas empresas são responsáveis pela absorção da maior parte na mão de obra, aproximadamente 80% em 2000<sup>51</sup>.

A tabela 27 mostra os principais setores da indústria de manufatura formal e informal em termos de contribuição no VAB. Houve queda acentuada na participação do setor têxtil em ambos os mercados (mais acentuada no informal), e aumento da indústria química e derivados. No mercado informal, a segunda maior queda foi da indústria de alimentos, enquanto o setor de máquinas elétricas ganhou mais de dez pontos percentuais.

Tabela 27: Participação no VAB dos setores de manufatura no mercado formal e informal (%)

	Setor formal		Setor informal	
	Peso 1990- 91	Peso 2011- 12	Peso 1990- 91	Peso 2011- 12
Alimentos processados	7.1	7.0	13.0	2.8
Bebidas e tabaco	2.1	2.2	2.6	7.7
Borracha e produtos a base de petróleo	16.0	13.1	2.4	5.7
Couro e pele	0.6	0.7	3.1	3.4
Equipamentos de transporte	8.2	10.9	2.3	2.2
Madeira, derivados, móveis	1.3	0.5	22.8	21.3
Máquinas e produtos de metais	10.1	11.5	11.7	2.7
Máquinas elétricas	3.2	5.7	2.1	13.2
Metais básicos	18.7	12.8	2.2	4.1
Papel e impressão	4.7	3.3	2.9	4.3
Produtos não metálicos	6.2	4.9	5.0	3.5
Químicos e derivados	11.9	15.4	3.6	7.5
Têxteis	10.6	8.7	21.4	10.1
Outros	2.7	3.3	7.9	11.2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Mospí.

No mercado formal as oscilações foram menores. Percebemos variações negativas na participação da indústria de metais, borracha e derivados de petróleo, além das já mencionadas.

<sup>51</sup> 9º PC, Vol. 2, parágrafo 5.29

O setor de serviços foi certamente o que mais cresceu entre 2004-2013, com taxa média de 10.2% a.a., chamando a atenção de muitos autores (RAKSHIT, 2009; GHOSE, 2014) para o que poderia ser um crescimento *service-led*.

O crescimento econômico provoca o aumento da demanda no setor terciário tanto pelas corporações quanto pelo aumento da renda das famílias. Portanto, é natural que sua participação no PIB supere a dos outros setores quando alcançado um estágio mais avançado de maturidade industrial. Todavia, a predominância do terciário na Índia se dá em uma fase de construção industrial e baixa urbanização. Algumas peculiaridades deste crescimento ampliam as incertezas acerca do padrão de crescimento indiano.

Ajit Ghose (2014) escreveu um artigo sobre o setor terciário na Índia para o Institute for Human Development (IHD), onde ele aponta a elevada taxa de crescimento do setor de serviços de forma prematura em relação à participação da indústria no crescimento: “The peculiarity of India’s experience, it emerges once again, lies in the ‘marginalisation’ of industry, particularly of manufacturing, in the growth process by the rise of services” (p.4-5).

A despeito do forte crescimento da indústria, muitos autores entendem que o setor teve desempenho relativamente modesto se comparado ao terciário, o que reforça a preocupação acerca da incapacidade do segundo em absorver grande parte da mão de obra pouco qualificada ocupada no mercado informal. Ghose (2014) ainda ressalta a baixa absorção de mão de obra no setor terciário indiano em relação ao padrão de desenvolvimento dos outros países. Segundo ele, algumas regressões mostram que normalmente a participação dos serviços no total do emprego, nos países em desenvolvimento, tende a ser igual à participação dos serviços no PIB, fato que não observamos na Índia.

Na década de 1980 o crescimento do setor terciário foi, em grande medida, atribuído à esfera pública e ao mercado informal. Entretanto, quando abrimos o crescimento deste setor nas três categorias apresentadas nas contas nacionais para o período de 2004 a 2013, identificamos um desempenho superior dos outros dois grupos; comércio, hotéis e restaurante com 9.3% a.a., negócios, setor financeiro e seguros com 11.7% a.a., conforme a tabela 22.

As atividades de comércio, hotel e restaurantes, são mais tradicionais, em geral tem produtividade mais baixa e são voltadas para a demanda interna. Já as atividades de negócios, setor financeiro e seguros, compõe o ramo mais moderno e intensivo em mão de obra qualificada. Os serviços em tecnologia da informação (TI) integram este segundo grupo. A terceira categoria constitui atividades ligadas ao setor público (serviços sociais) e autônomos, desde médicos a serviços de baixa qualificação.

A tabela 28 apresenta o crescimento de cada setor no produto interno líquido (PIL) em 2000 e 2010, retirada do artigo do Ghose (2014). Podemos observar a predominância do setor terciário no mercado formal e no informal, com participação de 62.2% e 55.8% em 2010, respectivamente.

Tabela 28: Crescimento e contribuição dos setores econômicos no mercado formal e informal (2000, 2010)

	Contribuição no crescimento do PIL (%)	Participação dos setores na produção do PIL (%)	
		2000	2010
Setor formal (PIL)			
Agricultura	1.0	5.6	3.0
Indústria	35.8	36.2	34.8
Manufatura	17.7	19.0	22.5
Serviços	63.2	58.2	62.2
Setor informal (PIL)			
Agricultura	12	39	26.5
Indústria	20.8	15.1	17.7
Manufatura	7.7	7.8	7.7
Serviços	67.3	45.9	55.8

Fonte: Ajit Ghose (2014), tabela 6, p.6.

O setor informal está principalmente ligado às atividades tradicionais como comércio e restaurantes e autônomos. Já os serviços de TI, setor bancário e comunicação integram, em sua maioria, o mercado formal.

A fim de elucidar a contribuição dos diferentes ramos de atividades do setor terciário, utilizamos uma outra tabela extraída do trabalho de Ghose (2014). Nela, podemos ver que o setor formal teve taxa de crescimento superior ao informal, entre 2000 e 2010, sendo que no primeiro os ramos mais modernos tiveram maior contribuição enquanto no segundo, as atividades tradicionais contribuíram com mais de 60% para o crescimento.

Tabela 29: Crescimento e padrão de crescimento dos mercados formal e informal no setor terciário (2000 e 2010)

	Taxa média de crescimento anual (%)	Contribuição no crescimento do setor terciário (%)
<b>Mercado formal</b>	<b>9.1</b>	<b>46.9</b>
Tradicional	11.9	26.5
Moderno	10.2	38.8
Social	6.8	34.7
<b>Mercado informal</b>	<b>8.0</b>	<b>53.1</b>
Tradicional	8.1	62.0
Moderno	8.2	26.7
Social	6.9	11.3

Fonte: Ajit Ghose (2014), tabela 8, p.8 e tabela 9, p.8, juntas.

A tabela também revela que o mercado informal teve contribuição superior, de 53.1%, no crescimento do período. As atividades de comércio foram determinantes para o crescimento do setor terciário, com um pouco mais de 30% de contribuição<sup>52</sup>. Em seguida, o conjunto de atividades descritas como negócios, setor financeiro e seguros, com aproximadamente 19% de contribuição. Os serviços sociais e administração pública, outrora determinantes no desempenho econômico do setor, registraram desempenho relativamente menor.

Ghose (2014) atribui ao desempenho do setor de serviços, o comportamento do consumo do governo e do consumo privado das famílias. De acordo com ele, a elasticidade renda do consumo privado em serviços foi maior do que a unidade neste período:

Growth of public consumption was in fact more important than growth of private consumption during 1981-2000 while it was the other way round during 2000-10. The surprise here is the observed greater-than-unity income elasticity of private demand for services. Two particular developments explain this. The “electronics revolution”, by producing new and relatively cheap products, has caused a shift in the expenditure pattern of all income groups in favour of services. (p. 18)

As exportações são levantadas pelo autor como um terceiro componente de demanda do setor moderno, mas que, segundo ele, sem a mesma importância que a demanda doméstica.

No entanto, Rakshit (2009) defende que as exportações foram determinantes para o desempenho do PIB de serviços:

<sup>52</sup> Ghose, 2014, p.7

Thus, the ratio of exports of services to the sector's GDP increased from 4.98 per cent in 1991-2 to 5.62 in 1997-8; however, soaring exports raised the ratio by 250 per cent over 1997-2005, from 5.62 per cent in 1997-8 to 14.8 per cent in 2004-05. Indeed, the emergence of foreign demand as a major source of service growth constitute perhaps the most striking feature of India's macro-economy over the last decade. (p.152)

Apesar das taxas de crescimento elevadas do PIB, a absorção da mão de obra no mercado de trabalho foi baixa, principalmente no setor de manufatura. A taxa de crescimento do emprego entre 2005 e 2013 foi de 38.1%, sendo o setor de serviços responsável pela absorção da maior parte<sup>53</sup>. A dificuldade de uma maior inclusão da população no mercado de trabalho é um dos fatores que perpetua a desigualdade social no país. O 12º PC ainda adverte para o agravamento desta questão conforme aumento da população:

One hundred and eighty-three million additional income seekers are expected to join the workforce over the next 15 years. Agriculture cannot be expected to provide more jobs. Manufacturing must provide a large portion of the additional employment opportunities required for India's increasing number of job seekers. Unless manufacturing becomes an engine of growth, providing at least 70 million additional jobs, it will be difficult for India's growth to be inclusive. Since the pattern of development of the manufacturing sector so far has not delivered the desired growth in output and employment, a change in strategy is required. (Vol. 2, p.54)

A qualidade dos postos de trabalho figura outra preocupação. O dualismo entre um setor capitalista moderno e outro tradicional permanece bastante acentuado. De acordo com a pesquisa nacional sobre o mercado de trabalho, divulgada pela NSS<sup>54</sup>, referente a 2011 e 2012, o mercado informal abarca ainda 72% da força de trabalho, sendo percentualmente mais concentrado na zona rural (75%) do que na zona urbana (69%). Isso significa que milhões de indianos continuam sem qualquer garantia de seguridade social, sujeitos à condições de trabalho desfavoráveis.

Os principais empregadores no setor informal, segundo os resultados da NSS, são manufatura e construção civil, comércio (varejo e atacado) e setor de transporte e armazenamento. As empresas pequenas concentram 75% da mão de obra informal na zona rural e 70% na zona urbana.

A tabela 30 apresenta a distribuição do trabalho informal de acordo com a principal fonte de renda, e mostra que, tanto na zona rural quanto na urbana, a maioria corresponde à trabalhadores autônomos.

---

<sup>53</sup> 6º Economic Census

<sup>54</sup> National Sample Service, NSS 68ª, considera todos os trabalhadores do setor não agrícola e não agrícola. Exceto aqueles diretamente envolvidos no trabalho nas lavouras.

Tabela 30: Composição do trabalho informal (%)

	Rural	Urbano
Autônomo	57	58
Regular/assalariado	11	27
trabalho casual	32	16

Fonte: NSS 68<sup>a</sup>.

Ajit Ghose (2014) defende que o crescimento do setor de serviços entre 2000 e 2010 ampliou a demanda de trabalho no setor formal levando a uma melhora na qualidade do mercado de trabalho:

During 2000-10, the rapid services-led growth was associated with significant improvement in employment conditions in the economy [...]. Employment in the organised sector as also regular-formal employment grew at faster rates than overall employment in the economy. So there was transfer of workers from lower-quality employment to higher-quality employment. This improvement was brought about very largely by the growth of services, which produced rapid growth of organised sector employment as also of regular-formal employment. Growth of manufacturing, in contrast, actually made a negative contribution to improvement in employment conditions in the economy. There was rapid decline of regular-formal employment in manufacturing and slow growth of employment in organised manufacturing. Thus even the rather small growth of manufacturing employment reflected growth of regular-informal, casual and self-employment in unorganised manufacturing. Services, therefore, not only generated much more employment than manufacturing but also generated better-quality employment. (p.15)

Contudo, o setor de serviços tem algumas limitações para a contratação de mão de obra com baixa qualificação. Mesmo nos setores tradicionais, o nível de escolaridade normalmente exigido exclui parte da população, que até 2011 tinha quase 26% de analfabetos e alto índice de desistência escolar, apontando para a baixa qualidade educacional de boa parte da população.

Além do mais, os dados das contas nacionais mostram que a participação das remunerações na economia caiu consideravelmente entre 1990-91 e 2004-05, enquanto a participação do excedente operacional cresceu. A perda de participação da economia mista nos dois últimos períodos foi diluída entre remunerações e lucro.

Tabela 31: Distribuição dos fatores de produção (%)

	1990-91	2004-05	2012-13
<b>Todos os setores</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Remuneração	39.8	34.41	35.40
Excedente Operacional	11.1	19.01	19.93
Economia mista	49.1	46.57	44.67

Fonte: Mospi.

Dentre os setores que apresentaram maior queda na participação das remunerações estão transporte, armazenamento e comunicação e o setor financeiro, negócios e seguros, que entre 1990-91 e 2012-13 foi de 57.9% para 38% e de 29.2% para 16.9%, respectivamente.

Por fim, o artigo dos autores Abraham e Sasikumar (2017), citado no capítulo anterior, desenvolveu a mesma análise sobre a participação das remunerações no setor da indústria de manufatura formal, para o período de 1990 a 2012-03. As tendências sobre a distribuição dos fatores da década de 1980 são semelhantes para o recorte temporal deste capítulo. Ou seja, a participação das remunerações no setor de manufatura formal no VAB segue caindo enquanto a participação dos lucros aumentou. Quando analisadas em termos reais as mesmas tendências se apresentam, mostrando que o declínio na participação dos salários não decorre de uma alteração dos preços relativos. Conforme mostra a tabela abaixo, a produtividade por trabalhador cresce significativamente acima dos salários, reforçando a perda relativa das remunerações.

Tabela 32: Crescimento da produtividade do trabalho e remunerações (preço 2004-05, %)

	Crescimento da produtividade do trabalho	Crescimento médio das remunerações por empregado
1990-91 a 2000-01	5.1	1
2000-01 a 2012-13	5.7	2.4

Fonte: Abraham e Sasikumar, 2017, p. 13.

Em suma, o mercado de trabalho cresceu movido pelo extraordinário desempenho do setor de serviços, porém a maior parte da força de trabalho permanece ocupada em atividades

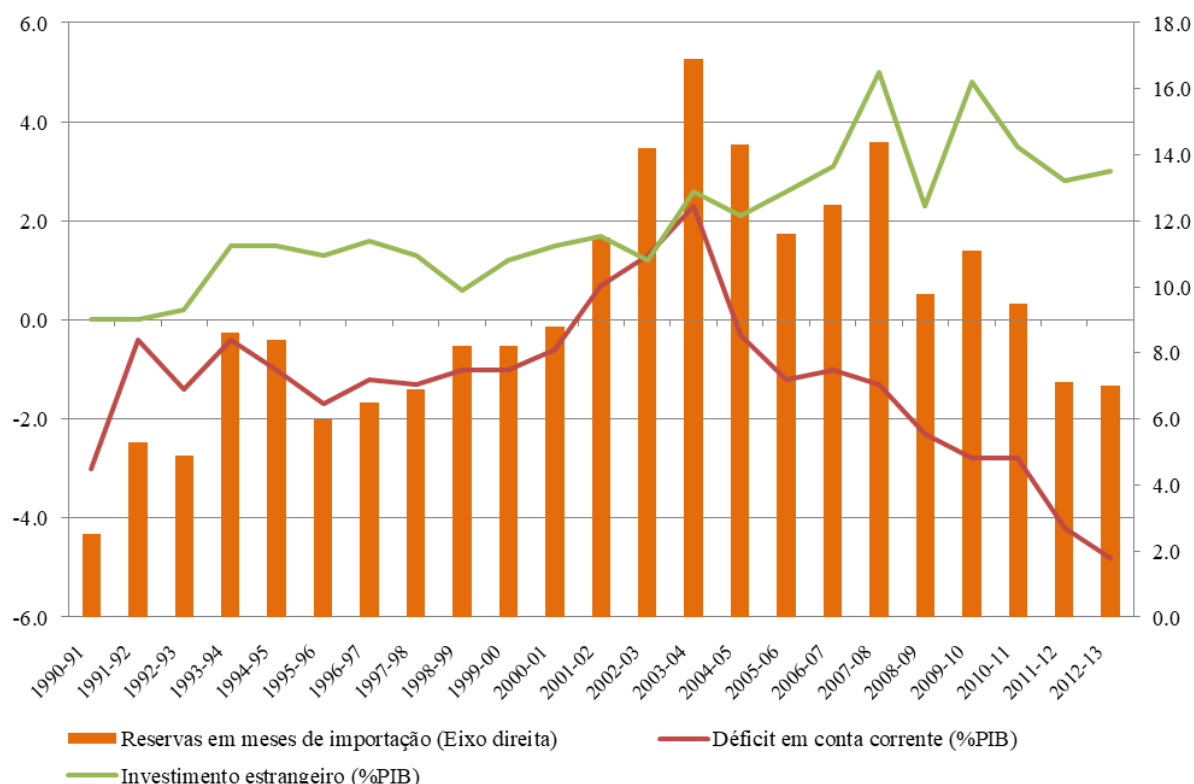
informais. Além disso, a participação dos salários na renda agregada sofreu uma queda considerável.

### 3.4 Setor externo

Durante todo o período em análise a conta corrente permaneceu deficitária, exceto para os anos 2001, 2002 e 2003. Embora as exportações tenham crescido de forma espetacular, houve crescimento contínuo das importações, pressionando o déficit em conta corrente nos últimos anos.

A abertura da conta capital permitiu a crescente entrada dos fluxos de investimento estrangeiro e propiciou uma alternativa para financiar o balanço de pagamentos. O gráfico 24 mostra que, principalmente depois de 2004, estes fluxos se intensificaram ainda mais.

Gráfico 24: Déficit em conta corrente (% do PIB), investimento estrangeiro (% do PIB), reservas internacionais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RBI.

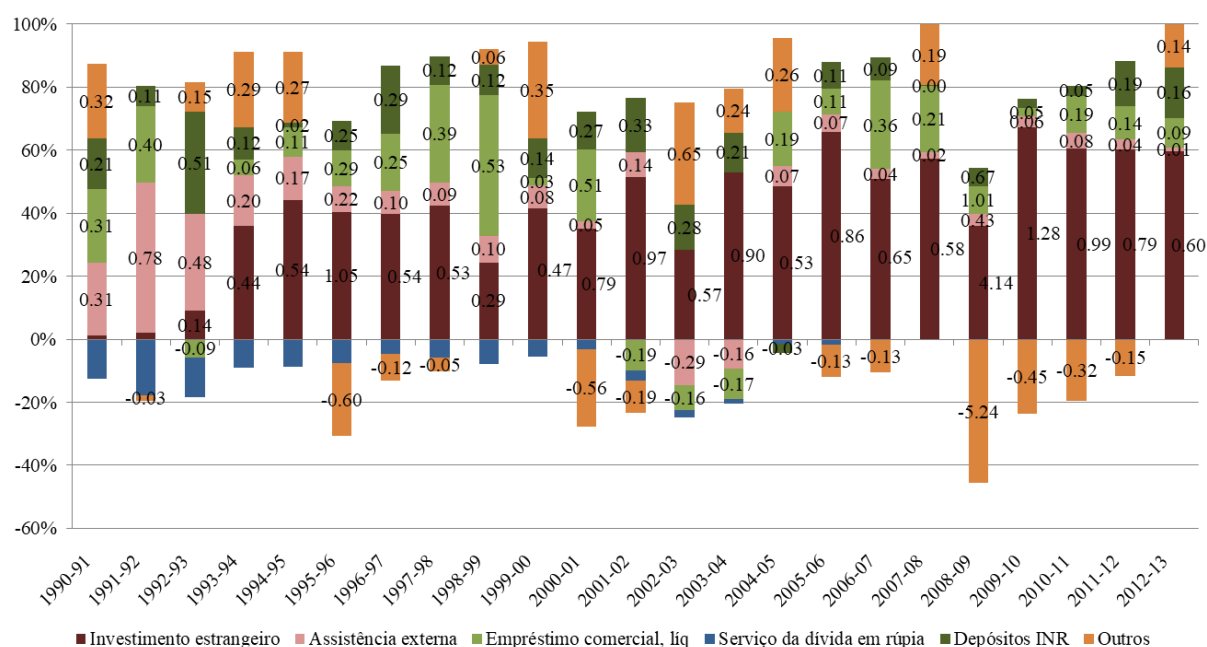
As reformas no início do período geraram ampla mudança na composição da conta capital, na qual o investimento estrangeiro, antes irrelevante, tornou-se o principal



componente. Algumas restrições foram mantidas, como o limite de 24% de investimento estrangeiro em determinados setores ou até mesmo a proibição no setor de varejo. Ainda assim, o desenvolvimento de importantes áreas de produção, principalmente aquelas voltadas para exportação, recebeu volumosos investimentos estrangeiros diretos (IEDs).

Balance of payments vulnerability has indeed been reduced with a sharp cut in the country's short-term debt, which at end of 2000-1 stood at only 8% of the central bank's foreign Exchange reserves, compared with the 189 and 146 per cent in 1989-90 and 1990-1, respectively. However, the reforms period has been marked by sharp increases in both FII and NRI deposits – liabilities which are highly volatile and make the domestic currency vulnerable to speculative attacks. (RAKSHIT, 2009, p.109)

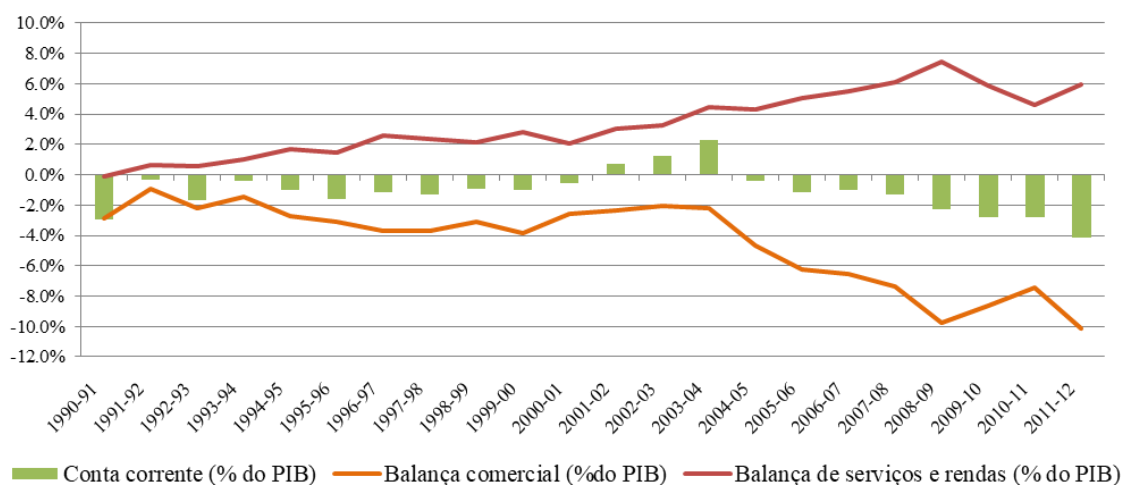
Gráfico 25: Composição da conta capital (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RBI.

O déficit na balança comercial começou a crescer a partir de 2004 e chegou a 10% do PIB em 2011-12, enquanto a balança de serviços e rendas, neste mesmo período, seguiu em movimento oposto. Todavia, o crescimento das exportações em serviços não foi suficiente para garantir o equilíbrio da conta corrente.

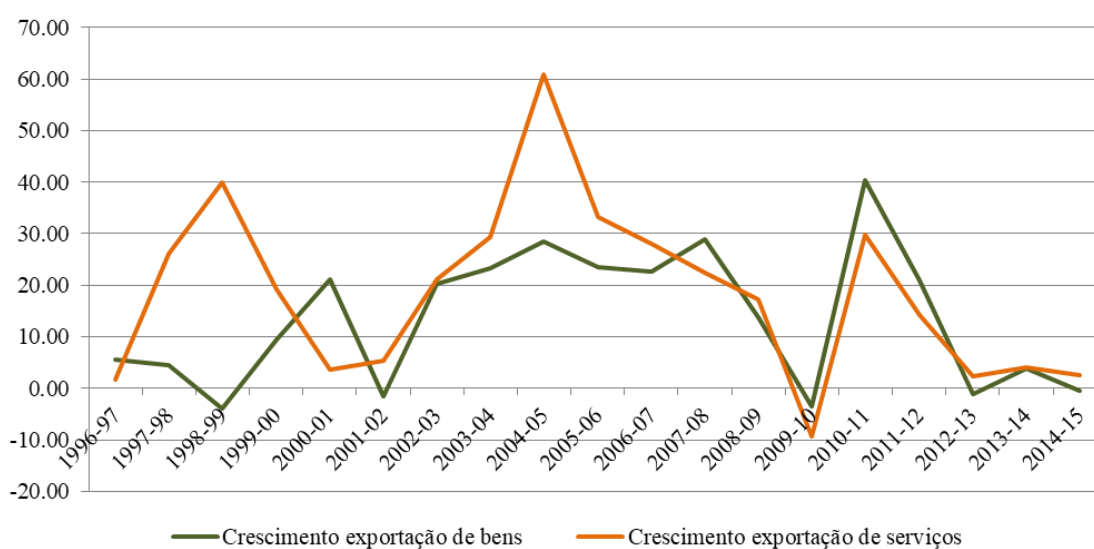
Gráfico 26: Componentes da conta corrente (% PIB)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RBI

As exportações de bens e serviços registraram taxas de crescimento surpreendentes a partir de 2004, elevando sua participação no PIB de 12,6% para 24,6% entre 2000-01 e 2012-13. Embora o volume das exportações de bens seja substancialmente maior do que o total de serviços (50% maior em muitos períodos) vemos no gráfico abaixo o enorme crescimento da exportação do segundo entre 2002 e 2008, registrando taxas acima de 20%, chegando a 60% de crescimento em 2004-05. Depois da crise financeira, ambas as exportações apresentam queda e maior oscilação nas trajetórias.

Gráfico 27: Crescimento das exportações de bens e serviços



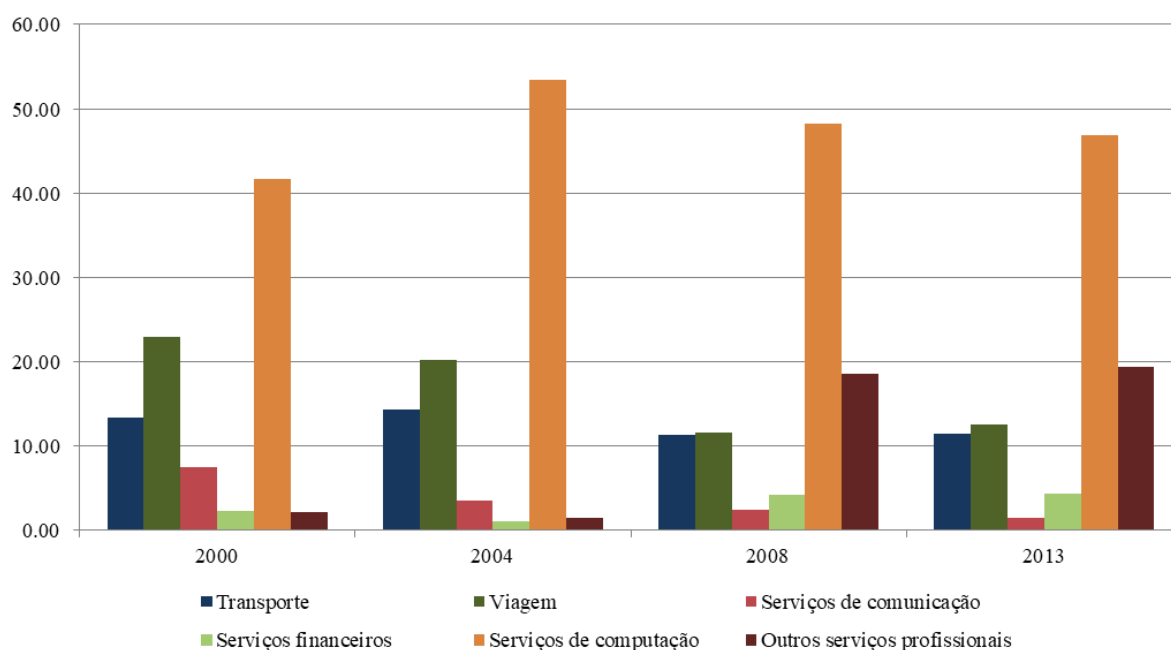
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RBI 2015.

A exportação de serviços na área de computação e negócios ligados à tecnologia se tornou o principal item da pauta. Empresas nacionais como a Infosys, Satyam, Matek figuram neste setor e tornaram-se importantes na cadeia global de valor ainda que, segundo o artigo do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), elas integrem níveis mais baixos da cadeia:

India is a leading exporter of computer and related services, including software installation and data processing, and a major supplier of back office processing services, such as abstracting and indexing, data processing, legal transcription, telemarketing, and website design. (ADB, 2015, p.29)

A participação dos serviços de computação ficou acima de 50% em 2004, mas nos períodos seguintes o enorme crescimento de serviços profissionais (serviços técnicos, consultoria empresarial, contabilidade e afins) causou leve redução da participação do primeiro. No entanto, juntos correspondem a mais de 65% da pauta de exportação de serviços.

Gráfico 28: Pauta da exportação de serviços



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Comtrade

O desempenho das exportações de serviços na Índia tornou o país uma referência internacional e um dos grandes *hubs* de serviços em comunicação e tecnologia da informação (CTI).

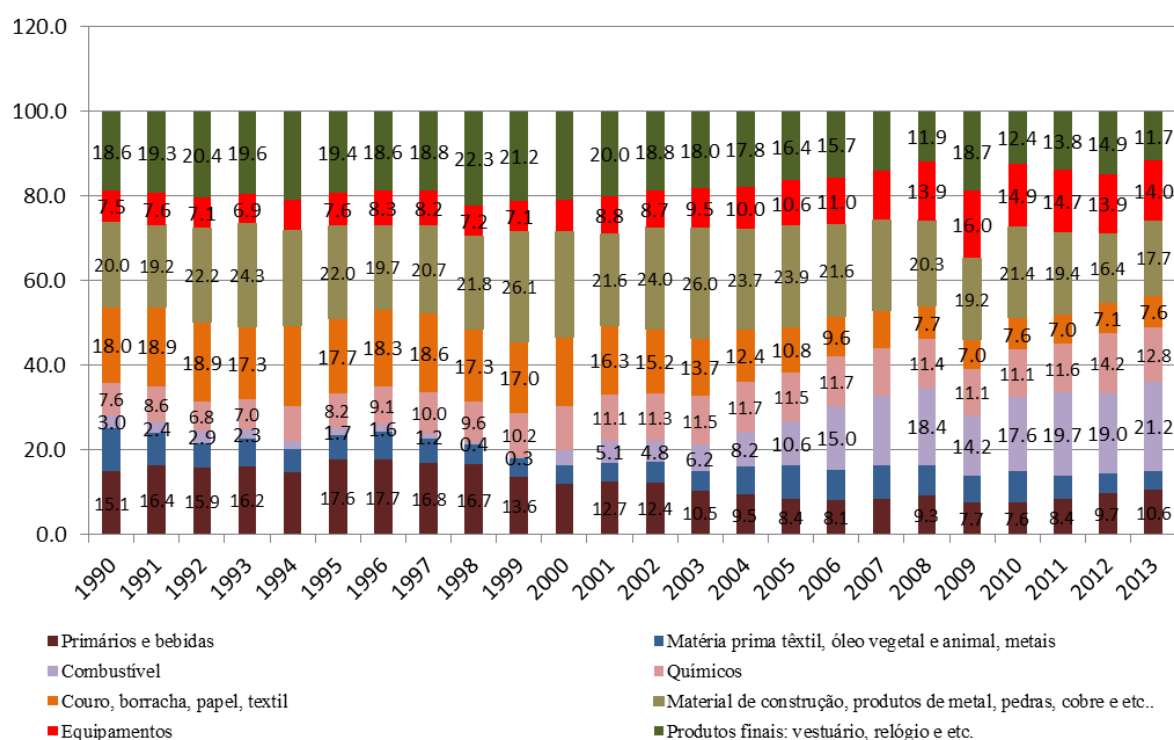
[...] Performance of services was much more impressive. With an average growth of 17.05 per cent the country's services exports as a proportion of world exports of

services rose from 0.53 per cent to 2.32 per cent between 1992 and 2005. Indeed, during 1995-2005 growth of India's services exports (at 21.5 per cent) was almost twice that of world exports. This resulted in a near fourfold increase in her share in global services exports and underlined the country's strong competitive edge in this sphere of production. (RAKSHIT, 2009, p.144)

As exportações de bens também apresentaram taxa de crescimento bastante acelerada e, muito embora petróleo refinado e derivados tenham puxado grande parte deste crescimento, houve diversificação da pauta com produtos mais sofisticados, agrupados em equipamentos (gráfico 29). Integram este grupo automóveis (passeio e transporte), frotas e transporte marítimos, partes e acessórios e equipamento de telecomunicação, dentre outros.

A relevância do petróleo refinado e derivados na pauta de exportação, responsável por aproximadamente 20%, teve início em 2006, após registrar taxa de crescimento anual acima de 70% por dois anos consecutivos (2005 e 2006). O comércio de pedras preciosas foi outro item importante, respondendo por quase metade do grupo de material de construção, derivados de metal, pedras, cobres e outros<sup>55</sup>.

Gráfico 29: Distribuição da pauta de exportação (%)

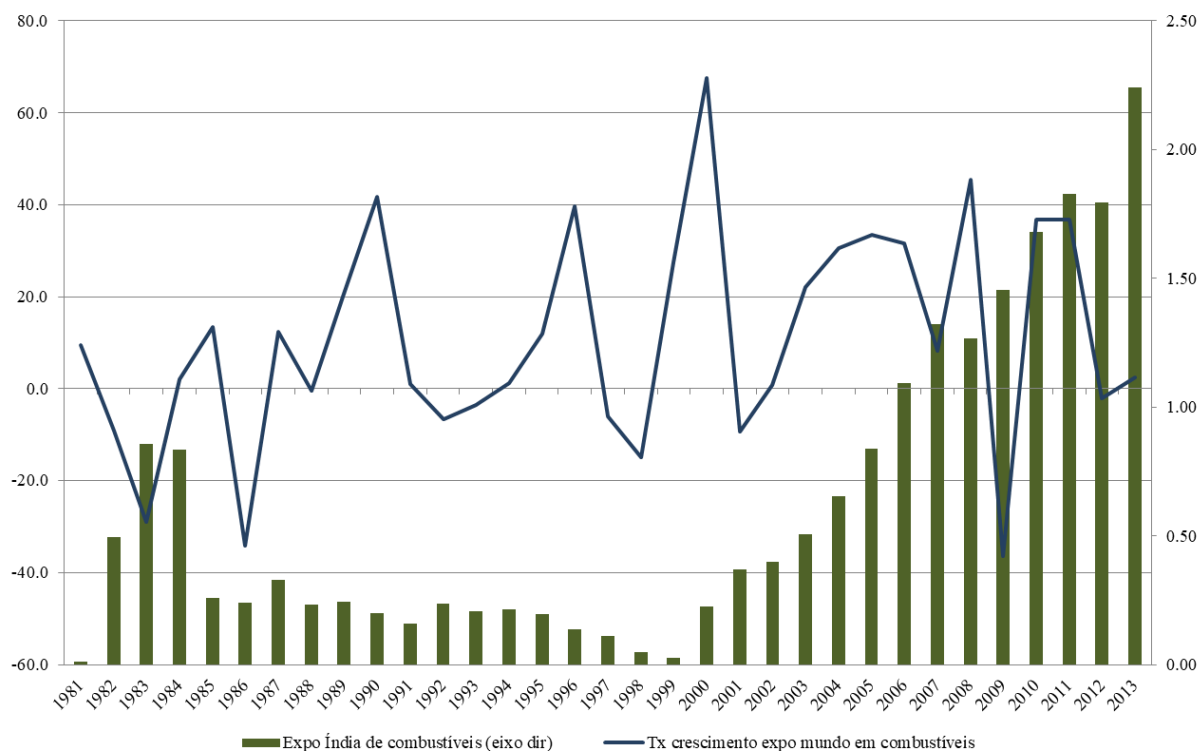


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Comtrade.

<sup>55</sup> Referências 661 a 669 do SITC REV 2

O ganho de participação das exportações em combustíveis (basicamente petróleo refinado e derivados) sobre as exportações mundiais saiu de um patamar próximo a zero para um pouco mais de 2% entre 2000 e 2013, acompanhando a tendência de crescimento das exportações mundiais (gráfico 30).

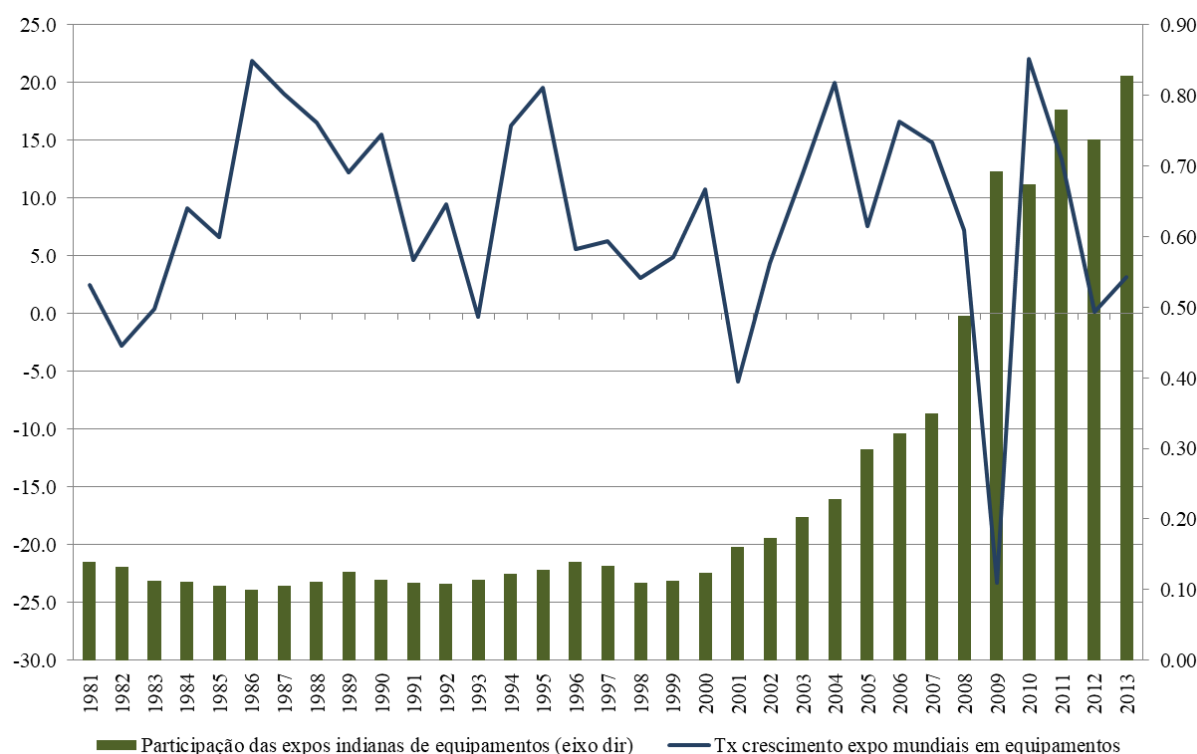
Gráfico 30: Taxa de crescimento das exportações mundiais em combustível e participação indiana (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comtrade.

A exportação de equipamentos (eletrônicos e não eletrônicos) se tornou mais relevante na pauta nacional, porém a sua participação no comércio internacional não chegou a 1% do total, conforme aponta o gráfico 31. Este cenário pode indicar que a integração do país no comércio mundial de equipamentos ocorreu através de produtos com menor valor agregado, mas por outro lado, observamos neste gráfico que após a crise financeira de 2008 a taxa de crescimento das exportações mundiais dos produtos em referência sofreu queda brutal, dificultando a inserção indiana.

Gráfico 31: Taxa de crescimento das exportações mundiais em equipamentos e participação indiana (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comtrade.

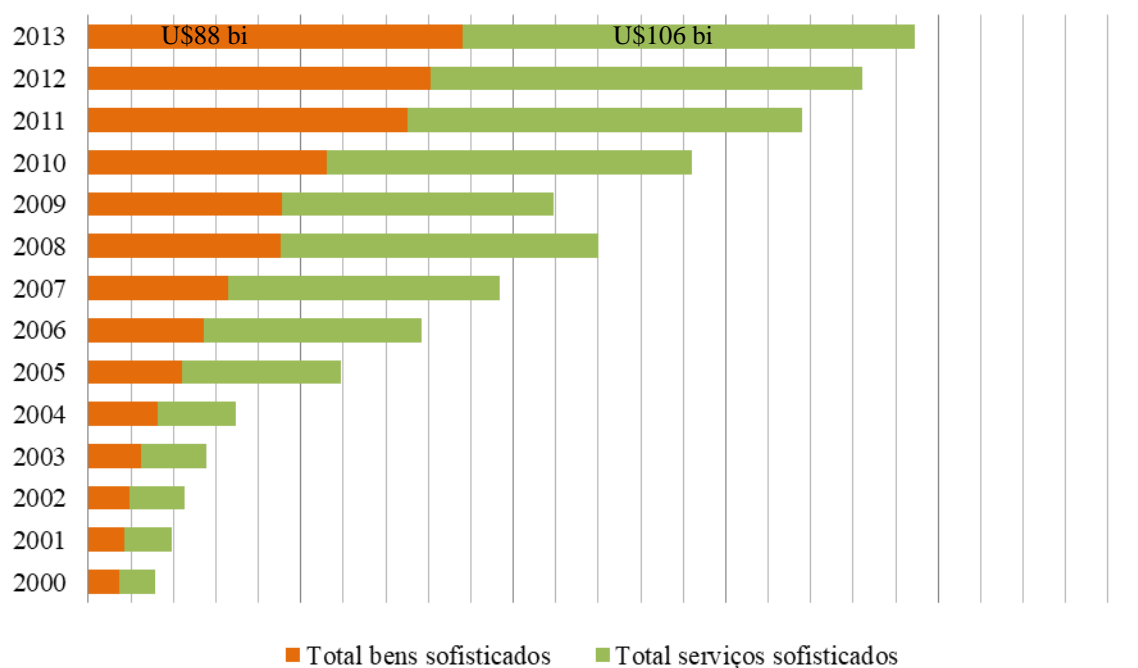
No geral, a participação indiana no comércio internacional subiu de menos de 1% para quase 2% do total das exportações mundiais entre 2000 e 2013, como afirma Athukorala (2008):

However, India remains a tiny participant in the global production networks even though it has great potential to benefit from this new form of international specialization, given the relatively low-cost and trainable labour, and it's location in a region that has become the growth centre of component production and assembly in the world. (p.103)

Podemos desagregar os dados relativos à exportação de bens e de serviços, a fim de identificar aqueles setores de maior valor agregado<sup>56</sup>. Observamos que neste nicho as exportações de serviços foram superiores às de mercadorias, tendo o pico das exportações deste grupo ocorrido em 2007, quando chegaram a mais de 60% do valor das exportações, em dólar, das mercadorias mais sofisticadas. O gráfico abaixo apresenta esta comparação anual.

<sup>56</sup> Foram considerados os grupos de equipamentos e químicos e para serviços todos aqueles referentes a TI, setor financeiro, serviços empresariais e de comunicação.

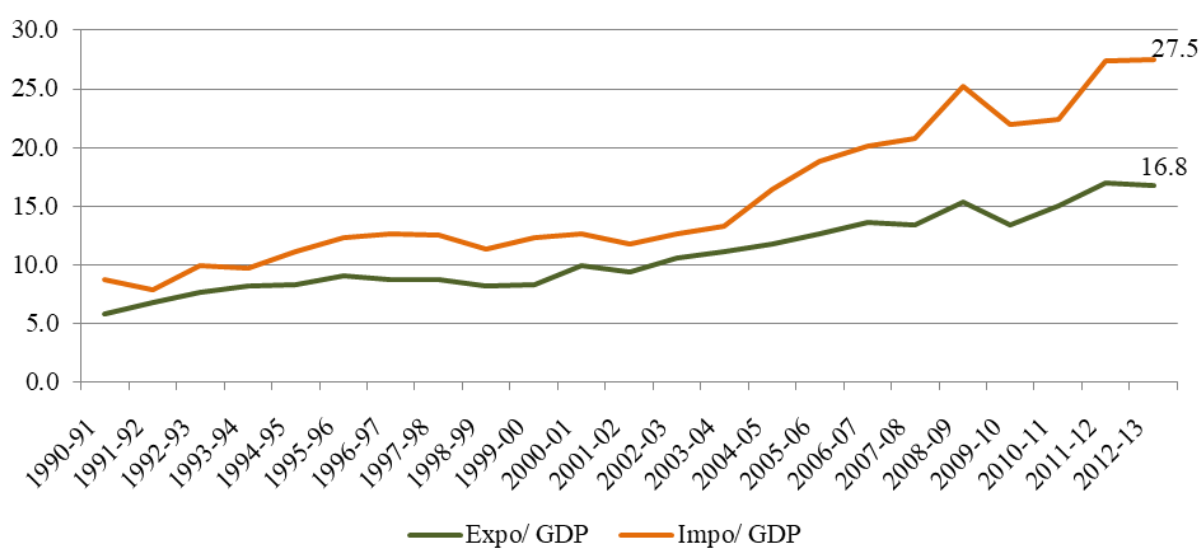
Gráfico 32: Valor das exportações de bens e serviços sofisticados (em dólar)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comtrade.

Sobre as importações de mercadorias, a taxa de crescimento foi superior à taxa das exportações, elevando sua participação no PIB para 27.5% enquanto as exportações chegaram a 16.8% (somente mercadorias).

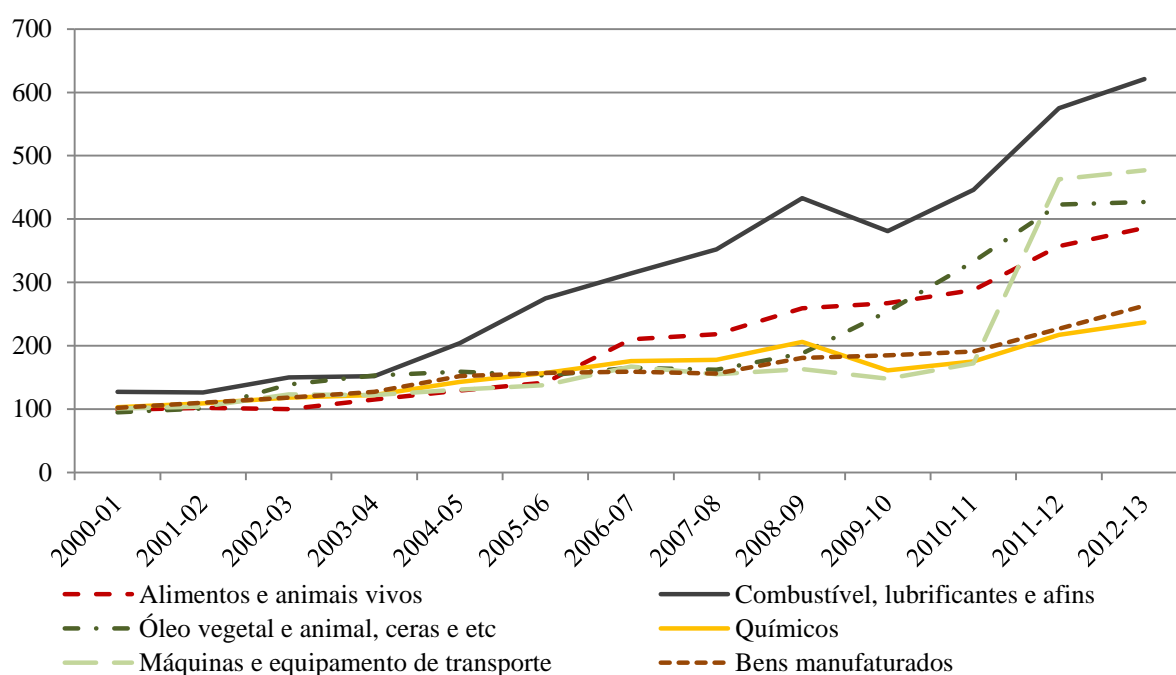
Gráfico 33: Exportação e importação de mercadorias (% do PIB)



Fonte: RBI, 2017

O volume de importação nos últimos anos cresceu de forma relevante o que pressionou o déficit em conta corrente. O aumento da renda nacional e do investimento privado são dois fatores que afetam positivamente o coeficiente de importação, e certamente contribuíram para o crescimento médio de 16.3% a.a., entre 2004-05 e 2012-13. Observando o índice de importação dos principais grupos no gráfico 34, a importação de combustíveis registrou maior crescimento, e nos últimos dois anos houve considerável aumento na importação de máquinas e equipamentos de transporte.

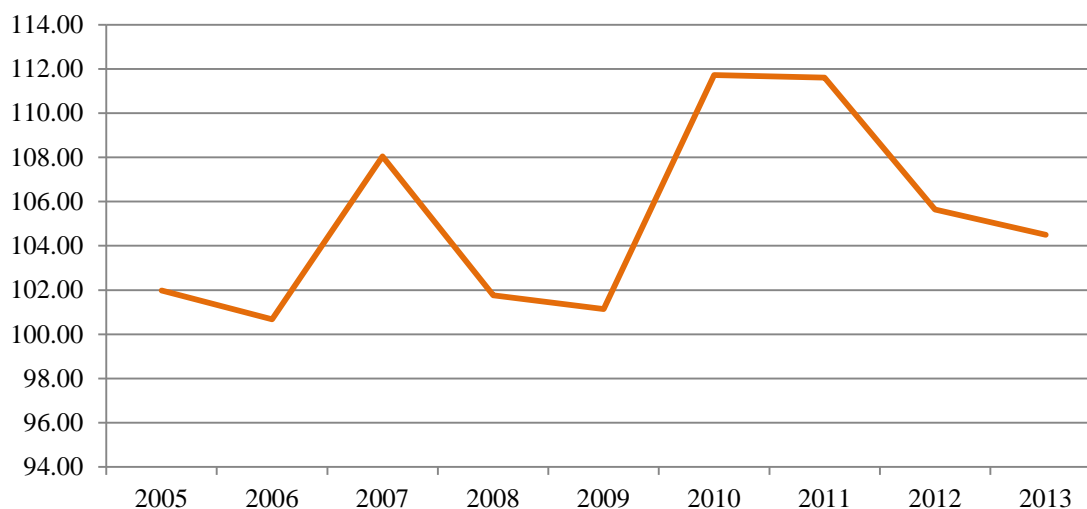
Gráfico 34: Índice de importação dos grupos selecionados, 1999-00 = 100



Fonte: Elaboração própria a partir do índice de importação do RBI.

A despeito da desvalorização da taxa de câmbio nominal, a taxa de câmbio real sofreu uma valorização, iniciada por volta de 2006. Analisando o índice da taxa de câmbio ponderado por uma cesta de moedas, vemos que houve apreciação superior a 11% em 2011, podendo ter contribuído para o aumento das importações mas, aparentemente, não teve impactos negativos sobre as exportações.



Gráfico 35: Taxa de câmbio real ponderada por uma cesta de moedas, 2004-05 = 100<sup>57</sup>

Fonte: RBI.

Como resultado do balanço de pagamentos, o acúmulo de reservas internacionais tem grande importância como forma de evitar outra crise, ao formar um colchão de defesa contra ataques especulativos. Essa questão, entretanto, sempre levanta a polêmica do *trade off* entre a elevação de fluxo de capitais e o aumento da fragilidade externa. Chandrasekhar (2016) defende que o grau de exposição do balanço de pagamentos diante dos agentes internacionais aumentou consideravelmente desde a abertura da conta capital:

If yet India has accumulated a large volume of foreign reserves, it is only because foreign investors and lenders have pumped into the country much more foreign exchange than was needed to finance annual current account deficits. It hardly bears stating the inflows are liabilities and have associated with them payments commitments in future in the form of interest or earnings, and in the form of the value of the asset held by the investor if she decides to sell and exit. In sum, India's reserves are borrowed and not earned, and the more the stock of such liabilities it accumulates the more externally vulnerable the country becomes. (CHANDRASEKHAR, 2016, n.p.)

Essa posição de Chandrasekhar encontra contestação mesmo entre autores heterodoxos. O fluxo de capitais externos resulta de uma combinação de decisões domésticas como a taxa de juros e de elementos exógenos à economia indiana, como a taxa de juros internacional, e também do crescimento da economia doméstica vis-à-vis a economia mundial. Este último atraindo IDE para o país de crescimento mais elevado e com mercado interno de amplas dimensões, como é o caso da Índia.

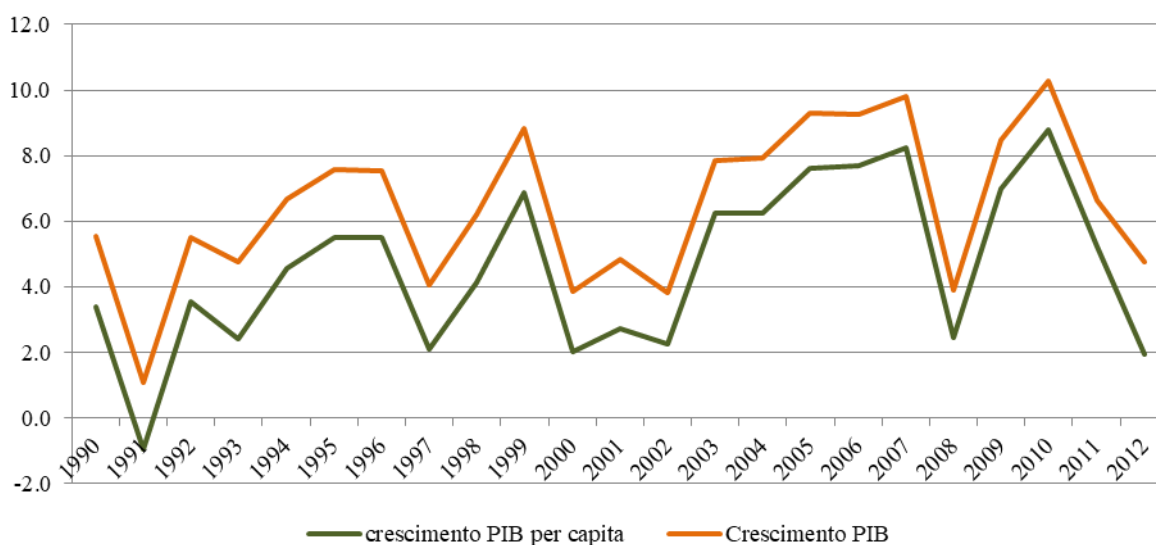
<sup>57</sup> O índice é apresentado conforme capítulo anterior, aumento (queda) do índice significa apreciação (depreciação) da moeda

Assim, a despeito da criação de compromissos externos oriundos da acumulação de reservas via superávit da conta financeira superior ao déficit nas transações correntes, esse é um tema complexo cuja análise deve incorporar toda uma gama de elementos da economia doméstica e internacional.

### 3.5 Decomposição do crescimento

O período de ajuste do balanço de pagamento e de instabilidade política, logo nos primeiros anos da década de 1990, foi de baixo crescimento do PIB e redução do PIB per capita. A retomada do nível de crescimento semelhante à década anterior veio logo em seguida, registrando uma taxa média de crescimento anual de 5.8% entre 1992-93 e 2002-03. É a partir de 2003-04 que a Índia apresenta um crescimento contínuo ainda mais acelerado, com média de 7.8% a.a.

Gráfico 36: Crescimento PIB e PIB per capita



Fonte: Elaboração própria a partir do índice de importação do RBI.

Os resultados da decomposição do crescimento para o intervalo que vai de 1990 a 2013 estão na tabela 33, seguindo a mesma estrutura do capítulo anterior.

Tabela 33: Decomposição do crescimento, 1990 a 2013

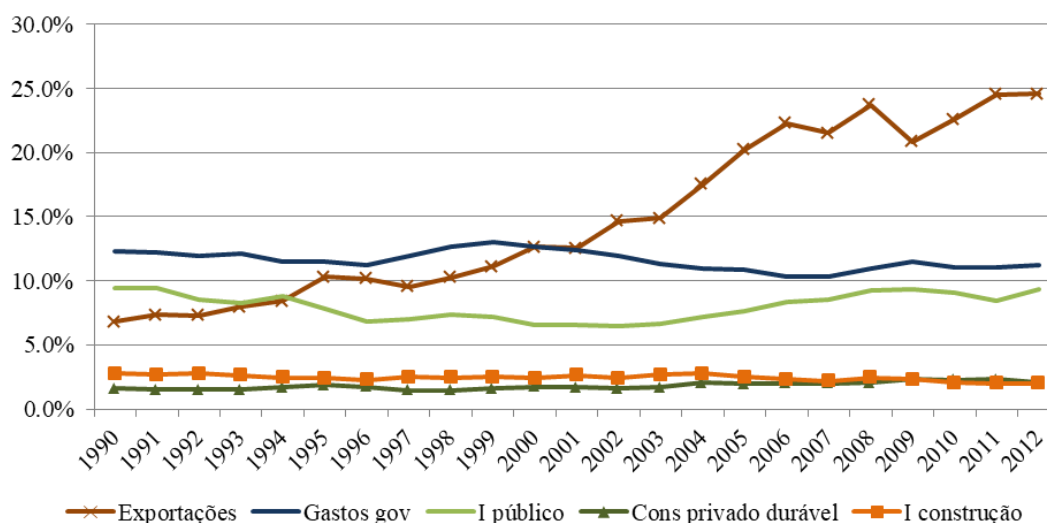
Componentes 1990-91 a 2012-13	Setor doméstico		Setor externo	Variações no estoque	Total	Gastos autônomos	Supermultiplica- dor	Variações no estoque
	Público	Privado						
$C_G$	63.4%					63.4%		
$I_G$	72.8%					72.8%		
$C_{PD}$		13.1%				13.1%		
$C_{PND}$		-15%					-15%	
$I_P$		27.2%					27.2%	
$I_{Res}$		10.2%				10.2%		
$\mu$			-51.2%				-51.2%	
X			178.7%			178.7%		
E				11.6%				11.6%
TOTAL	136.2%	35.5%	127.5%	11.6%	310.7%	338.2%	-39.1%	11.6%

Fonte: Elaboração própria

Chama atenção, novamente, a contribuição do setor público no crescimento indiano, que apesar de menos dominante, continua determinante como demanda doméstica.

Contudo, a exportação foi o principal componente da demanda e, como pode ser verificado do gráfico 37, seu percentual em relação ao PIB deslança a partir de 2002, superando os gastos do governo.

Gráfico 37: Componentes autônomos (% PIB)

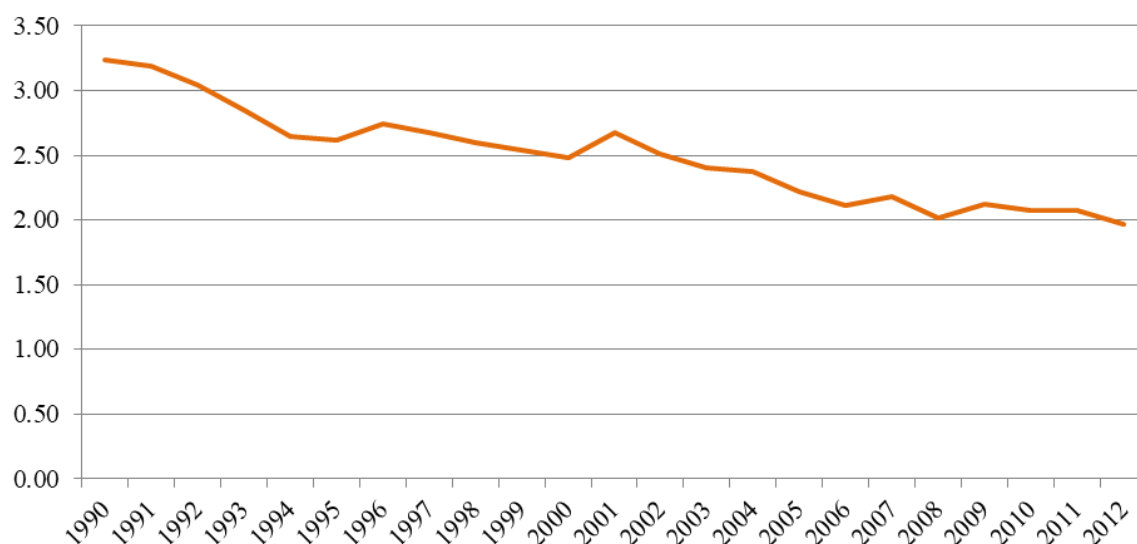


Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mospi e RBI.

Fica bastante evidente a importância do crescimento das exportações, inclusive como uma forma de suprir a contração do setor público, decorrente da mudança na política econômica. A aceleração deste componente parece ter sido determinante para sustentar as taxas de crescimento da renda agregada acima de 6% depois de 2003.

No lado direito da tabela 33 vemos que o supermultiplicador tem contribuição negativa no crescimento em análise. O gráfico 38 revela uma trajetória declinante por todo o período. O principal componente desta depressão foi a participação do conteúdo doméstico, que teve queda mais acentuada em 2005 e no penúltimo ano do estudo. Tal resultado deriva do crescimento das importações apresentado anteriormente, acentuado na última década.

Gráfico 38: Trajetória do supermultiplicador

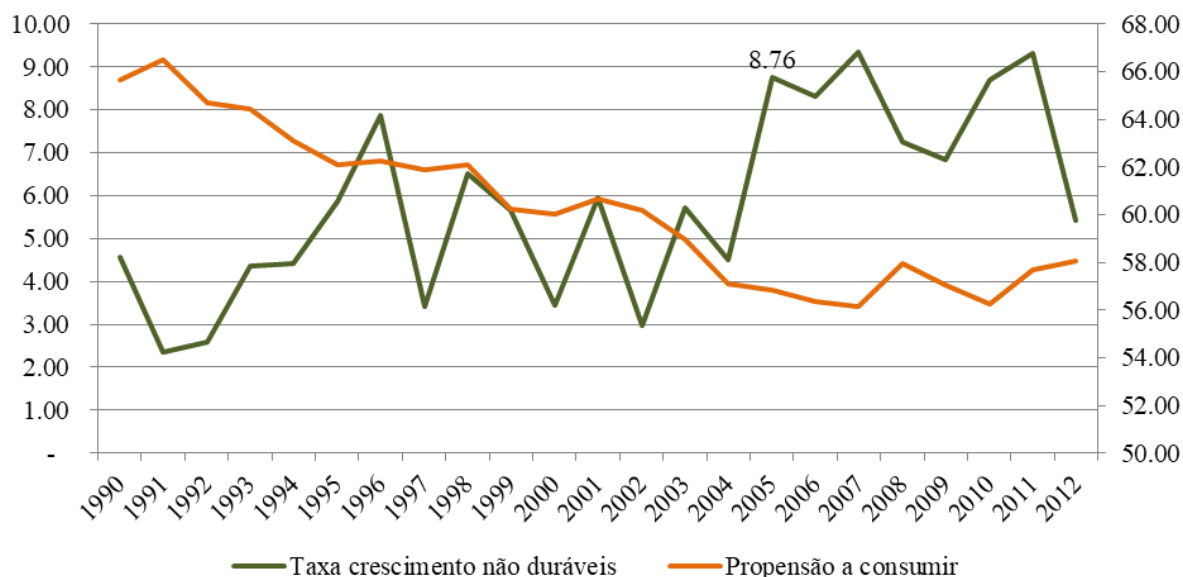


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mospi e RBI.

Assim como na decomposição anterior, a taxa de crescimento da propensão a consumir segue negativa e reforça a queda do supermultiplicador. Analisando o comportamento do consumo não durável durante todo o período observa-se que o componente cresceu, porém, sua participação no PIB ficou reduzida. Ou seja, a distribuição da renda agregada foi concentrada e, portanto, as classes sociais mais baixas, que tem maior propensão a consumir, não se beneficiaram com a aceleração do crescimento do PIB. A queda dos salários na renda, apresentada anteriormente, explica grande parte deste resultado, já que o consumo de não duráveis está diretamente associado à renda dos salários. Além do mais, o

baixo grau de urbanização da população dificulta a mudança do padrão de consumo da sociedade.

Gráfico 39: Crescimento do consumo privado de não duráveis (%) e propensão a consumir

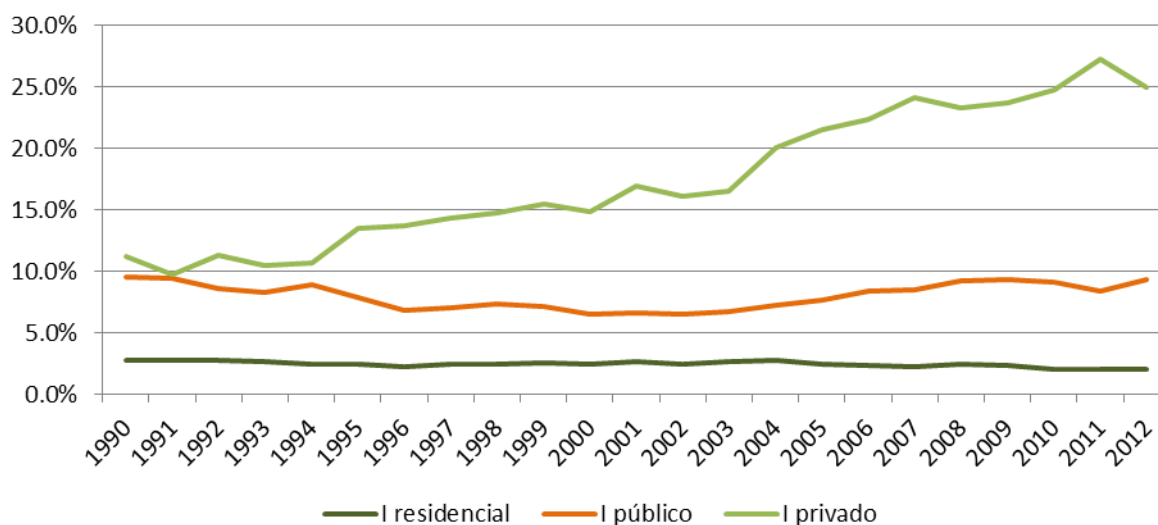


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mospi e RBI.

O investimento público sofreu queda relativa ao PIB, pois conforme explicado anteriormente, a lógica de mercado implementada a partir das reformas requer menor participação do governo na economia e, portanto, os investimentos devem partir do setor privado. Ainda que na decomposição do crescimento as inversões privadas não tenham se destacado, vemos no gráfico 40 que a partir de 1995 este componente segue uma trajetória de crescimento em relação ao PIB bastante consistente.

Cabe esclarecer que o arcabouço teórico desta análise entende que os gastos autônomos são centrais ao crescimento econômico. Os investimentos privados tem duplo papel na economia, pois além de criar demanda são também geradores de capacidade produtiva. Portanto, é um componente induzido e que não tem capacidade de determinar o crescimento agregado. É naturalmente mais instável, e pode provocar oscilações nos ciclos econômicos. Assim, a decomposição adotada utiliza as taxas de crescimento das propensões dos gastos induzidos (consumo não durável e investimento) no cálculo, o que implica em um viés dos resultados para os gastos autônomos, sem os quais não haveria nível de emprego sustentável.

Gráfico 40: Investimento privado, público e residencial (%PIB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mospí e RBI.

O cálculo do investimento privado foi feito de forma análoga ao do capítulo dois. O gráfico abaixo separa os três tipos de formação bruta de capital fixo; investimento corporativo, investimento em máquinas das famílias e investimento em construção não residencial das famílias.

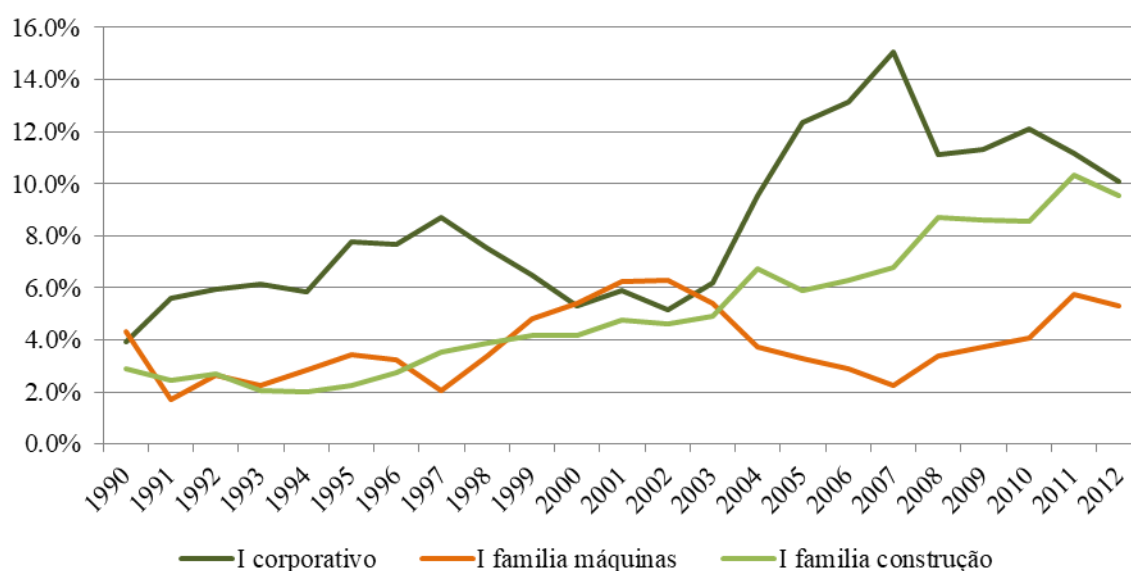
Até 2003 somente o investimento corporativo havia crescido significativamente em relação ao PIB. Nagaraj (2003) chama atenção para dois pontos neste período: o primeiro é que alguns setores da economia buscaram melhorar suas técnicas a fim de competir no mercado internacional e refletiu no crescimento das inversões privadas. Entretanto, o mercado foi superestimado o que atenuou seus efeitos positivos:

Investments seem to have been driven by the potential size of the domestic market, and the expectation of its growth in the liberalised regime. This is particularly true of consumer durable goods and the automotive industry, largely driven by a surge in foreign direct investment [Nagaraj 2003]. Many incumbent domestic firms responded to the threat of new entry by modernisation, expansion and strengthening the distribution network, thus contributing to the investment boom. However, this did not translate into output growth as the size of the market was found to be much smaller than projected. (2003, p.3711)

O segundo ponto refere-se à dificuldade de acesso ao crédito do mercado informal. Além da taxa de juros alta, nos anos iniciais, os bancos mostraram-se resistentes a conceder crédito a este mercado, sendo mais confortável aplicar nos títulos do governo:

Investment in unregistered manufacturing was probably hurt by high interest rates in the initial years of reforms. While interest rates came down in the second half of the 1990s, commercial banks have resisted lending for productive sector as they found it profitable to invest in risk-free government securities.[...] In other words, in the liberalised regime and without a change in the legal environment, commercial banks had little incentive to lend to small enterprises. (2003, p.3711)

Gráfico 41: Investimento privado aberto (% PIB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mospi e RBI.

O cenário muda bastante depois de 2003 quando, além do investimento corporativo subir a um patamar em relação ao PIB muito superior ao anterior, o investimento das famílias em construção não residencial também cresce bastante.

Além do espetacular aumento das exportações visto anteriormente, houve também aumento considerável do crédito para investimentos em infraestrutura, e ambos podem ter estimulado as inversões privadas. Segundo Chandrasekhar (2016), depois de 2004 houve um *boom* no crédito pessoal e corporativo o que estimulou diversos setores, principalmente os projetos de infraestrutura mista, as PPPs:

The share of infrastructural lending in the total advances of scheduled commercial banks at the industrial sector rose sharply, from less than 2 per cent at the end of March 1998 to 16.4 per cent at the end of March 2004 and as much as 35 per cent at the end of March 2015. That is, even as the volume (though not share) of lending to industry in the total of the banking system has risen, the importance of lending to infrastructure within industry has increased hugely. (p.3)

Fechando a análise do crescimento indiano entre 1990 e 2013, podemos ver que, apesar das reformas liberais, o setor público continuou determinante. Os gastos autônomos,

liderados pelo setor público e exportações, puxaram o aumento da renda agregada durante todo o período, sobretudo depois de 2004, quando a taxa de crescimento do PIB revelou uma trajetória consistente e sem precedentes na Índia independente.

### **3.6 Considerações finais**

Os elementos apresentados na última seção fecham o estudo do crescimento indiano pós-reformas neoliberais. O gráfico sobre a trajetória de crescimento do PIB sugere que durante o recorte temporal analisado, o desempenho econômico foi mais acelerado a partir de 2002-03.

A taxa de crescimento da renda agregada registrou média de 5.8% entre 1992-93 e 2002-03, seguindo o mesmo ritmo da década anterior. Neste sentido, podemos entender que as reformas iniciadas em 1991, não tiveram efeito sobre o PIB. Por outro lado, este período antecede a grande aceleração das exportações, bem como a mudança institucional acerca das metas fiscais. Foi na segunda metade da década de 1990 que os gastos públicos voltaram a crescer, bem como o investimento privado e o IED.

Do lado da produção, a indústria começa a dar sinais de recuperação somente depois do ano 2000. Enquanto o setor terciário, que já começava a se destacar com o crescimento dos serviços na área de computação e telecomunicações, promovido pelas políticas adotadas na década de 1980, segue trajetória ascendente, e ganha cada vez mais relevância nas exportações do país. O setor foi destino de parte do IED recebido desde a abertura da conta capital e, conforme descrito, muitas empresas multinacionais se estabeleceram no país, aproveitando a infraestrutura desenvolvida para este mercado.

A partir de 2003 a Índia começa a registrar uma taxa de crescimento mais acelerada, de 7.8% a.a. Se por um lado os gastos públicos apresentaram queda em relação ao PIB, é também neste período que os investimentos públicos retomaram uma trajetória de crescimento, de 6.5% do PIB em 2000-01 para 9.3% em 2012-13. Todavia, um novo padrão de investimento se apresenta, conforme exposto na seção sobre a política fiscal, quando o volume torna-se mais concentrado na área de serviços sociais e comunitários corroborando o novo padrão de atuação do governo trazido pelas reformas, no qual os investimentos em infraestrutura cabem ao setor privado, em estratégias do tipo PPP.

Dois componentes que chamam atenção neste período são as exportações e os investimentos privados. Sobre as exportações, a aceleração é em grande parte fruto da expansão do setor terciário moderno, montado em polos tecnológicos que fizeram do país



uma referência internacional para serviços em CTI. Os investimentos privados que também aceleraram neste período, parecem responder às políticas de estímulo ao crédito privado, em especial as PPPs em infraestrutura, como proposto por Chandrasekhar (2016). Somado a isto, o crescimento de máquinas e equipamentos na pauta de importação depois de 2010-11 sugere que a formação bruta de capital fixo, a partir deste ano, foi também puxada pelo investimento das indústrias em máquinas e equipamentos.

O consumo privado não acompanhou neste período o bom desempenho dos indicadores mencionados anteriormente. A queda da participação dos salários na renda, a perpetuação do setor informal como principal empregador da economia e o baixo grau de urbanização do país elucidam a queda da propensão a consumir durante todo o período. Conforme o modelo adotado, o consumo de não duráveis está diretamente relacionado com a renda dos salários e, destarte, a queda deste fator, pronunciada em vários setores em crescimento, provoca queda na propensão a consumir. A piora da distribuição de renda gera um multiplicador menor e pode também comprometer o crescimento do consumo a crédito no longo prazo, aumentando o número de inadimplência.

Por fim, os componentes autônomos foram determinantes ao crescimento, conforme o período anterior, porém as exportações tiveram uma aceleração notável, o que não ocorreu na década de 1980. Além da contribuição como demanda autônoma, as exportações são também fonte de divisas internacionais e permitiram que o país alcançasse taxas de crescimento mais altas e contínuas sem que a restrição do balanço de pagamentos interrompesse o processo.

## CONCLUSÃO

O estudo apresentado neste trabalho sobre o crescimento recente da Índia, feito a partir do modelo de crescimento liderado pela demanda do supermultiplicador sraffiano, nos leva a algumas conclusões importantes discutidas nesta última seção.

Conforme apresentado, as reformas na década de 1980 estavam em linha com a estratégia do governo de estimular os investimentos privados e, portanto, não promoviam nenhuma mudança relevante acerca do papel do governo na economia. Ao contrário deste primeiro período, as reformas da década de 1990 tinham por objetivo diminuir significativamente o grau de interferência do Estado na economia e transformar a Índia em uma economia orientada pelo mercado.

Contudo, os resultados da contabilidade do crescimento apontam para a importância do setor público nos dois períodos analisados. No primeiro intervalo, os gastos do governo priorizaram a área de defesa e gastos militares em geral, além do crescimento da folha de pagamento nos setores administrativos. Além disso, os investimentos públicos em infraestrutura, como forma de assegurar melhores condições para o investimento privado, funcionavam também como fonte de demanda autônoma importante. No entanto, o crescimento da década de 1980 foi interrompido pela restrição externa, que gerou os problemas do balanço de pagamentos de 1991.

Os limites ao gasto público impostos nas reformas neoliberais, através de medidas para diminuir o déficit fiscal e posteriormente estruturas legais sobre responsabilidade fiscal, impuseram um novo padrão de gastos ao governo. Os investimentos em infraestrutura foram em grande parte através de PPPs e os gastos públicos se voltaram para áreas sociais, educação e saúde. Ainda assim, o consumo público total teve papel determinante na aceleração do crescimento ao longo de todo o período analisado. A alternativa dos investimentos mistos para cobrir o volume de investimento necessário no país, não substituem as inversões públicas, importantes para suprir carências em áreas pouco atraentes ao setor privado, onde os benefícios sociais superam os retornos de investimento.

O crescimento espetacular das exportações no segundo período foi determinante para a aceleração do PIB. Conforme apresentado, o desempenho tanto de serviços quanto das mercadorias foram excepcionais, sendo que em termos de sofisticação da pauta, as exportações de serviços foram mais importantes, com destaque para a área de CTI. Este setor foi estimulado desde a década de 1980 através das políticas de Rajiv Gandhi, como exemplo

temos a construção de polos tecnológicos e estímulos ao setor privado para a produção de equipamentos em comunicação. No período seguinte as SEZs tiveram papel relevante, assim como a abertura da conta capital que permitiu entrada de IED. A inserção internacional do país como exportador de serviços em CTI promoveu o desenvolvimento de várias empresas nacionais que se tornaram importantes agentes na cadeia global de valor.

Sobre os outros gastos autônomos, investimento residencial e consumo privado de bens duráveis, suas contribuições para o crescimento econômico dos dois períodos foram modestas. Nem mesmo a política de estímulo ao crédito, no início dos anos 2000, foi capaz de alavancar os componentes. Ambos cresceram, mas ficaram estáveis relação ao PIB. A mudança no setor bancário depois de 1991, com diminuição da participação dos bancos públicos e abertura ao setor privado, fez com que o crédito se tornasse mais restrito. Os bancos privados tinham preferência pela segurança dos títulos públicos diante dos riscos inerentes ao setor de crédito. Outra barreira à aceleração destes dois componentes é a baixa aderência dos bancos comerciais na população de baixa renda e ocupada no setor informal, cujo percentual nesta condição é significativo.

Importante lembrar que em um país populoso como a Índia, ainda que profundamente desigual, o percentual da população nas camadas mais altas forma um mercado de consumo relevante. Portanto, as políticas de crédito podem ter aderência neste segmento e assim estimular a produção doméstica, mas os limites estruturais descritos acima diminuem o potencial delas.

O investimento privado cresceu nos dois períodos, mas foi a partir de 2003-04 que houve aceleração do crescimento deste componente. Uma diferença expressiva na composição desta variável entre a década de 1980 e pós-1991 foi o aumento da participação do setor corporativo no total dos investimentos privados, frente ao investimento das famílias em construção e em máquinas. Tal mudança pode ser observada logo no início dos anos 1990, em parte decorrente das alterações institucionais no setor bancário, citadas acima, que tornaram o acesso ao crédito do setor informal mais difícil.

Já a aceleração das inversões corporativas depois de 2003-04 está também relacionada à política de crédito, principalmente para as PPPs. A abertura ao IED foi outra contribuição positiva, considerando que parte dele certamente constituiu fonte de investimento produtivo e de modernização da tecnologia (área de computação e automóveis são dois exemplos).

A redução dos salários na renda total, fenômeno observado desde a década de 1980, foi o principal fator que impactou negativamente a propensão a consumir. Conforme

apresentado na metodologia, o consumo de bens não duráveis é determinado pela renda contratual, portanto, a queda na participação do fator salário diminui o multiplicador e afetou negativamente o crescimento da renda agregada, apresentado na decomposição do crescimento dos dois períodos.

Normalmente, o comportamento dos salários seria suficiente para explicar a trajetória da propensão a consumir. No entanto, a relevância da economia mista na Índia, responsável por mais de 70% da mão de obra, torna necessária a combinação dos dois fatores na análise.

A baixa qualidade dos postos de trabalho e remuneração inferior ao setor formal são características comumente encontradas nas atividades informais. Além disso, são postos de trabalho mais vulneráveis devido ao reduzido poder de barganha e à ausência de cobertura dos benefícios da seguridade social. Assim, a renda deste grupo está associada a uma forma de consumo de subsistência, excluída do padrão de consumo capitalista.

O padrão de crescimento indiano mostrou-se incapaz de trazer mudanças estruturais significativas ao mercado de trabalho. Primeiramente, a exclusão das empresas pequenas sobre as obrigações trabalhistas, prevista por lei, é um fator importante nesta composição. O baixo crescimento das atividades agrárias somado à falta de oportunidade nos centros urbanos perpetua a desigualdade, assim como a informalidade.

Neste contexto, entendemos que as privatizações tendem a agravar tais questões do mercado de trabalho, tendo em vista que o setor público era o principal empregador do mercado formal. Esta tendência fica muito clara no setor de telecomunicações, onde importantes privatizações ocorreram, e foi também onde houve maior crescimento da participação dos lucros.

Outro fator importante apresentado no trabalho, foi a importância do setor terciário na economia e na absorção da mão de obra. É um setor que em geral exige mão de obra mais qualificada do que aquela empregada no chão de fábrica e, portanto, exclui importante parcela da força de trabalho.

Os resultados da decomposição mostram também que o coeficiente do conteúdo doméstico contribuiu negativamente para o crescimento. Conforme apresentado na seção sobre o setor externo, as importações apresentaram incremento considerável a partir dos anos 2003-04, o que gerou déficit em transações correntes cada vez maiores, mas que não trouxeram prejuízo ao ritmo de crescimento do PIB devido ao volume das reservas internacionais e ao crescimento das exportações.

Por fim, apesar do acelerado crescimento econômico durante mais de vinte anos, a Índia não foi capaz de incluir grande parte da força de trabalho no mercado formal. O dualismo entre os setores capitalistas e tradicionais permanece como uma característica relevante da estrutura indiana. É uma sociedade bastante heterogênea, com a maioria da população residindo na zona rural e, no entanto, núcleos capitalistas extremamente modernos e dinâmicos lideram o crescimento a partir do consumo público e da demanda internacional.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, V.; SASIKUMAR, S. (2017). *Declining wage share in India's organized manufacturing sector: Trends, patterns and determinants*. ILO Asia-Pacific Working Paper Series.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK, ADB. (2014). *Statistical Yearbook for Asia and the Pacific*. Disponível em: <<https://www.adb.org/data/statistics>>.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK, ADB. (2015). *Impact of Trade and FDI Policies on Industrial Development in South Asia*. United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <[www.adb.org](http://www.adb.org)>.
- AKIN, Ç.; CARRASCO, B.; MUNDLE, S.; GUPTA, A. S. (July 2017). *Fiscal Responsibility and budget management act in India: a review and recommendations for reform*. Working Paper Series, nº52, Asian Development Bank, ADB South Asia.
- ANNUAL SURVEY OF INDUSTRIES. (2010-2011). *Summary Results for Factory Sector*. Government of India. Ministry of Statistics and Programme Implementation. Disponível em: <<http://www.mospi.gov.in/#>>.
- ATHUKORALA, P.-c. (2008). *Part III: India's External Sector, 6: Export Performance in the Reform Era: Has India Regained the Lost Ground?* Em: R. Jha, *The Indian Economy Sixty Years After Independence* (p. 95-115). Palgrave Macmillan.
- BASU, D.; DAS, D.; MISRA, K. (2016). *Farmer Suicides in India: Levels and Trends across Major States, 1995-2011*. Economic Department Working Paper Series. 200 p. Disponível em <[https://scholarworks.umass.edu/econ\\_workingpaper/200](https://scholarworks.umass.edu/econ_workingpaper/200)>. Acesso em 2018.
- CHAKRAVARTY, S. (1987). *Development Planning: The Indian Experience*. Oxford University Press. Nova Iorque.
- CHANDRASEKHAR, C.P. (2016) *The post-1991 Growth Story*. Ideasnet. Disponível em: <[www.networkideas.org/themes/political-economy/2016/07/the-post-1991-growth-story](http://www.networkideas.org/themes/political-economy/2016/07/the-post-1991-growth-story)>. Acesso em 2018.
- \_\_\_\_\_; GOSH, Jayati. (1999). *Disinvestment, at What Price?* Macroscan. Disponível em:<<http://www.macroscan.org/fet/dec99/print/prnt281299Disinvestment.htm>> Acesso em 18/08/2018.
- CHIBBER, Vivek (2006). *Locked in Place: State-building and the late industrialization in India*. Princeton University Press. 2ª edição.
- COMTRADE (2018). Database disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>.

DESAI, Ashok V. (1999) *The Economics and Politics of transition to an Open Market Economy: India*. OECD Development Centre, Working paper n°155.

ECONOMIC CENSUS. (1990). Government of India. Ministry of Planning and Programme Implementation. Disponível em: < <http://www.mospi.gov.in/#>>.

\_\_\_\_\_, 6<sup>th</sup>;(2016). Government of India. Ministry of Planning and Programme Implementation. Disponível em: < <http://www.mospi.gov.in/#>>.

FREITAS, F.; DWECK, E. (2013). *The Pattern of Economic Growth of the Brazilian Economy 1970-2005*. Em: Levrero, S., Palumbo, A. & Stirati, A. (eds.) *Sraffa and the Reconstruction of Economic Theory, volume II: aggregate demand, policy analysis and growth*. London: Palgrave Macmillan.

GHOSE, Ajit K. (2014). *India's Services-Led Growth*. Institute for Human Development Working Paper Series WP 01/2014.

JOSH, Vijay; LITTLE, I.M.D. (1994). *India: Macroeconomics and Political Economy, 1964-1991*. The World Bank, Washington, D.C.

KOHLI, Atul. (2004). *State-Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_.(2006) POLITICS of economic growth in India, 1980-2005: Part I: The 1980s. *Economic and Political Weekly*: 1251-1259.

PLANNING COMMISSION. (2014). National Plans: Five Year Plans. Vários anos. Disponível em: <<http://planningcommission.gov.in/plans/planrel/index.php?state=planbody.htm>>.

MEDEIROS, Carlos A. (2005). *Liberalização Comercial e Financeira e seus Efeitos Sobre Crescimento, Emprego e Distribuição de Renda nos Países Latino-Americanos*. *Revista Economia Contemporânea*, 9(3): 455-483, set/dez.

MOHAN, R.; RAY, P. (2017). *Indian Financial Sector: Structure, Trends and Turns*. IMF Working Paper. WP/17/7. Asia and Pacific Department.

MOSPI. Contas Nacionais. Vários anos. Disponível em: < <http://www.mospi.gov.in/#>>.

NAGARAJ, R. (1990). *Growth Rate of India's GDP, 1950-51 to 1987-88: Examination of Alternative Hypotheses*. *Economic and Political Weekly*. Vol.25, n°26, Jun. 30, 1990, p. 1396-1403.

NAGARAJ, R. (2003). *Industrial Policy and Performance since 1980: Which way now?* Economic and Political Weekly. p. 3707-3715.

NASSIF, André. (2006) *A Economia Indiana no Período 1950-2004 – da Estagnação ao Crescimento Acelerado: Lições para o Brasil?* Textos para Discussão 107. BNDES.

NATIONAL SAMPLE SURVEY ORGANIZATION (NSS) 40<sup>th</sup> round. July 1984-June1985. Department of Statistics, Government of India.

NATIONAL SAMPLE SURVEY ORGANIZATION (NSS) 50<sup>th</sup> round. July 1993-June1994. Department of Statistics, Government of India.

NATIONAL SAMPLE SURVEY ORGANIZATION (NSS) 68<sup>th</sup> round. July 2011-June2012. Department of Statistics, Government of India.

NAYYAR, Deepak. (Agosto de 1978). *Industrial Development in India: Some Reflections on Growth and Stagnation*. Economic and Political Weekly, 13, n°31/33, p. 1265-1278.

NAYYAR, Deepak. (1978). *Economic Liberalisation in India: Then and Now*. Economic and Political Weekly. p. 41-48.

NELL, Kevin S. (2013). *An alternative explanation of India's growth transition: a demand-side hypothesis*. Cambridge journal of economics 37.1. p. 113-141.

PANAGARIYA, Arvind. (2008) *India: The emerging giant*. Oxford University Press.

RAKSHIT, Mihir. (2009) *Macroeconomics of Post-Reform India*. Volume 1. ed. Oxford University Press.

RBI. (2017). *Reserve Bank of India.*, disponível em Handbook of Statistics on Indian Economy: <[www.rbi.org.in](http://www.rbi.org.in)>. Acesso em 2018.

REDDY, Y.V. (1998). *Indian Economy: A Retrospect and Prospects*. Aula especial organizada pelo The Madabhushi Ananthasayanam Institute of Public Affairs and The Statistics. Agosto, 1998. Disponível em: <[https://rbi.org.in/scripts/BS\\_SpeechesView.aspx?Id=245](https://rbi.org.in/scripts/BS_SpeechesView.aspx?Id=245)>.

ROY, T. (2004). *Traditional Industry in the Economy of Colonial India*. Cambridge. Cambridge University Press.

SERRANO, F. (1995). *Long period effective demand and the sraffian supermultiplier*. Contributions to Political Economy, 14 (1).



\_\_\_\_\_ (1996). *The Sraffian Supermultiplier*. Tese de doutorado não publicada, Cambridge University. Inglaterra.

SHAH, A.; PATNAIK, I. (2007). *India's Experience with Capital Flows: The Elusive Quest for a Sustainable Current Account Deficit in Capital Controls and Capital Flows in Emerging Economies: Policies, Practices and Consequences*. (S. Edwards, Ed.) Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

SOUZA, Paulo Renato Costa. (1999). *Salário e emprego em economias atrasadas*. Coleção Teses. Universidade Estadual de Campinas, IE. Capítulo 2 e 3, p. 59-107.

TOMLINSON, B. (2008). *The New Cambridge History of India, 1860-1970* (Vol. 3). G. Johnson, Ed. Press Syndicate of the University of Cambridge.

VIRMANI, Arvind. (2001). *India's 1990-91 Crisis: Reforms, Myths and Paradoxes*. Planning Commission, working paper n°4/2001-PC

WORLD BANK (2018). Database disponível em World Bank Open Data: <<https://data.worldbank.org/>>.

## APÊNDICE

### Metodologia

Esta seção se propõe a explicar a metodologia adotada para o estudo sobre o crescimento econômico indiano, antes de apresentar os resultados da contabilidade do crescimento para a década de 1980.

A análise é feita a partir da decomposição dos componentes da demanda agregada à luz de um modelo de crescimento liderado pela demanda, abrangendo o período de 1980 a 2013. O trabalho assume que o crescimento indiano, desde a década de 1980, é um processo determinado pela demanda, contrapondo a visão dominante de que as reformas liberais, implementadas ao longo dos anos 90, teriam permitido uma alocação dos fatores mais eficiente e, com isso, estimulado o crescimento econômico.

A estrutura analítica dotada baseia-se no modelo de crescimento *demand-led* do supermultiplicador sraffiano (Serrano, 1995), e segue a metodologia desenvolvida por Freitas e Dweck (2013) para o estudo da economia brasileira.

A escolha da metodologia leva em consideração duas características muito importantes. O modelo nos permite distinguir entre a contribuição do setor público e privado, o que possibilita entender o papel do Estado no crescimento indiano, sobretudo, depois que as reformas liberais foram implementadas. Outro ponto importante é que o modelo permite contabilizar de forma distinta o peso dos componentes domésticos, induzidos e autônomos, e elucida a questão sobre o papel das exportações e do consumo doméstico no crescimento da renda agregada.

Para a decomposição do crescimento foram feitos dois recortes temporais, o primeiro de 1980 a 1990 e o segundo de 1990 a 2013. O principal motivo para esta separação decorre do início da aceleração do crescimento ter ocorrido na década de 1980 mas, no entanto, este ritmo foi quebrado e seguido por uma ruptura institucional, ocorridos em 1991.

A base de dados foi toda extraída do Ministério de Estatística e Implementação de Programas (Mospi, sigla em inglês para *Ministry of Statistics and Programme Implementation*) e do RBI. Ambas as fontes apresentam os dados fechados no ano fiscal do país, de abril a março do ano seguinte, por isso a decomposição seguiu desta forma.

Algumas aproximações foram feitas a fim de obter o nível de desagregação apresentado. O trabalho assumiu que o consumo privado de não duráveis e serviços responderiam pelo consumo induzido. De forma geral, este consumo está ligado à renda dos

salários, enquanto o consumo de bens duráveis é associado à disponibilidade de crédito e questões institucionais como grau de competição entre as instituições financeiras. Logo, o consumo de bens duráveis foi considerado um componente autônomo.

O RBI disponibiliza os dados para todos os componentes do PIB em preços constantes de 2004-05. No entanto, esta base não desagrega o consumo e nem a formação bruta de capital fixo (FBCF), estes foram somente encontrados nas contas nacionais no site do Mospi.

Para o consumo privado foi usado a distribuição anual entre consumo durável, não durável, semi-durável e serviços, fornecida pelo Mospi em diferentes contas nacionais. Os percentuais foram extraídos de quatro anos diferentes, a primeira série foi a antiga de 1980 (N.A. *old* 1980-81), outra antiga de 1993-94, depois as de 2004 e 2014. Consumo semi-durável e serviços foram agrupados em consumo não durável.

Sobre os dados da FBCF, dois tipos de série foram utilizados, uma primeira para separar entre investimento privado, público e famílias e a segunda para separar entre construção e máquinas. Os percentuais de cada grupo de investimento foram calculados a partir dos valores em preços correntes das contas nacionais de 2004, 2006 e 2014. Em seguida, tais percentuais foram aplicados no valor total da FBCF da tabela do RBI.

A economia informal na Índia é de grande relevância e, portanto, no investimento das famílias tem participação relevante do investimento em estabelecimentos corporativos informais. Desta forma, os dados de investimento privado incluem o investimento das famílias em máquinas e a parte de construção não residencial.

Entendemos neste trabalho que as inversões privadas estão relacionadas à expectativa de vendas, ou seja, é um componente induzido pela demanda efetiva da economia. Portanto, os dois componentes induzidos do modelo são consumo de não duráveis e investimento privado.

A tabela do RBI com os componentes do PIB inclui, a partir de 1999-00, uma coluna chamada de *valuables*. São valores referentes à itens como ouro, diamantes e pedras preciosas em geral. No cálculo da base, estes valores foram somados à FBCF total.

O método de decomposição do crescimento parte do equilíbrio dado pela identidade entre oferta e demanda, representada pela equação:

$$(1) M + Y = C_G + C_{PND} + C_{PD} + I_G + I_P + I_{Res} + X$$

Onde temos do lado esquerdo os componentes da oferta, em que  $M$  é o total das importações e  $Y$  é o produto de equilíbrio. O lado direito são os componentes da demanda agregada, onde  $C_G$  representa os gastos do governo,  $C_{PND}$  é o consumo privado não durável,  $C_{PD}$  o consumo privado durável,  $I_G$  o investimento público,  $I_P$  investimento privado,  $I_{Res}$  investimento residencial e  $X$  o total das exportações.

As importações e a demanda agregada da economia estão positivamente relacionadas e, portanto, temos:

$$(2) M = (1 - \mu)(C_G + C_{PND} + C_{PD} + I_G + I_P + I_{Res} + X)$$

Sendo  $\mu$  o coeficiente do conteúdo doméstico.

Os dois gastos induzidos do modelo podem ser escritos através das equações:

$$(3) C_{PND} = cY$$

$$(4) I_P = hY$$

Na primeira equação (3)  $c$  é a propensão a consumir e na segunda (4),  $h$  é a propensão a investir. Ou seja, conforme a metodologia, os dois componentes induzidos estão relacionados à renda agregada. As decisões de produção geram renda contratual, ou seja, determinam o poder de compra associado aos salários, aproximado aqui pelo consumo privado não durável.

A propensão a investir ( $h$ ) é uma variável endógena, pois de acordo com o modelo do supermultiplicador sraffiano, o comportamento desta variável está associado à diferença entre a taxa da capacidade utilizada realizada e a normal. As decisões de investimento do setor privado são induzidas pelo processo de competição capitalista e pela expectativa da demanda em  $t_{+1}$ . Assim, a variação de  $h$  leva ao ajuste entre capacidade produtiva e demanda agregada.

Os componentes autônomos do modelo estão ligados às questões institucionais e estruturais da economia, são eles:  $C_G, C_{PD}, I_G, I_{Res}, X$ . Utilizando a mesma notação de Freitas e Dweck (2013), temos:

$$(5) Z = C_G + C_{PD} + I_G + I_{Res} + X$$

Aplicando as identidades (3), (4) e (5) nas equações (1) e (2) obtemos a identidade para o produto de equilíbrio ( $Y^*$ ):

$$(6) Y^* = \left( \frac{\mu}{1-\mu(c+h)} \right) Z = \alpha Z$$

Onde  $\alpha$  é o supermultiplicador, determinado pelas propensões a consumir e investir e pelo coeficiente de conteúdo doméstico.

A equação final para a decomposição, derivada da identidade entre oferta e demanda das contas nacionais fica:

$$(7) g = \alpha(t) \left[ \frac{C_{PND}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_c + \alpha(t) \left[ \frac{C_{PD}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_{PD}} + \alpha(t) \left[ \frac{C_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_G} + \\ \alpha(t) \left[ \frac{I_P(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_h + \alpha(t) \left[ \frac{I_{Res}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_{Res}} + \alpha(t) \left[ \frac{I_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_G} + \alpha(t) \left[ \frac{X(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_X + \\ \alpha(t) \left[ \frac{1}{\mu(t)} \right] g_\mu + \alpha(t) \left[ \frac{E(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_E$$

Nesta equação cada termo do lado direito representa sua contribuição para o crescimento do produto. Cada uma delas é multiplicada pelo supermultiplicador do período final e pela relação do próprio componente com o PIB, no período inicial, exceto para o termo que contabiliza a contribuição do conteúdo doméstico. A contribuição das variáveis autônomas é pela sua variação real entre  $t_0$  e  $t$ , representada por  $g_i$ , sendo  $g$  a taxa de crescimento da variável  $i$ . Já as variáveis que compõe o supermultiplicador, são captadas através da variação do seu coeficiente, ou seja, pelo crescimento da propensão a consumir, a investir e do coeficiente do conteúdo doméstico.

O último termo é referente à variação dos estoques que foi somada a uma outra coluna da tabela dos componentes do PIB, contendo as discrepâncias. Esta última foi uma espécie de ajuste feito pelo próprio RBI, entre o total do PIB e os componentes. Ambas podem ser consideradas variáveis de ajuste e, portanto, entendemos que a soma não prejudica os resultados da decomposição.

Os resultados serão apresentados em uma tabela seguindo a mesma formatação do artigo de Freitas e Dweck (2013), conforme o exemplo abaixo:

Variáveis	Setor doméstico		Setor externo	Variações no estoque	Total	Gastos autônomos	Supermultiplicador	Variações no estoque
	Público	Privado						
$C_G$								
$I_G$								
$C_{PD}$								
$C_{PND}$								
$I_P$								
$I_{Res}$								
$\mu$								
$X$								
$E$								
Total	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$

A metodologia nos permite analisar os termos separadamente e agrupados de formas diferentes. É possível separar as contribuições pelo setor doméstico e externo, sendo o setor doméstico a soma dos seguintes termos:

$$(8) \text{ Contribuição do setor doméstico} =$$

$$\alpha(t) \left[ \frac{C_{PND}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_c + \alpha(t) \left[ \frac{C_{PD}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_{PD}} + \alpha(t) \left[ \frac{C_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_G} +$$

$$\alpha(t) \left[ \frac{I_P(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_h + \alpha(t) \left[ \frac{I_{Res}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_{Res}} + \alpha(t) \left[ \frac{I_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_G}$$

E o setor externo:

$$(9) \text{ Contribuição do setor externo} = \alpha(t) \left[ \frac{X(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_X + \alpha(t) \left[ \frac{1}{\mu(t)} \right] g_\mu$$

Logo, a soma destes dois setores e dos estoques resultará no crescimento do PIB. Podemos também separar os termos domésticos entre setor público e setor privado:

$$(10) \text{ Setor privado} = \alpha(t) \left[ \frac{C_{PND}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_c + \alpha(t) \left[ \frac{C_{PD}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_{PD}} +$$

$$\alpha(t) \left[ \frac{I_P(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_h + \alpha(t) \left[ \frac{I_{Res}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_{Res}}$$

$$(11) \text{ Setor público} = \alpha(t) \left[ \frac{C_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_G} + \alpha(t) \left[ \frac{I_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_G}$$

Finalmente, conforme mencionado no início da seção, o modelo permite a análise separada entre a contribuição do supermultiplicador e dos termos autônomos:

$$(12) \quad \text{Contribuição dos componentes autônomos} = \\ \alpha(t) \left[ \frac{C_{PD}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_{PD}} + \alpha(t) \left[ \frac{C_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{C_G} + \alpha(t) \left[ \frac{I_{Res}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_{Res}} + \\ \alpha(t) \left[ \frac{I_G(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_{I_G} + \alpha(t) \left[ \frac{X(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_X$$

$$(13) \quad \text{Contribuição do supermultiplicador} \\ = \alpha(t) \left[ \frac{C_{PND}(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_c + \alpha(t) \left[ \frac{I_P(t_0)}{Y(t_0)} \right] g_h + \alpha(t) \left[ \frac{1}{\mu(t)} \right] g_\mu$$

Na tabela apresentada, a última linha apresenta o cálculo final de cada setor, no caso do setor doméstico é necessário somar os dois primeiros resultados. Existe uma divisão no meio da tabela onde o lado esquerdo fornece os dados dos setores externo e doméstico, ou seja, as equações (8) e (9) mais os estoques ou as equações (9), (10) e (11) mais os estoques (respectivamente) somam o crescimento total do PIB.

Da mesma forma, o lado direito contém a separação por componentes autônomos e o supermultiplicador, ou seja, a soma das equações (12) e (13) mais os estoques equivale ao crescimento do PIB do período.

Os resultados nos permitem fazer uma análise robusta do padrão do crescimento indiano, entendendo quais setores da economia tiveram maior contribuição. Para tanto, antecedendo o cálculo da decomposição do crescimento dos dois períodos, será apresentado um estudo sobre as características estruturais da economia indiana em cada recorte temporal, conforme já apresentado para a década de 1980. As mudanças políticas e institucionais, o padrão da política fiscal, a estrutura do mercado de trabalho e do setor produtivo, bem como os principais aspectos que envolvem o setor externo ajudam a construir um cenário mais amplo sobre o desempenho econômico da Índia.